MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI
2 – ATAS
2.1 – 35ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
2.2 – Comissões
3 – ORDENS DO DIA
3.1 – Plenário
3.2 – Comissão
4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
4.1 – Comissão
5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
6 – MANIFESTAÇÕES
7 – REQUERIMENTOS APROVADOS
8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
9 – ERRATAS

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.279

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-230 situado no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Rodovia João Marra o trecho da Rodovia MG-230 situado no Município de Patrocínio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.280

Dá denominação à Rodovia LMG-871, que liga a sede do Município de Lima Duarte ao distrito de Conceição do Ibitipoca.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Noraldino Lúcio Dias a Rodovia LMG-871, que liga a sede do Município de Lima Duarte ao Distrito de Conceição do Ibitipoca, no mesmo município.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.281

Dá denominação ao viaduto situado no Contorno Rodoviário de Montes Claros, em sua interseção com a Rodovia MGC-135.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Doutor Alvimar Gonçalves de Oliveira o viaduto situado no Contorno Rodoviário de Montes Claros, em sua interseção com o Km 370 da Rodovia MGC-135.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.282

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – com sede no Município de Ubaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – com sede no Município de Ubaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.284

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Casa Aberta, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Casa Aberta, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.285

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Integrar, com sede no Município de Manhuaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Integrar, com sede no Município de Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.286

Declara de utilidade pública a entidade Transformação Ibiá, com sede no Município de Ibiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Transformação Ibiá, com sede no Município de Ibiá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.287

Declara de utilidade pública a entidade Marchadores pela Vida, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Marchadores pela Vida, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.288

Declara de utilidade pública a Associação Cidade Alta, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cidade Alta, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.289

Declara de utilidade pública o Instituto Minha Vida em Missão Itinerante, com sede no Município de Divisa Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Minha Vida em Missão Itinerante, com sede no Município de Divisa Nova.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.290

Declara de utilidade pública o Instituto Resgatando Vidas na Escola – RV –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Resgatando Vidas na Escola – RV –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.291

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Davi, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Davi, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.292

Declara de utilidade pública a Associação dos Profissionais e Produtores Feirantes de Juiz de Fora – Approfeira –, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Profissionais e Produtores Feirantes de Juiz de Fora – Approfeira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.293

Declara de utilidade pública o Instituto Shekinah Betim, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Shekinah Betim, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.294

Declara de utilidade pública o Instituto Origem Saúde Educação, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Origem Saúde Educação, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 5 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.295

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o acervo bibliográfico e arquivístico da Associação de Cultura Luso-Brasileira, sediada no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o acervo bibliográfico e arquivístico da Associação de Cultura Luso-Brasileira, sediada no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.296

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale das Panelas – Approvap –, com sede no Município de Arinos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale das Panelas – Approvap –, com sede no Município de Arinos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.297

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária União e Trabalho de Nova Porteirinha/MG, com sede no Município de Nova Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária União e Trabalho de Nova Porteirinha/MG, com sede no Município de Nova Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.298

Declara de utilidade pública a Academia Itatiaiuçuense de Letras, Ciências e Arte – Ailca –, com sede no Município de Itatiaiuçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Academia Itatiaiuçuense de Letras, Ciências e Arte – Ailca –, com sede no Município de Itatiaiuçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.299

Declara de utilidade pública a Associação Horizontes Agroecológicos, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Horizontes Agroecológicos, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.300

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Rapadura, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Rapadura, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.301

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Campo do Meio, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Campo do Meio, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de junho de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/6/2025

Presidência dos Deputados Tadeu Leite e Betinho Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 207/2025 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.898/2025), do governador do Estado; Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2025; Projeto de Lei Complementar nº 72/2025; Projetos de Lei nºs 3.842, 3.855, 3.856, 3.859, 3.861 a 3.866, 3.868 a 3.880, 3.882 a 3.887, 3.890 a 3.896, 3.899 a 3.907, 3.909, 3.916, 3.918 e 3.920/2025; Requerimentos nºs 12.013 a 12.040, 12.042 a 12.070, 12.072 e 12.073/2025 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico, dos Direitos da Mulher, de Transporte, de Cultura, de Direitos Humanos, de Meio Ambiente, do

Trabalho e de Saúde – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 12.022, 11.667 e 12.035/2025; deferimento – Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.074/2019; aprovação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos do deputado Bosco e da deputada Ione Pinheiro; aprovação – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 316/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.245/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2025; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.661/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 70/2025; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 69/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.344/2021; apresentação da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Segurança Pública – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.827/2022; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 281/2023; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.332/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.070/2021; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 343/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.437/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.467/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.647/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.246/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.526/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.732/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Hely Tarqüínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Lohanna, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 207/2025

Belo Horizonte, 4 de junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados,

Povo de Minas Gerais,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, e para conhecimento do Povo Mineiro, projeto de lei que cria o programa e as ações que especifica e autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor dos fundos instituídos pela Lei nº 25.126, de 30 de dezembro de 2024.

A presente proposta tem como objetivo viabilizar a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público, do Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça e do Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado, instituídos pela Lei nº 25.126, de 2024.

Para tanto, o texto prevê a criação de programa e ações nas respectivas unidades orçamentárias referentes a esses fundos, bem como a autorização para a abertura dos créditos especiais necessários à implementação do programa e das ações que se pretende criar.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.898/2025

Cria o programa e as ações que especifica e autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor dos fundos instituídos pela Lei nº 25.126, de 30 de dezembro de 2024.

Art. 1º – Fica criado o programa Modernização e Aprimoramento Institucional, que terá como unidade orçamentária responsável o Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado – Feage, vinculado à Advocacia-Geral do Estado – AGE.

Parágrafo único – O programa de que trata o *caput* terá como objetivo o fortalecimento da atuação da AGE e o aprimoramento da capacidade de promover a defesa dos legítimos interesses do Estado, com maior eficiência, celeridade e inovação, por meio da modernização da instituição.

Art. 2º – Ficam criadas e acrescidas ao Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027:

I – a ação 2073 – Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Institucional, no âmbito do programa 79 – Modernização e Aprimoramento Institucional, sob responsabilidade do Feage, vinculado à AGE;

II – a ação 2072 – Aprimoramento Institucional, no âmbito do programa 703 – Processo Judiciário, sob responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público – FDMP, vinculado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG;

III – a ação 2069 – Aprimoramento e Modernização Institucional, no âmbito do programa 726 – Acesso à Justiça, sob responsabilidade do Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça – Fegaj, vinculado à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG.

Art. 3º – Os atributos qualitativos e quantitativos do programa Modernização e Aprimoramento Institucional e das ações a que se refere o art. 2º, para categorização no PPAG 2024-2027, são os descritos no Anexo desta lei.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das seguintes unidades orçamentárias:

I – Feage, até o valor de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser empregado na ação a que se refere o inciso I do art. 2º;

II – FDMP, até o valor de R$63.942.000,00 (sessenta e três milhões novecentos e quarenta e dois mil reais), a ser empregado na ação a que se refere o inciso II do art. 2º;

III – Fegaj, até o valor de R$70.550.000,00 (setenta milhões quinhentos e cinquenta mil reais), a ser empregado na ação a que se refere o inciso III do art. 2º.

Art. 5º – Para atender ao disposto no art. 4º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas próprias dos respectivos fundos.

Art. 6º – Fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar, no PPAG 2024-2027 e na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, as alterações decorrentes da criação das dotações orçamentárias vinculadas às unidades orçamentárias a que se refere esta lei.

Art. 7º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 3º da Lei nº …, de … de … de …)

PROGRAMA: 79 – MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

ÁREA TEMÁTICA: ADVOCACIA-GERAL

UNIDADE RESPONSÁVEL: 4751 – FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO – FEAGE

OBJETIVO DO PROGRAMA: FORTALECER A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO E APRIMORAR A CAPACIDADE DE PROMOVER A DEFESA DOS LEGÍTIMOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, COM MAIOR EFICIÊNCIA, CELERIDADE E INOVAÇÃO, POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

– PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS

– RECUPERAR O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ESTADO

– SER UM ESTADO SIMPLES, EFICIENTE, TRANSPARENTE E INOVADOR

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS:

– ALCANÇAR MENOR NÍVEL DE JUDICIALIZAÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ALTO ÍNDICE DE CASOS RESOLVIDOS DE FORMA PREVENTIVA E EXTRAJUDICIAL

– GARANTIR AGILIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA PARA A VIABILIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, MEDIANTE A PROPOSTA DE ALTERNATIVAS LEGAIS, EFICIENTES E SEGURAS E INTERFACE PRÓXIMA AO PÚBLICO INTERESSADO

– EFETIVAR O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, FOCANDO A ATUAÇÃO DOS ENTES NAS SUAS PRIORIDADES CONSTITUCIONAIS E NO APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO FEDERATIVA PARA AS AÇÕES COMPARTILHADAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1080 – ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

GERENTE DO PROGRAMA: DIRETOR-GERAL

JUSTIFICATIVA: PARA GARANTIR UMA ATUAÇÃO EFICIENTE, CÉLERE E INOVADORA, PRIORIZANDO A ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS, FAZ-SE NECESSÁRIO A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

CAUSAS:

– NECESSIDADE DE APOIO PARA REFORMAS, CONSTRUÇÕES, COMPRA DE MOBILIÁRIOS/EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE

– DIFICULDADES ESTRUTURAIS E TECNOLÓGICAS COM POTENCIAL DE TORNAREM AS ATIVIDADES PERIGOSAS E MOROSAS

– CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ASSEGURAR, EM CARÁTER COMPLEMENTAR, A MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DA AGE

TIPO DE PROGRAMA: APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS E ÁREAS ESPECÍFICAS

HORIZONTE TEMPORAL: CONTÍNUO

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:

– FIXAR AS DIRETRIZES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO EM CONSONÂNCIA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO

– MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA MEDIANTE AQUISIÇÃO, AMPLIAÇÃO, CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE INSTALAÇÕES PRÓPRIAS E DE IMÓVEIS UTILIZADOS PELA AGE

– ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS E DE TECNOLOGIA

– INVESTIR EM EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA NECESSÁRIOS À MODERNIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO

– FORTALECER O NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS E O CENTRO DE ESTUDOS CELSO BARBI FILHO, VISANDO À PROMOÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES DESTINADAS AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, À ATUALIZAÇÃO E À ESPECIALIZAÇÃO DE PROCURADORES DO ESTADO E DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE/MG

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: DIRETORIA-GERAL

PROGRAMA: 79 – MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

AÇÃO: 2073 – REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 1080 – ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 4751 – FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO – FEAGE

TIPO DE AÇÃO: ATIVIDADE MEIO DO ORÇAMENTO FISCAL

FUNÇÃO: 03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA

SUBFUNÇÃO: 092 – REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

IDENTIFICADOR DE AÇÃO GOVERNAMENTAL: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

FINALIDADE: CONTRIBUIR PARA A IMPLANTAÇÃO, A EXPANSÃO E O APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO, POR MEIO MELHORIA DA GARANTIA DE INFRAESTRUTURA FÍSICA APROPRIADA, DA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC E DA CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS

DESCRIÇÃO: EXECUÇÃO DE ATIVIDADES RELACIONADAS AO REAPARELHAMENTO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, LOGÍSTICA E TECNOLÓGICA DA AGE E DE ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRODUTO: AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA

PÚBLICO-ALVO: PROCURADORES DO ESTADO, ADVOGADO AUTÁRQUICO E SERVIDORES DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO; ÓRGÃOS ESTADUAIS E CONTRIBUINTES ATENDIDOS PELA AGE

RELAÇÃO DA AÇÃO COM A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO ESTADO: NÃO RELACIONADA

UNIDADE DE MEDIDA: AÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: SERÁ COMPUTADO COMO PRODUTO ENTREGUE O NÚMERO DE OBRAS OU REFORMAS FINALIZADAS; CONJUNTO DE BENS OU EQUIPAMENTOS ENTREGUES; SERVIÇOS DE TIC IMPLEMENTADOS; ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO REALIZADAS

DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:

– PLANEJAMENTO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, LOGÍSTICA E TECNOLÓGICA DA AGE

– PLANEJAMENTO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

– ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS E CONTRATOS DE AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE ATIVOS

– ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

BASE LEGAL: LEI Nº 25.126, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, E LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 28 DE JANEIRO DE 2005

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: DIRETORIA-GERAL

JUSTIFICATIVA DE INCLUSÃO DA AÇÃO: INCLUSÃO DA AÇÃO EM VIRTUDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 25.126, DE 2024, QUE INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O FUNDO ESPECIAL DE GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E O FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

METAS

(R$ 1,00)

REGIÕES	**2025**	
	Físicas	**Financeira**
Estadual	1	6.000.000,00
TOTAL	**1**	**6.000.000,00**

PROGRAMA: 703 – PROCESSO JUDICIÁRIO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 1090 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 4731 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FDMP

AÇÃO: 2072 – APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

TIPO DE AÇÃO: ATIVIDADE MEIO DO ORÇAMENTO FISCAL

FUNÇÃO: 03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA

SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

IDENTIFICADOR DE AÇÃO GOVERNAMENTAL: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

FINALIDADE: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO, A ESTRUTURAÇÃO E O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DO MPMG

DESCRIÇÃO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SUPORTE DE NATUREZA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, ADMINISTRAÇÃO GERAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INFRAESTRUTURA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO, DENTRE OUTROS

PÚBLICO-ALVO: PROCURADORES, PROMOTORES, SERVIDORES, COLABORADORES E USUÁRIOS DAS PROMOTORIAS E PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DA AÇÃO COM A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO ESTADO: NÃO RELACIONADA

PRODUTO: AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA

UNIDADE DE MEDIDA: AÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL PARA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO: AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS VISANDO O APRIMORAMENTO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

BASE LEGAL: LEI Nº 25.126, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: DIRETORIA DE ORÇAMENTO

JUSTIFICATIVA DE INCLUSÃO DA AÇÃO: INCLUSÃO DA AÇÃO EM VIRTUDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 25.126, DE 2024, QUE INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O FUNDO ESPECIAL DE GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E O FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

METAS

(R$ 1,00)

REGIÕES	2025	
	Físicas	Financeira
Estadual	1	63.942.000,00
TOTAL	**1**	**63.942.000,00**

PROGRAMA: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 1440 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: 4741 – FUNDO ESPECIAL DE GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA – FEGAJ

AÇÃO: 2069 – APRIMORAMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

TIPO DE AÇÃO: ATIVIDADE MEIO DO ORÇAMENTO FISCAL

FUNÇÃO: 03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA

SUBFUNÇÃO: 092 – REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

IDENTIFICADOR DE AÇÃO GOVERNAMENTAL: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

FINALIDADE: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO, A ESTRUTURAÇÃO E O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SUPORTE DE NATUREZA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, ADMINISTRAÇÃO GERAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INFRAESTRUTURA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO, DENTRE OUTROS

PÚBLICO-ALVO: DEFENSORES, SERVIDORES E CIDADÃOS HIPOSSUFICIENTES

RELAÇÃO DA AÇÃO COM A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO ESTADO: NÃO RELACIONADA

PRODUTO: AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA

UNIDADE DE MEDIDA: AÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL PARA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO: AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS VISANDO DENTRE OUTROS PARA O APRIMORAMENTO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

BASE LEGAL: LEI Nº 25.126, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS E DIRETORIA DE ORÇAMENTO

JUSTIFICATIVA DE INCLUSÃO DA AÇÃO: INCLUSÃO DA AÇÃO EM VIRTUDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 25.126, DE 2024, QUE INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O FUNDO ESPECIAL DE GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E O FUNDO ESPECIAL DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

METAS

(R$ 1,00)

REGIÕES	2025	
	Físicas	Financeira

Estadual	1	70.550.000,00
TOTAL	**1**	**70.550.000,00**

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 204 do Regimento Interno.

OFÍCIOS

Ofício da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.712/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 6.712/2024.)

Ofício nº 319/2025 – PGJMG/GAECIBER, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.095/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 7.095/2024.)

Ofício da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.302/2024, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.302/2024.)

Ofício nº SMGO/SUAL-DALE Nº 026/2025, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.822/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.822/2024.)

Ofício nº 075/2025 – CAO-CIMOS, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos nº 8.974 e 8.975/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se aos Requerimentos nº 8.974 e 8.975/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.337/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.337/2024.)

Ofício nº 596/2025 – GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.732/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.732/2024.)

Ofício da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.064/2025, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.064/2025.)

Ofício da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.070/2025, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.070/2025.)

Ofício nº 519/2025/GAB-GM/GM-MAPA/MAPA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.494/2025, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.494/2025.)

Ofício da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.523/2025, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.523/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.709/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.709/2025.)

Ofício da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.980/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.980/2025.)

Ofício da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.982/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.982/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.989/2025, da Deputada Leninha. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.989/2025.)

Ofício nº 920/2025/GAB/SEDUC, da Prefeitura Municipal de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.005/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.005/2025.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.174/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.174/2025.)

Ofício nº 591/2025 – GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.265/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.265/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.272/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.272/2025.)

Ofício da Fundação Estadual de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.272/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.272/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.274/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.274/2025.)

Ofício nº 592/2025 – GAB/PGJ, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.274/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.274/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.296/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.296/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.297/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.297/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.298/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.298/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.343/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.343/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.349/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.349/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.351/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.351/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.364/2025, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.364/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.451/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.451/2025.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54/2025

Dá nova redação ao § 4º do art. 160 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O § 4º do art. 160 da Constituição do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 160 – (…)

§ 4º – As emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde e 10% (dez por cento) destinado a segurança pública, ressalvado o disposto no art. 159 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.".

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Delegado Christiano Xavier (PSD) – Adriano Alvarenga (PP) – Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Antonio Carlos Arantes (PL) – Betinho Pinto Coelho (PV) – Bim da Ambulância (Avante) – Bruno Engler (PL) – Caporezzo (PL) – Cassio Soares (PSD) – Charles Santos (Republicanos) – Chiara Biondini (PP) – Delegada Sheila (PL) – Doorgal Andrada (PRD) – Doutor Paulo (PRD) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Eduardo Azevedo (PL) – Elismar Prado (PSD) – Enes Cândido (Republicanos) – Gil Pereira (PSD) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PMN) – Ione Pinheiro (União) – João Magalhães (MDB) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (PSDB) – Lincoln Drumond (PL) – Lud Falcão (Pode) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Oscar Teixeira (PP) – Professor Cleiton (PV) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (Cidadania) – Rodrigo Lopes (União) – Sargento Rodrigues (PL) – Tito Torres (PSD) – Vitório Júnior (PP).

Justificação: Prezados Deputados e Deputadas.

Segundo informações do Atlas da Violência 2025, publicado recentemente pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – enquanto a violência no Brasil teve queda de 4,3% entre 2021 e 2023, em Minas Gerais, aumentou 8,4%.

A violência doméstica e o número de homicídios também cresceram 22% em um ano e nos últimos anos, a violência contra os idosos em Minas Gerais cresceu 27,3%.

Segundo recente pesquisa nacional do Instituto Genial/Quaest, a violência passou a ser a principal preocupação dos brasileiros: 29% dos entrevistados se posicionaram dessa maneira. Além disso, 79% da população notaram o aumento da violência nos últimos doze meses.

São dados preocupantes, que nos chamam à reflexão sobre nossa responsabilidade enquanto legisladores.

O investimento em segurança pública é de fundamental importância para o desenvolvimento social, econômico e político de todo o Estado. A destinação de emendas parlamentares para a segurança pública é uma forma eficaz de direcionar recursos para as mais diversas regiões, promovendo segurança, cidadania e desenvolvimento local.

Quando bem planejadas e fiscalizadas, as emendas ajudam a tornar a segurança pública mais eficiente, próxima da população e adaptada à realidade de cada região. As emendas contribuirão para a redução da criminalidade em toda Minas Gerais.

É certo que a proposta, se aprovada, produzirá impactos positivos diretos na vida da população, especialmente combatendo problemas de segurança pontuais, como falta de viaturas, coletes, armamentos, câmeras de vigilância, capacitação de efetivos, ações de prevenção à violência, projetos sociais, patrulhamento escolar e combate ao tráfico de drogas.

A garantia de mais investimentos, resultará em um melhor andamento das investigações, aumentando a capacidade do Estado de prevenir e resolver crimes. A presença efetiva das forças de segurança, principalmente se bem equipadas, inibe ações criminosas e aumenta a sensação de segurança da população.

Acreditamos que a aprovação desta PEC aumentará a confiança da população no Estado. Quando a segurança funciona, há maior confiança no governo e nas instituições públicas.

Diante do exposto, solicito a assinatura e a aprovação pelos nobres pares.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2025

Altera a Lei nº 859/52 para que o servidor com deficiência ou que possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência, tenha direito ao horário especial no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 207 da Lei nº 859/52 fica acrescido do seguinte renumerando-se o parágrafo único:

"§ 2º – Também será concedido horário especial ao servidor com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário bem como ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2023.

Professor Cleiton (PV)

Justificação: A Lei nº 13.370/2016 alterou a redação do Estatuto do Servidor Público Federal para permitir que o servidor público federal que possua filho, cônjuge ou dependente com deficiência, possa ter um horário especial elaborado para que cuide da pessoa com dignidade e exerça, sem problemas, sua profissão. Os servidores públicos do Estado de Minas Gerais não possuem esse direito garantido por lei própria, mas vêm conseguindo vitórias nos Tribunais do Estado, tendo como parâmetro seu direito a dignidade, a isonomia com o servidor federal e a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.112/03. Todavia, essa interpretação carece de uma ação judicial e uma decisão no mesmo sentido. Muitas vezes, servidores esbarram em gargalos que os impedem de buscar seus direitos junto ao judiciário para que possam trabalhar e cuidar dos seus entes que possuem necessidades especiais. Visando melhorar a situação destes e tornar a situação de todos servidores de Minas igualitária aos servidores federais, possibilitando o acesso a essa decisão a todos os servidores estaduais, avia-se o presente projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Charles Santos. Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.842/2025

Dispõe sobre a responsabilização de gestores públicos pelo não aceite de recursos de emendas parlamentares no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece normas e responsabilizações para gestores públicos municipais e estaduais, bem como administradores de entidades privadas conveniadas, que deixarem de aceitar ou executar recursos de emendas parlamentares destinadas a quaisquer áreas de competência do poder público.

Art. 2º – O não aceite, a recusa de recursos de emendas parlamentares ou o não cadastramento das emendas no sistema só serão admitidos mediante justificativa técnica, legal ou orçamentária detalhada, devidamente documentada e publicizada, contendo:

I – relatório circunstanciado com análises técnicas, jurídicas ou orçamentárias que impossibilitem a execução;

II – anexação de documentos comprobatórios;

III – comunicação formal ao parlamentar proponente e ao órgão de controle competente – TCE-MG ou Ministério Público – em até 5 (cinco) dias úteis após a decisão.

§ 1º – As justificativas deverão ser publicadas no portal de transparência do ente responsável, com acesso livre à população.

§ 2º – O TCE-MG poderá requisitar revisão da decisão se identificar vícios ou má-fé na justificativa.

Art. 3º – Em caso de descumprimento das regras estabelecidas, o gestor responsável estará sujeito a:

I – advertência pública com divulgação no Diário Oficial e portais institucionais;

II – multa pessoal de 5% a 15% do valor da emenda, conforme gravidade da omissão;

III – suspensão funcional por até 180 dias, em casos reincidentes;

IV – responsabilização civil e criminal, com ação de improbidade administrativa e obrigação de ressarcir danos ao erário.

Art. 4º – Caberá ao Poder Executivo Estadual, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentar os critérios técnicos para justificativas de recusa, alinhados à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Art. 5º – Esta lei aplica-se a todas as emendas parlamentares, independentemente da área de destinação.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de maio de 2025.

Lucas Lasmar (Rede), vice-líder do Bloco Democracia e Luta.

Justificação: O presente projeto de lei justifica-se pela necessidade de assegurar maior transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos provenientes de emendas parlamentares no Estado de Minas Gerais, evitando que a recusa injustificada dessas verbas inviabilize projetos e ações de interesse coletivo. Ao estabelecer a obrigação de apresentar justificativas técnicas, legais ou orçamentárias para a não aceitação desses recursos, bem como de divulgá-las publicamente, a proposta fortalece o princípio da publicidade dos atos administrativos e o controle social, permitindo à população acompanhar e fiscalizar o processo decisório.

A iniciativa também busca prevenir práticas lesivas ao erário e à boa gestão pública. A exigência de motivação detalhada para a recusa de emendas, acompanhada de documentação comprobatória e comunicação formal aos órgãos de controle, reduz a possibilidade de arbitrariedades e favorece a tomada de decisões pautadas em critérios objetivos, alinhados às normas de responsabilidade fiscal. Nesse sentido, promove-se um ambiente de maior previsibilidade e segurança jurídica para todos os envolvidos, inclusive para os parlamentares proponentes e para as entidades executoras dos recursos.

Além disso, o projeto de lei estabelece sanções proporcionais ao descumprimento das regras, variando de advertências públicas a ações de responsabilização civil e criminal, o que reforça a *accountability* dos gestores e inibe condutas negligentes ou de má-fé. A criação de comitês de acompanhamento multipartidários para fiscalizar emendas de grande porte (acima de R$ 500 mil) constitui outro elemento essencial, pois amplia o controle sobre investimentos significativos, tornando-os mais eficazes e transparentes.

Por fim, a proposta se harmoniza com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ao prever a regulamentação de critérios técnicos e procedimentos claros para a recusa de emendas. Ao garantir que recursos legitimamente destinados sejam efetivamente aplicados, ou que sua recusa se baseie em fundamentos sólidos e divulgados de modo acessível, o projeto de lei contribui para o fortalecimento da governança pública, o aprimoramento dos serviços ofertados à sociedade e a preservação do interesse público.

Desta forma, solicitamos apoio dos nobres parlamentares na tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Enes Cândido. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.830/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.855/2025

Reconhece o *funk* como manifestação cultural de relevante interesse social e cultural no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido o *funk* como manifestação cultural de relevante interesse social, artístico e cultural no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Para os fins desta lei, considera-se *funk* a expressão musical e cultural originada nas periferias urbanas, que se manifesta por meio da música, da dança, da estética e da oralidade, sendo veículo de identidade, resistência, crítica social e comunicação das juventudes, especialmente da população negra e periférica.

Art. 3º – O Poder Público Estadual poderá apoiar e promover ações destinadas à valorização do *funk* como patrimônio cultural, tais como:

I – apoio a eventos, festivais, oficinas e projetos educativos relacionados ao *funk*;

II – incentivo à produção, circulação e registro histórico das manifestações do *funk* em suas diversas expressões;

III – promoção de campanhas de combate ao preconceito e à criminalização do *funk* e de seus agentes culturais;

IV – articulação com os municípios para garantir a inclusão do *funk* nas políticas públicas culturais e educacionais.

Art. 4º – As ações previstas nesta lei deverão observar os princípios da liberdade de expressão, da diversidade cultural e da participação social, garantindo o respeito aos direitos fundamentais e às normas de convivência democrática.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: O *funk* é uma manifestação cultural popular brasileira, com raízes nas periferias urbanas e forte ligação com a juventude negra. Mais do que um estilo musical, o *funk* é uma forma de resistência, comunicação e afirmação de identidades. Em Minas Gerais, artistas e produtores culturais vêm fortalecendo essa expressão que ocupa espaços de sociabilidade e cria pontes entre arte, cultura e cidadania.

Reconhecer o *funk* como manifestação cultural de relevante interesse é um passo importante para garantir sua valorização e combater o estigma e a criminalização que historicamente o cercam.

Esse projeto visa contribuir para que o *funk* seja tratado com o devido respeito como parte integrante do patrimônio cultural imaterial do povo mineiro.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.856/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Pedro Leopoldo Rodeio Show, realizado no Município de Pedro Leopoldo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o evento Pedro Leopoldo Rodeio Show, realizado anualmente no Município de Pedro Leopoldo.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: O Pedro Leopoldo Rodeio Show, realizado anualmente no município de Pedro Leopoldo, é um dos maiores eventos do gênero no país, destacando-se como importante expressão da cultura sertaneja e como significativo indutor do turismo e da economia local. Em 2025, o evento alcança sua 20ª edição, consolidando duas décadas de trajetória marcadas por impacto cultural, social e econômico.

Tradicionalmente realizado na segunda quinzena de junho, o evento atrai, a cada edição, um público superior a 60 mil pessoas ao longo de cinco dias de intensa programação, com média de mais de 15 mil visitantes por dia. Participam da festividade não apenas moradores da região, mas também turistas de diversos estados e até do exterior, o que comprova sua relevância no calendário cultural e turístico do Estado.

A programação do Pedro Leopoldo Rodeio Show inclui competições de rodeio, provas de montaria em touros e apresentações musicais com artistas de projeção nacional, além de diversas atrações culturais e de entretenimento, promovendo a valorização da identidade sertaneja e o fortalecimento das tradições mineiras.

Essa expansão não apenas fortaleceu a cultura sertaneja, mas também impulsionou significativamente a economia local, gerando mais de 1.500 empregos diretos e ultrapassando os 3.000 empregos indiretos em 2024. Importa ressaltar, ainda, o compromisso crescente dos organizadores com a responsabilidade social e ambiental. Em 2024, o evento foi finalista do Prêmio de Responsabilidade Empresarial no Setor de Eventos – Prese –, promovido pela Abrape em parceria com a Ambev, destacando-se por ações voltadas à educação, à inclusão social, à gestão de resíduos e ao incentivo à cultura local.

Diante da sua expressiva contribuição para a valorização da cultura sertaneja, o fomento ao turismo sustentável, o desenvolvimento econômico regional e a promoção de práticas sociais e ambientais responsáveis, o reconhecimento do Pedro Leopoldo Rodeio Show como de relevante interesse cultural alinha-se integralmente aos objetivos da política estadual de valorização dos bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, conforme preconizado pela Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Douglas Melo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 307/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.859/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação, às autoridades competentes, por profissionais de saúde e outros, da confirmação de gravidez em menores de 14 anos no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece a obrigatoriedade de comunicação de confirmação de gravidez em menores de 14 anos, visando proteger a saúde e os direitos da criança e do adolescente, conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º – Os profissionais de saúde que atenderem ou realizarem exames que resultem na confirmação de gravidez em meninas com idade inferior a 14 anos deverão comunicar, imediatamente, o fato aos seguintes órgãos:

I – Conselho Tutelar;

II – Polícia Civil;

III – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

IV – Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – A comunicação deverá ser realizada em até 48 horas após a confirmação da gravidez, utilizando-se dos meios previstos em legislação específica, garantindo sempre a preservação da identidade da menor, pelos profissionais e estabelecimentos de saúde, do ensino públicos e privados e pelos profissionais de assistência social que tiverem conhecimento do fato em função do respectivo ofício ou da prestação de seus serviços.

§ 1º – Também deverão efetuar a comunicação de que trata o *caput* deste artigo, no prazo de cinco dias contados da ciência do fato, os registradores civis das pessoas naturais que tiverem conhecimento de nascimento de criança cuja mãe seja menor de quatorze anos ao lavrar o respectivo assento.

§ 2º – A comunicação de que trata o *caput* deste artigo ainda poderá ser facultativamente realizada por qualquer pessoa que tiver conhecimento do fato.

Art. 4º – Os órgãos que receberem a comunicação deverão tomar as medidas adequadas, conforme a legislação vigente, para garantir a proteção integral da menor, incluindo, mas não se limitando a:

I – acompanhamento psicológico e médico da gestante;

II – garantia de que os direitos da menor sejam assegurados;

III – investigação de possíveis situações de abuso ou exploração.

Art. 5º – O Conselho Tutelar, após o recebimento de comunicação de que trata esta Lei, deverá, no âmbito de suas competências, adotar, de imediato, todas as providências necessárias para a garantia dos direitos da criança ou adolescente, visando, em especial:

I – o acompanhamento e atendimento à saúde da gestante preconizado no art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – a frequência escolar da gestante e lactante, de modo que sejam assegurados pelos órgãos e entidades competentes de educação e pelas instituições de ensino;

III – a celeridade e a urgência necessárias ao atendimento de saúde, preservada a confidencialidade e o princípio da intervenção mínima, conforme o previsto no art. 14 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

IV – a disponibilização de vaga em creche para o filho da gestante menor de quatorze anos com prioridade, quando necessário for;

V – o acesso a eventuais benefícios socioassistenciais a que a gestante ou sua família tenham direito;

VI – o direito à informação, em especial sobre questões reprodutivas e de sexualidade;

VII – na proteção da pessoa vulnerável, menor de 14 anos, confirmada a gravidez, deverá promover imediata comunicação formal à autoridade policial, visando apuração da violação do art. 217-A do Código Penal.

Art. 6º – Os dados e informações veiculados nas comunicações de que trata esta Lei poderão ser utilizados pelos órgãos e entidades que integram o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas, inclusive com foco na educação sexual e na prevenção à violência e abusos sexuais.

Art. 7º – As comunicações de que trata esta lei deverão ser realizadas de modo que não exponham as gestantes a situações vexatórias ou constrangedoras, cumprindo ser assegurado o sigilo, nos termos da lei, dos dados e informações que nelas constem.

Art. 8º – O descumprimento das disposições desta lei por parte dos profissionais de saúde estará sujeito às sanções previstas nos conselhos profissionais competentes, além das penalidades legais previstas.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Marli Ribeiro (PL)

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo garantir a proteção de meninas menores de 14 anos que confirmam a gravidez, assegurando que sejam tomadas medidas adequadas para a preservação de sua saúde física e mental, bem como a defesa de seus direitos.

Pretendemos, com a presente proposição dar melhor tratamento aos casos concernentes à gravidez na adolescência, um grave problema de saúde pública, devido, principalmente, à sua magnitude e amplitude.

Diversas situações adversas podem advir do acontecimento, tais como o abandono escolar e o risco durante a gravidez, pela falta de um pré-natal de qualidade.

Existem, ainda, os conflitos familiares que surgem após a confirmação e divulgação da positividade da gravidez, que vão desde a não aceitação pela família, o incentivo ao aborto pelo parceiro e pela família, o abandono do parceiro, a discriminação social e o afastamento dos grupos de sua convivência, que interferem na estabilidade emocional da menina mulher adolescente.

A presente proposição tem por objetivo estabelecer hipótese de comunicação obrigatória pelas instituições de ensino públicas e privadas situadas da existência de indícios de gravidez por aluna com menos de 14 anos de idade.

As instituições de ensino devem colaborar com a administração pública, dada à natureza pública da função que exercem, para auxiliar no desenvolvimento social e na proteção dos interesses de crianças e adolescentes.

A comunicação ora proposta deverá ser feita aos órgãos acima elencados, para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis, inclusive a apuração de eventual crime de estupro de vulnerável e o atendimento psicossocial necessário.

Em todos os casos, o procedimento deverá ser realizado de forma que não exponha a criança ou adolescente a situações vexatórias ou constrangedoras, sendo assegurado o sigilo dos seus dados perante terceiros.

A antecipação de uma gravidez em uma idade tão precoce pode acarretar sérias consequências para a vida da menor, incluindo riscos à saúde, violação de direitos e necessidade de apoio psicológico e social.

A comunicação obrigatória aos órgãos competentes visa criar uma rede de proteção que possa intervir de maneira efetiva e garantir que a menor receba a assistência necessária, além de possibilitar a investigação de eventuais casos de abuso.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde, do Trabalho e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.861/2025

Institui o Selo Empresa Amiga do Cuidado, destinado a reconhecer empresas que abonem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos, tutelados ou pessoas sob sua responsabilidade em atendimentos de saúde ou compromissos escolares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Selo Empresa Amiga do Cuidado, a ser concedido às empresas públicas e privadas que adotarem políticas internas de abono de faltas justificadas de seus empregados e empregadas para o acompanhamento de:

I – filhos(as), tutelados(as) ou pessoas sob sua responsabilidade legal em consultas médicas, exames, internações, tratamentos ou demais procedimentos de saúde que requeiram acompanhamento, mediante apresentação de documentação comprobatória;

II – filhos(as), tutelados(as) ou pessoas sob sua responsabilidade legal em reuniões escolares ou outras atividades relacionadas ao acompanhamento da vida escolar.

Art. 2º – O Selo Empresa Amiga do Cuidado será concedido por órgão competente da administração pública estadual, mediante solicitação da empresa interessada, instruída com documentos comprobatórios das práticas adotadas.

Parágrafo único – A regulamentação desta lei, inclusive quanto aos critérios objetivos para concessão, renovação, fiscalização e eventual cassação do selo, será feita por ato do Poder Executivo, no prazo de até noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º – Administração pública estadual poderá estabelecer, nos editais de licitação e nos instrumentos de celebração de parcerias ou convênios, critérios de pontuação adicional ou desempate em favor das empresas certificadas com o Selo Empresa Amiga do Cuidado.

Art. 4º – A empresa localizada no Estado que receber o selo de que trata esta lei fica autorizada a utilizar a marca gráfica do referido selo em suas peças publicitárias, em suas embalagens de produtos e em seu *site*.

Parágrafo único – O uso do selo de que trata esta lei por empresa que o tenha recebido virá acompanhado do ano de sua outorga e da seguinte frase: “O Estado de Minas Gerais reconhece esta empresa como Amiga do Cuidado.”.

Art. 5º – O selo de que trata esta lei terá validade de um ano, podendo ser revogado a qualquer tempo dentro desse período, caso os requisitos para sua concessão deixem de ser atendidos.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Doutor Jean Freire (PT), responsável da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes na 20ª Legislatura e vice-líder do Bloco Democracia e Luta.

Justificação: O presente projeto de lei se insere no escopo de uma transformação política inadiável: reconhecer o cuidado como uma atividade essencial à sustentação da vida, e, portanto, como responsabilidade compartilhada entre o Estado, o setor privado e a sociedade. A proposta nasce da urgência em construir uma nova cultura institucional e trabalhista, na qual o cuidar não seja um fardo individual, mas um direito garantido e valorizado.

Esse projeto é fruto de uma ampla articulação nacional, composta por parlamentares em todas as esferas (municipal, estadual e federal), em diferentes regiões do país, articuladas no movimento Mulheres em Lutas – Mel –, que têm construído uma

plataforma de enfrentamento à lógica produtivista e patriarcal que historicamente invisibiliza o cuidado e penaliza, sobretudo, as mulheres trabalhadoras que sustentam a vida com pouco ou nenhum apoio. Trata-se de um chamado coletivo a todos e todas que compreendem que uma sociedade justa começa pelo reconhecimento de quem cuida.

Hoje, a legislação federal impõe um limite extremamente restritivo: apenas um dia por ano é permitido, sem prejuízo salarial, para que responsáveis legais levem suas crianças ou adolescentes a uma consulta médica. Não há previsão legal para abonar faltas em casos de internações, tratamentos prolongados ou mesmo para participação em reuniões escolares, momentos fundamentais para o desenvolvimento das novas gerações. O projeto responde diretamente a essa lacuna legal e social, atualizando o arcabouço jurídico à luz da Constituição Federal, que determina como dever da família, da sociedade e do Estado garantir proteção integral à infância e à adolescência (art. 227).

Porém, não se trata apenas de um ajuste normativo: este projeto parte de uma realidade concreta e inegável. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2022), o Brasil conta com mais de 11 milhões de mães solo, sendo 90% delas mulheres negras. A maioria vive em domicílios monoparentais e é a única responsável pelo sustento e cuidado de seus filhos. São mulheres que enfrentam jornadas duplas, ausência de rede de apoio e um mundo do trabalho que ainda as trata como "desviantes" quando exercem o direito de cuidar. A situação se agrava no caso das chamadas maternidades atípicas – mulheres que cuidam de crianças com deficiência ou doenças raras – que enfrentam abandono e sobrecarga emocional, física e financeira. Segundo levantamento da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva e dados da PNAD Contínua/IBGE (2022), cerca de 70% das cuidadoras de pessoas com deficiência são mulheres, e mais da metade delas não consegue manter vínculos formais de trabalho devido à ausência de políticas de apoio ao cuidado. Cuidar, nesse contexto, é também resistir ao abandono e sobreviver em meio à negligência estrutural. A garantia de ausências abonadas para consultas, internações e reuniões escolares é um passo mínimo, mas poderoso, rumo a uma reparação histórica.

Ao propor ação para os entes públicos e mobilizar a adesão das empresas a terem uma política de abono de faltas para os casos de cuidado, o projeto institui um novo parâmetro de responsabilidade social e compromisso com a equidade de gênero. Mais do que premiar boas práticas, ele transforma a contratação pública em instrumento de indução de políticas justas, colocando o Estado como protagonista na transição para um modelo de sociedade que reconheça o valor do trabalho de cuidado como pilar da economia e da vida. A proposta também encontra respaldo na Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069, de 2024), que determina que União, estados e municípios devem promover ações que permitam a compatibilização entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares de cuidado. O projeto, ao incluir cláusulas nos contratos com a administração pública ou ao exigir o selo como critério para participação em licitações e convênios com o poder público, torna efetiva essa diretriz, com foco na corresponsabilidade entre Estado, setor privado e famílias.

Importa lembrar que cuidar é um ato político. Não se trata apenas de uma necessidade privada, mas de um bem público. Valorizar o cuidado é transformar a estrutura do mundo do trabalho e reconhecer que o tempo de cuidar também é tempo produtivo. A vida digna das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras, depende de uma reorganização radical das prioridades sociais e institucionais. E isso começa por legislar com base na realidade e nas urgências do presente.

O projeto dialoga com outras iniciativas que vêm sendo debatidas nacionalmente, como a proposta de redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais e as campanhas pelo fim da escala 6x1, articuladas por movimentos como o Vida Além do Trabalho – VAT. Todas essas frentes convergem para uma ideia comum: um novo pacto social que coloque a vida – e quem a sustenta cotidianamente – no centro.

Esta proposição é um gesto coletivo de reconhecimento e transformação. Um chamado político a todos que acreditam que nenhuma pessoa deve escolher entre cuidar e trabalhar, entre sustentar sua família e acompanhar a vida de quem depende de si. Porque cuidar é um direito. E cuidar de quem cuida é dever de todos nós.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Bella Gonçalves e outros. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.741/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.862/2025

Institui o Dia Estadual do Profissional de Educação Física.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Profissional de Educação Física, a ser celebrado, anualmente, no dia 1º de setembro.

Parágrafo único – No Dia Estadual do Profissional de Educação Física, serão realizadas homenagens aos profissionais da área e campanhas de conscientização acerca do papel fundamental da atividade física na promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Grego da Fundação (PMN), ouvidor.

Justificação: O Dia do Profissional de Educação Física, comemorado em 1º de setembro em todo o Brasil, é uma data de grande importância para reconhecer e valorizar o trabalho desses profissionais que atuam na promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida da população. Esses profissionais desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças, na inclusão social e na melhoria da condição física de indivíduos de todas as idades. Celebrar essa data é uma oportunidade de homenagear e valorizar o esforço, a dedicação e a contribuição desses profissionais para uma sociedade mais saudável, ativa e equilibrada. O Dia Nacional do Profissional de Educação Física foi criado por meio da Lei nº 11.342, de 18 de agosto de 2006, como forma de reconhecer esses profissionais que tanto se dedicam ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, justifica-se a apresentação deste projeto para que o dia em tela figure oficialmente no calendário estadual das datas comemorativas.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.863/2025

Institui o Dia Estadual do Brincar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Brincar, a ser comemorado anualmente, no dia 28 de maio.

Parágrafo único – A data a que se refere o *caput* será comemorada na última semana do mês de maio, integrando-se às comemorações do Dia Mundial do Brincar, em 28 de maio.

Art. 2º – No Dia Estadual do Brincar, serão intensificadas ações setoriais e intersetoriais com a finalidade de:

I – chamar a atenção da população em geral e das entidades de atendimento públicas e privadas para a importância do brincar na primeira infância;

II – promover a conscientização de todos sobre os benefícios que a atividade de brincar proporciona ao desenvolvimento cognitivo e psicológico na primeira infância;

III – valorizar o brincar na vida da criança;

IV – reconhecer a ludicidade como componente da cultura e da infância;

V – resgatar brincadeiras tradicionais como forma de se preservar e recriar o patrimônio lúdico da sociedade;

VI – promover o encontro intercultural e intergeracional em torno das brincadeiras, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003;

VII – cumprir o disposto no art. 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1989, reforçando que o brincar é um direito de toda criança;

VIII – estimular e apoiar o reconhecimento do brincar ao longo da vida;

IX – combater o sedentarismo, a obesidade e outras doenças relacionadas ao sedentarismo, fomentando o hábito do exercício físico;

X – aproximar a vivência da criança à natureza, contribuindo para o seu bem-estar e para a conscientização sobre a preservação ambiental;

XI – ampliar os espaços e programas de lazer e de recreação, prioritariamente nas áreas de maior vulnerabilidade social;

XII – incentivar a participação da criança, da comunidade, da família e de educadores na formulação do conteúdo programático das atividades do brincar a serem realizadas de forma permanente e contínua;

XIII – organizar ações do brincar nos espaços públicos, como praças e parques arborizados, considerada a importância de se promover o contato com a natureza, o combate ao sedentarismo e uma relação saudável com esses espaços;

XIV – ofertar amplamente informações sobre o significado do brincar para a infância e para o desenvolvimento da criança, disseminando a ideia de que o brincar no ambiente familiar desenvolve vínculos saudáveis e seguros que se ampliam ao longo da vida, bem como o convívio entre todas as idades.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Doutor Jean Freire (PT), responsável da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes na 20ª Legislatura e vice-líder do Bloco Democracia e Luta.

Justificação: A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro 1959, enfatiza, no princípio VII, além do direito à educação, o direito ao brincar: "A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando aos propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito".

Há também menção a esse direito na Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. No art. 31, destaca-se: "Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística".

O ato de brincar – e o direito ao tempo vinculado à atividade – é uma prática muito associada à infância, mas não alcança somente crianças, senão também os jovens e os adultos que com elas interagem, abrangendo amplo espectro etário. A brincadeira relaciona-se à necessidade de fantasia e de ludicidade para o pleno desenvolvimento físico e emocional da criança.

Na data de 28 de maio, comemora-se o Dia Mundial do Brincar, criado durante a VIII Conferência Internacional de Ludotecas, realizada em Tóquio, em 1999, por iniciativa de Freda Kim, presidente da International Toy Library Association – ITLA. No ano 2000, a data ingressou no calendário do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – e, atualmente, é comemorada em mais de quarenta países.

No Brasil, a ideia de comemoração congênere começou a ser difundida por meio da Aliança pela Infância e deu origem a comemorações que se estendem, em alguns casos, por uma semana inteira, promovidas por organizações da sociedade civil.

Diante disso, acreditamos ser oportuna a criação dessa efeméride em âmbito estadual, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância do ato de brincar e incentivar a reunião de crianças de todas as idades e de suas famílias para a realização de brincadeiras nos espaços públicos e privados.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.864/2025

Altera a Lei nº 23.772, de 6 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a disponibilização de setores sem cadeiras em estádios de futebol.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica suprimido o § 2º do art. 1º da Lei nº 23.722, de 6 de janeiro de 2021, passando o § 1º do art. 1º a vigorar como parágrafo único.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Eduardo Azevedo (PL)

Justificação: A Lei nº 23.772, de 2021, trouxe a previsão legal de autorização de que os estádios de futebol disponibilizem até 20% de sua capacidade em setores sem cadeiras para os torcedores.

A inovação legal é importante e louvável, pois atende a demanda de muitos torcedores que almejam preços mais populares de ingressos e não se importam com a comodidade de assento.

Entretanto, entendemos que o § 2º do art. 1º traz exceção injustificável, pois exclui da autorização legal os estádios gerenciados sob o regime de concessão com contrato vigente na data de publicação da referida lei. Essa exceção não tem sentido, pois a lei em questão não impõe a disponibilização desses setores populares, mas apenas a autoriza. Sendo assim, não haveria nenhum impacto jurídico ou de equilíbrio econômico-financeiro direto nos contratos de concessão vigentes.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bruno Engler. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.319/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.865/2025

Institui o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Execução do Contrato de Adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Execução do Contrato de Adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, com a finalidade de fiscalizar, acompanhar e monitorar a execução do referido contrato celebrado com a União.

Art. 2º – O Comitê será composto por um representante de cada uma das seguintes instituições:

I – Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

II – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

III – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

IV – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

V – Poder Executivo Estadual.

§ 1º – Os representantes deverão ser servidores públicos efetivos, com reputação ilibada, e não poderão possuir antecedentes criminais ou responder a processos cíveis por improbidade administrativa ou dano ao erário.

§ 2º – O mandato dos membros do Comitê será de três anos, permitida uma única recondução consecutiva.

§ 3º – O exercício das funções no Comitê será considerado de relevante interesse público e não ensejará qualquer tipo de gratificação ou remuneração adicional.

Art. 3º – O Comitê terá acesso direto e irrestrito a todos os dados, relatórios, contratos e documentos financeiros e patrimoniais relacionados à execução do contrato com a União no âmbito do Propag.

Art. 4º – O Comitê deverá ser formalmente instituído por decreto do Poder Executivo no prazo máximo de trinta dias após a assinatura do contrato de adesão ao Propag.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Lucas Lasmar (Rede), vice-líder do Bloco Democracia e Luta.

Justificação: O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Execução do Contrato de Adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, a ser firmado com a União.

A criação deste comitê se justifica pela necessidade de garantir transparência, controle social e acompanhamento técnico qualificado da execução do contrato, que envolve obrigações financeiras de grande impacto para o Estado. Trata-se de um instrumento estratégico de gestão da dívida pública, cujas consequências repercutem diretamente nas finanças estaduais e na capacidade de investimento em políticas públicas.

A composição interinstitucional do Comitê, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os órgãos de controle (Ministério Público e Tribunal de Contas), assegura pluralidade, legitimidade e imparcialidade na fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais, especialmente aquelas que impõem contrapartidas ao Estado.

O acesso irrestrito a documentos e dados relacionados à execução do contrato permitirá ao Comitê atuar de forma preventiva e propositiva, identificando eventuais riscos ou irregularidades, bem como propondo medidas corretivas sempre que necessário.

A previsão de que os membros do Comitê sejam servidores efetivos e atuem sem remuneração adicional reforça os princípios da economicidade e da responsabilidade na gestão pública, ao mesmo tempo em que assegura a qualificação técnica de seus integrantes.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição, que representa um avanço institucional no controle da gestão da dívida pública e na garantia do interesse coletivo dos mineiros.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.866/2025

Reconhece o relevante interesse ambiental, paisagístico e cultural da Cachoeira do Ribeirão Onça, localizada no Município de Belo Horizonte, para o Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o relevante interesse ambiental, paisagístico e cultural da Cachoeira do Ribeirão Onça, localizada no Município de Belo Horizonte, para o Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: A Cachoeira do Ribeirão Onça, localizada no bairro Novo Aarão Reis, na divisa da região Norte e Nordeste de Belo Horizonte, possui 31m de queda vertical e é considerada a maior cachoeira do Brasil localizada em uma capital. Ela está a apenas 10km da Praça 7 de Setembro, no hipercentro de Belo Horizonte, mas não consta dentre as atrações da capital, tampouco é reconhecido o seu real valor ambiental, paisagístico e cultural.

O conjunto composto pela Cachoeira possui prainhas de areia branca, entrecortadas por um riacho sinuoso e repleto de corredeiras. Lamentavelmente as águas estão poluídas, embora próximo ao local haja a uma das maiores estações de tratamento de esgoto da América Latina, a Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça – ETE Onça.

Por solicitação do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu – Comupra – e do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, foi desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH – projeto do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça no trecho situado ao longo de aproximadamente 6 quilômetros de extensão do leito natural do Ribeirão Onça, da Cachoeira do Ribeirão Onça até as proximidades da ETE Onça. Trata-se de uma proposição contemporânea de parque, em que o leito do rio é respeitado e circundado por áreas verdes e de lazer.

A Prefeitura realiza atualmente a primeira parte da construção do parque, com a realocação das famílias moradores da mancha de inundação. No entanto, os passos seguintes para transformação em parque ocorrem muitas vezes de maneira lenta, deixando áreas degradadas em torno do Ribeirão Onça. Um projeto de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG, junto ao Comupra, à comunidade, e à PBH, tem atuado para transformar esses espaços transitórios em áreas de lazer e recreação, por meio de ações em mutirão.

A cachoeira, no entanto, apesar de degradada pela poluição, apresenta um grande potencial para se tornar uma importante área de lazer e visitação, em virtude de sua relevância ambiental, cultural e paisagística. Em tempos de emergência climática, em que houve o aumento da temperatura média de Belo Horizonte ocasionando ondas de calor frequentes, afetando a população da cidade, o reconhecimento do valor da Cachoeira do Ribeirão Onça pode contribuir para que se desenvolvam ações capazes de recuperar esse bem público, contribuindo assim para a transformação sustentável da cidade de Belo Horizonte.

Sobreleva realçar que a região possui diversas articulações comunitárias feitas pelo Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu – Comupra – e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa que buscam a preservação e requalificação socioambiental da região e que caracterizam a formação histórica de uma identidade cultural que merece reconhecimento pela defesa do patrimônio socioambiental mineiro.

Por todo o exposto, é imprescindível que esta Casa Legislativa reconheça a Cachoeira do Ribeirão Onça como de relevante interesse ambiental, paisagístico e cultural do Estado, razão pela qual peço o apoio dos nobres Deputados e Deputadas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.868/2025

Dispõe sobre a aplicação de multa a passageiro que desobedecer orientações de segurança durante o desembarque de aeronaves no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido ao passageiro de aeronaves comerciais se levantar do assento ou retirar bagagens do compartimento superior antes de tal ação ser autorizada pela tripulação da aeronave.

Art. 2º – O descumprimento da norma prevista no art. 1º sujeitará o infrator à penalidade de multa administrativa no valor de R$1.000,00 (mil reais), a ser aplicada pela autoridade aeroportuária competente.

Art. 3º – A multa poderá ser agravada em até o dobro do valor previsto no art. 2º nos seguintes casos:

I – reincidência;

II – resistência ou desobediência à orientação da tripulação;

III – risco à segurança dos demais passageiros ou da aeronave.

Art. 4º – Compete à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – regulamentar e fiscalizar o cumprimento desta lei, podendo firmar convênios com empresas aéreas e operadores aeroportuários para fins de aplicação e notificação das penalidades.

Art. 5º – As companhias aéreas deverão informar de forma clara sobre a proibição prevista nesta lei, inclusive por meio de avisos sonoros ou visuais durante o voo.

Art. 6º – O valor arrecadado com as multas será destinado ao Fundo Nacional de Segurança da Aviação Civil – FNSAC –, para ações educativas e preventivas.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Arlen Santiago (Avante)

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo reforçar a disciplina e a segurança no desembarque de aeronaves, prevenindo acidentes e incidentes causados por comportamentos imprudentes de passageiros que se levantam antes da autorização da tripulação. A medida visa também apoiar a atuação da tripulação e promover a cultura da segurança aérea.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e dos Direitos do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.869/2025

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa Classista dos Colaboradores da Oi ART-MG – ART Clube –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa Classista dos Colaboradores da Oi ART-MG – ART Clube –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Professor Wendel Mesquita (Solidariedade)

Justificação: A presente proposição tem por objetivo reconhecer o relevante serviço prestado à comunidade pela Associação Recreativa Classista dos Colaboradores da Oi – ART Clube –, instituição que há mais de quatro décadas atua em Belo Horizonte promovendo inclusão, lazer e cultura.

Criada originalmente como clube de funcionários da antiga Telemig, a entidade passou a acolher a comunidade em geral após a reestruturação do setor de telecomunicações, tornando-se referência no Bairro Santa Tereza.

Suas atividades beneficiam centenas de pessoas e promovem valores de cidadania, solidariedade e bem-estar.

Por sua história, caráter social e contribuição à sociedade mineira, é justo e oportuno que receba o título de utilidade pública estadual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.870/2025

Declara de utilidade pública a Associação Independente de Moradores Responsáveis – Aimóres –, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Independente de Moradores Responsáveis – Aimóres –, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Bruno Engler (PL), líder do Partido Liberal.

Justificação: A Associação Independente de Moradores Responsáveis – Aimóres –, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Varginha, foi fundada em 17 de novembro de 2012 e tem desempenhado um excelente trabalho na promoção da educação, da saúde, do esporte e, sobretudo, do desenvolvimento social e combate à pobreza. A referida entidade tem como princípio fundamental a solidariedade e tem desenvolvido, ao longo dos anos de sua existência, inúmeras atividades com o objetivo de proporcionar dignidade e cidadania às crianças, aos jovens e às famílias. Por tudo isso, conto com o apoio dos demais pares na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.871/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de autorização expressa do consumidor para inclusão de cobranças de produtos e serviços não

essenciais em faturas de consumo, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica vedada, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a inclusão, em faturas de consumo emitidas em nome do consumidor final, de valores relativos a produtos ou serviços não essenciais que não tenham sido previamente contratados mediante autorização expressa, individualizada e por escrito do consumidor.

Art. 2º – Para fins desta lei, consideram-se produtos ou serviços não essenciais aqueles não diretamente vinculados à prestação do serviço público principal, tais como:

I – clubes de benefícios ou de descontos;

II – seguros pessoais ou assistências diversas;

III – serviços de consultoria, telemedicina, saúde, educação ou similares;

IV – quaisquer outros que não integrem a atividade-fim da prestadora do serviço principal constante da fatura.

Parágrafo único – A autorização de que trata o *caput* deverá ser obtida de forma destacada, clara, inequívoca, com linguagem acessível, e em documento apartado dos termos gerais de adesão ou contratação do serviço público.

Art. 3º – A empresa que incluir cobrança de serviço adicional em fatura de consumo deverá informar, de forma visível e destacada:

I – a denominação social e o número de inscrição no CNPJ da empresa prestadora do serviço;

II – a descrição detalhada do serviço contratado;

III – o valor individual da cobrança;

IV – o canal exclusivo de atendimento para cancelamento e reclamações.

Art. 4º – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2025.

Carol Caram (Avante), vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Justificação: A presente proposição visa proteger os consumidores mineiros da prática abusiva e recorrente de inclusão de cobranças indevidas em faturas de serviços essenciais, especialmente as de energia elétrica. Frequentemente, empresas terceirizadas, sem o consentimento claro e prévio do consumidor, inserem valores correspondentes a serviços não solicitados, como seguros, clubes de benefícios, assistências e outros serviços não vinculados à atividade-fim da prestadora.

Essa conduta infringe princípios básicos do Código de Defesa do Consumidor, especialmente os direitos à informação, à liberdade de escolha e à proteção contra práticas comerciais abusivas. Ocorre, em grande parte, por meio de autorizações obtidas de forma obscura, por telemarketing ou cláusulas contratuais genéricas, o que prejudica especialmente os consumidores mais vulneráveis, como idosos, pessoas com baixa escolaridade ou em situação de hipossuficiência.

Dessa forma, o projeto busca garantir maior transparência e segurança jurídica nas relações de consumo, prevenindo abusos e promovendo o equilíbrio contratual, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção do consumidor.

Diante da relevância da matéria e da necessidade de reforçar a defesa dos consumidores mineiros, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.872/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer a paçoca de carne do Município de Martinho Campos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o modo de fazer a paçoca de carne, tradicionalmente praticado no Município de Martinho Campos, por seu valor histórico, antropológico, social e cultural.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo reconhecer e valorizar bens culturais materiais e imateriais, fomentar o apreço por esses bens e incentivar expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Carol Caram (Avante), vice-líder do Bloco Avança Minas.

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo reconhecer, como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais, o modo de fazer a paçoca de carne, prática tradicional do Município de Martinho Campos, cuja importância transcende o aspecto culinário, alcançando dimensões históricas, sociais, antropológicas e culturais.

Trata-se de um saber ancestral, transmitido oralmente entre gerações, que compõe a identidade cultural do povo martinho-campense. A prática do preparo da paçoca de carne está diretamente relacionada a modos de vida, celebrações familiares e comunitárias, e à valorização da memória alimentar típica do interior mineiro. O reconhecimento municipal já se deu por meio do Decreto nº 231, de 2021, que declarou o modo de fazer a paçoca de carne como bem cultural imaterial de Martinho Campos, com base na Lei Municipal nº 1.758, de 2009, após deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

Em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 24.219, de 15 de julho de 2022, que estabelece diretrizes para o reconhecimento de bens culturais como de relevante interesse cultural do Estado, esta proposição busca ampliar a visibilidade e a valorização dessa manifestação da cultura mineira, incentivando ações de preservação e salvaguarda.

Valorizar os saberes e fazeres tradicionais é fortalecer a pluralidade cultural mineira e garantir que as expressões culturais populares permaneçam vivas, acessíveis e respeitadas pelas atuais e futuras gerações.

Diante da relevância e legitimidade do pleito, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente matéria.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.873/2025

Institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Dia do Torcedor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído no Estado de Minas Gerais o Dia do Torcedor, a ser comemorado anualmente no dia 26 de outubro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Professor Cleiton (PV)

Justificação: Institui-se o dia do torcedor no Estado de Minas Gerais como forma de conscientização e reconhecimento da importância social e cultural desses que são os principais responsáveis pela beleza dos eventos esportivos. A data foi escolhida em homenagem ao torcedor Eros Dátilo Belisário no Mineirão.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Esporte para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.874/2025

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro União, com sede no Município de Três Corações.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro União, com sede no Município de Três Corações.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Coronel Henrique (PL)

Justificação: O Grupo Escoteiro União é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede em Três Corações, que tem por finalidade desenvolver o Escotismo em sua localidade, propiciar a educação não formal, valorizando o equilíbrio ambiental e o propósito do Escotismo junto às crianças e jovens, por meio da promoção de atividades culturais, educacionais, assistenciais, esportivas, de lazer e próprias do Movimento Escoteiro com objetivos voltados à promoção de ações e finalidades de relevância pública e social.

Referida Associação preenche os requisitos necessários à declaração de utilidade pública por estar em funcionamento há mais de um ano, os cargos de sua diretoria não serem remunerados e seus diretores/dirigentes serem pessoas idôneas, conforme atestado apresentado, motivo pelo qual conto com o apoio dos meus nobres pares para aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.875/2025

Autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – na execução de obras de infraestrutura, por meio de Parcerias Público-Privadas – PPPs.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – para a execução de obras de infraestrutura, por meio de contratos de Parceria Público-Privada – PPP, nos termos da legislação federal e estadual aplicáveis.

Art. 2º – A utilização dos recursos da Cfem na forma do art. 1º observará as seguintes diretrizes:

I – destinação prioritária às regiões impactadas pela atividade mineradora;

II – transparência na aplicação dos recursos, com a devida prestação de contas e publicação dos contratos firmados;

III – compatibilidade com os objetivos da política estadual de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável;

IV – observância da legislação vigente quanto à aplicação dos recursos da Cfem.

Art. 3º – O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei, inclusive estabelecendo critérios objetivos para seleção dos projetos de infraestrutura, formas de contrapartida e mecanismos de controle e avaliação dos resultados.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Maria Clara Marra (PSDB), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e responsável da Frente Parlamentar da Logística e Infraestrutura.

Justificação: A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – é uma importante fonte de receita para os entes federativos impactados pela atividade mineradora. Em Minas Gerais, estado com forte vocação mineral, os recursos oriundos da Cfem representam uma oportunidade concreta de promover o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas afetadas pela degradação ambiental, desgaste da malha viária e pressão sobre serviços públicos.

A presente proposição visa ampliar a efetividade da utilização da Cfem ao autorizar sua aplicação na execução de obras de infraestrutura por meio de Parcerias Público-Privadas – PPPs –, com foco em projetos estruturantes, como rodovias, saneamento básico, energia, mobilidade urbana, entre outros.

Ao incorporar tal lógica ao uso da Cfem, propõe-se o fortalecimento da capacidade de investimento do Estado sem comprometer o equilíbrio fiscal, aproveitando o instrumento das PPPs para atrair investimentos privados e acelerar a entrega de obras de impacto social e econômico.

A proposição está em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável e respeita os dispositivos da Lei Federal nº 13.540/2017, que disciplina a destinação da Cfem, especialmente em seu art. 2º, § 1º, que permite o uso em projetos de infraestrutura.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.876/2025

Declara de utilidade pública a Associação Lamalma Aventuras Outdoor, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Lamalma Aventuras Outdoor, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Eduardo Azevedo (PL)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.877/2025

Institui aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções básicas de direito como atividade extracurricular na rede estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo a implementar aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções básicas de direito como atividade extracurricular nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Art. 2º – São objetivos das aulas a que se refere esta lei:

I – promover o planejamento, gerenciamento, avaliação e controle da economia pessoal e familiar;

II – promover o uso consciente do dinheiro;

III – desenvolver competências como responsabilidade, resiliência, liderança, eficiência, determinação e organização;

IV – promover noções básicas de direito.

Art. 3º – As aulas deverão ser ministradas no contraturno das aulas regulares e poderão ocorrer no formato online ou presencial, a critério da instituição de ensino.

Parágrafo único – No caso de adoção do formato on-line, a instituição deverá disponibilizar laboratórios de informática adequados ou garantir o acesso dos alunos aos meios tecnológicos necessários.

Art. 4º – O Poder Executivo fica autorizado a celebrar parcerias com instituições públicas e privadas para a realização das aulas a que se refere esta lei.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Eduardo Azevedo (PL)

Justificação: A presente proposta visa instituir aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções básicas de direito como atividades extracurriculares na rede estadual de ensino de Minas Gerais, com o objetivo de preparar os jovens para os desafios econômicos, profissionais e sociais do século XXI.

Em um cenário marcado por crescente endividamento das famílias, instabilidade econômica e complexidade nas relações jurídicas e financeiras, torna-se essencial que os estudantes desenvolvam habilidades práticas para gerenciar suas finanças, compreender seus direitos e explorar oportunidades de empreendedorismo. A educação financeira contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, capazes de tomar decisões econômicas bem fundamentadas, evitando armadilhas como superendividamento e má gestão de recursos. Já o empreendedorismo estimula a criatividade, a autonomia e a capacidade de inovação, qualidades fundamentais em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico. Por fim, as noções básicas de direito asseguram que os jovens conheçam seus direitos e deveres, promovendo uma sociedade mais justa e participativa.

A implementação dessas disciplinas no contraturno escolar, em formato presencial ou on-line, garante flexibilidade e acessibilidade, permitindo que o conhecimento chegue a todos os estudantes, inclusive aqueles em regiões com menor infraestrutura. Além disso, a possibilidade de parcerias com instituições públicas e privadas otimiza recursos e amplia o alcance do programa, sem sobrecarregar o orçamento público.

Diante disso, este projeto representa um investimento estratégico no futuro dos jovens mineiros, alinhando-se às demandas contemporâneas por uma educação mais prática, inclusiva e transformadora. A medida não só eleva a qualidade do ensino público, mas também fortalece a economia e a cidadania, formando indivíduos mais preparados para os desafios da vida adulta.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 317/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.878/2025

Obriga os cartórios de registro civil a comunicar ao Ministério Público do Estado o registro de nascimento realizado por mães ou pais menores de quatorze anos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os cartórios de registro civil do Estado obrigados a comunicar ao Ministério Público do Estado, na respectiva comarca, o registro de nascimento realizado por pai ou mãe menor de quatorze anos na data do parto.

§ 1º – A comunicação a que se refere o *caput* deverá ser feita mediante envio de cópia digitalizada da certidão de nascimento no primeiro dia útil subsequente à lavratura do registro, sob pena de responsabilização funcional.

§ 2º – O envio da documentação a que se refere o § 1º será realizado preferencialmente por meio eletrônico, através do sistema oficial de comunicação do Poder Judiciário do Estado ou, na sua falta, do endereço eletrônico oficial da unidade do Ministério Público na comarca em que ocorrer o registro.

Art. 2º – Compete à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado:

I – fiscalizar o cumprimento desta lei;

II – estabelecer os procedimentos para a comunicação a que se refere esta lei;

III – aplicar as sanções administrativas cabíveis.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados a partir da data de sua publicação, em conjunto com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Eduardo Azevedo (PL)

Justificação: O estupro de vulnerável é uma triste realidade em todo o Brasil. O Código Penal, em seu art. 217-A, define estupro de vulnerável nos seguintes termos:

"Art. 217-A – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos".

Corroborando o dispositivo legal, o Superior Tribunal de Justiça – STJ – editou a Súmula nº 593, em que afirma o seguinte:

"Súmula 593 – O crime de estupro de vulnerável se configura como a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente".

A medida pretendida nesta proposição tem a finalidade de promover a repressão desse crime, ao prever que o Ministério Público seja diretamente informado pelos cartórios de registro civil acerca de todos os registros de nascimento em que o genitor for pessoa menor de 14 anos.

Pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Marli Ribeiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.859/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.879/2025

Altera a denominação do Parque Estadual do Rio Doce – Perd – para Parque Estadual do Rio Doce – Sebastião Salgado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica alterada a denominação do Parque Estadual do Rio Doce – Perd –, localizado no Vale do Rio Doce, para Parque Estadual do Rio Doce – Sebastião Salgado.

Art. 2º – A nova denominação deverá ser adotada nos registros oficiais do Estado, em materiais de divulgação e em toda sinalização relativa ao referido parque, no âmbito da administração pública estadual.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Celinho Sintrocel (PCdoB), vice-presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Justificação: A proposta de renomeação do Parque Estadual do Rio Doce para Parque Estadual do Rio Doce – Sebastião Salgado constitui um reconhecimento justo e simbólico à trajetória de um dos mais importantes fotógrafos documentaristas do mundo. Ao longo das últimas décadas, Salgado não apenas revelou ao mundo, por meio de suas imagens, as realidades sociais e ambientais enfrentadas pelos trabalhadores, povos e ecossistemas em diversos continentes, como também atuou ativamente na recuperação ambiental de sua terra natal.

Sua vida e sua obra estão intimamente ligadas à Região e à causa da preservação ambiental. Nascido em Aimorés, município situado no Vale do Rio Doce, Sebastião Salgado carrega em sua história pessoal e profissional um profundo vínculo com a Mata Atlântica e com a Bacia do Rio Doce.

Junto com sua esposa, Lélia Wanick Salgado, fundou o Instituto Terra, localizado justamente na região do Parque Estadual do Rio Doce. A Instituição se notabiliza por promover um dos maiores projetos de restauração florestal da Mata Atlântica no Brasil, recuperando milhares de hectares de vegetação nativa, revitalizando nascentes e contribuindo para a conservação da biodiversidade da Bacia do Rio Doce. Este trabalho é hoje reconhecido internacionalmente como exemplo de ação concreta em prol da sustentabilidade.

A renomeação do parque estadual, além de homenagear um filho da terra que elevou o nome de Minas Gerais e do Brasil no cenário global, também reforça o compromisso do Estado com a preservação ambiental, a educação ecológica e a valorização de iniciativas que aliam arte, ciência e engajamento social.

Associar o nome de Sebastião Salgado a um dos mais importantes parques estaduais de Minas Gerais é reforçar e promover a importância do Parque e um gesto de reconhecimento e inspiração para as gerações presentes e futuras.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.880/2025

Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 12.936, de 8 de julho de 1998, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 12.936, de 8 de julho de 1998, o seguinte art. 6º-A:

"Art. 6º-A – As penitenciárias e os presídios a serem construídos no Estado serão edificados em municípios-sede de Região Integrada de Segurança Pública ou de Batalhão de Polícia Militar.

Parágrafo primeiro – As penitenciárias e os presídios a que se refere o *caput* serão construídos em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

Parágrafo segundo – As penitenciárias e os presídios que não cumprirem o critério de localização que determina o *caput* serão desativados no prazo de 10 anos a partir da entrada em vigor desta lei.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Rodrigo Lopes (União)

Justificação: O objetivo deste projeto é fazer com que as novas penitenciárias do Estado sejam construídas em municípios-sede de Região Integrada de Segurança Pública ou de Batalhão de Polícia Militar, como uma estratégia de fortalecimento da segurança pública. Quando o estabelecimento prisional está localizado em município que já possui uma estrutura policial consolidada, há uma maior integração entre as forças de segurança, o que acaba por facilitar ações conjuntas de monitoramento, fiscalização e controle, com benefícios para os servidores e para toda a sociedade. Diante do exposto, solicitamos o apoio dos pares para a aprovação desta relevante proposta.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública, dos Direitos Humanos e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.882/2025

Institui o Dia Estadual do Psicopedagogo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Psicopedagogo, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de novembro.

Art. 2º – A data tem como objetivo:

I – valorizar e reconhecer a importância do trabalho dos psicopedagogos no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano;

II – promover a reflexão sobre os desafios enfrentados por profissionais da área;

III – incentivar ações que fortaleçam o atendimento psicopedagógico em instituições de ensino, clínicas e demais espaços de atuação;

IV – contribuir para a divulgação da psicopedagogia como ciência e campo de intervenção.

Art. 3º – Durante a semana em que recair o dia 12 de novembro, poderão ser promovidas, em parceria com instituições públicas e privadas, palestras, debates, oficinas e outras ações educativas, com o objetivo de ampliar o conhecimento da população sobre o papel do psicopedagogo.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Coronel Henrique (PL)

Justificação: Em 12 de novembro deste ano celebramos os 45 anos de fundação da Associação Brasileira de Psicopedagogia, e a instituição do Dia do Psicopedagogo no Estado representa uma oportunidade para refletir sobre a importância da atuação desses profissionais, além de promover uma maior compreensão de seu papel na sociedade. O psicopedagogo, como profissional especializado em compreender e transformar o processo de aprendizagem, opera com sensibilidade e conhecimento, sendo o responsável por identificar as dificuldades, propor estratégias e promover o desenvolvimento pleno, fortalecendo vínculos fundamentais, buscando adaptar métodos de ensino e oferecer suporte para que a pessoa possa superar suas dificuldades e desenvolver suas potencialidades.

A psicopedagogia, como ciência interdisciplinar, baseia-se em princípios teóricos e práticos de diversas áreas do conhecimento, como Psicologia, Pedagogia e Neurociências, em busca da compreensão do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, identificando e intervindo em dificuldades e transtornos tanto na área da saúde quanto na educação, contribuindo para o bem-estar físico, emocional e cognitivo do indivíduo.

Diante dos atuais desafios da aprendizagem, a celebração do Dia do Psicopedagogo no Estado reafirma a importância da conscientização sobre a função social desses profissionais que, com compromisso e cuidado, contribuem para a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando equilibrar os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos e objetivando a promoção e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e da educação.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.883/2025

Institui objetivos e diretrizes para inserção de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem recém-formados no mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei institui objetivos e diretrizes para formulação e execução de políticas públicas voltadas à inserção de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem recém-formados no mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – As normas decorrentes desta lei têm como finalidade fomentar a empregabilidade e a inclusão produtiva de profissionais recém-formados da área de enfermagem, contribuindo para o desenvolvimento profissional, o empreendedorismo, o cooperativismo, a qualificação técnica e o estímulo a práticas laborais regulares pautadas na valorização da categoria.

Art. 3º – São objetivos das iniciativas e programas de inserção de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem recém-formados no mercado de trabalho:

I – facilitar o ingresso desses profissionais no mercado de trabalho, público e privado, em todo o território estadual;

II – inserir pessoas aptas e qualificadas no mercado de trabalho;

III – promover a capacitação profissional gratuita por meio de cursos, oficinas, programas de extensão ou educação continuada;

IV – estimular parcerias com entidades do terceiro setor e cooperativas para promoção de contração de profissionais recém-formados;

V – contribuir para a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos trabalhistas desses profissionais, assegurando-lhes piso salarial e jornada de trabalho compatível; e

VI – estimular políticas públicas e privadas para geração de emprego e renda para estes profissionais.

Art. 4º – As ações desenvolvidas com base nesta lei deverão observar as seguintes diretrizes:

I – observância da legislação trabalhista, previdenciária e dos instrumentos normativos aplicáveis à categoria profissional a qual esteja vinculado;

II – compatibilização entre formação continuada e jornada de trabalho;

III – fomento à ampliação de oportunidades para profissionais de diferentes realidades sociais;

IV – articulação com políticas de saúde pública, de educação técnica e superior e de desenvolvimento regional.

Art. 5º – Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de até noventa dias, podendo instituir programas específicos, firmar convênios ou parcerias e estabelecer incentivos para alcançar os objetivos estabelecidos.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2025.

Enes Cândido (Republicanos), vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Justificação: O presente projeto de lei tem como finalidade estabelecer, no âmbito do Estado de Minas Gerais, um conjunto de objetivos e diretrizes destinados à promoção da inserção de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem recém-formados no mercado de trabalho.

A iniciativa se fundamenta na crescente demanda por políticas públicas que facilitem a transição entre a formação educacional e o exercício profissional formal, especialmente em áreas essenciais como a saúde.

Nesse sentido, Minas Gerais se insere em um movimento nacional de valorização da mão de obra recém-formada na área da enfermagem, conforme já adotado pelos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi aprovada a Lei nº 18.667, de 3 de setembro de 2024, e, mais recentemente no Rio de Janeiro, foi aprovada a Lei nº 10.798, de 29 de maio de 2025.

A realidade enfrentada por milhares de profissionais da enfermagem recém-formados em Minas Gerais é marcada por barreiras de acesso ao primeiro emprego, ausência de políticas públicas específicas e precarização das relações de trabalho. A inclusão produtiva desses profissionais recém-formados necessita de uma articulação entre o setor público, o mercado de trabalho e a sociedade civil organizada.

Este projeto de lei estabelece um marco legal orientador, que poderá subsidiar programas e convênios futuros. Entre os instrumentos incentivados pela proposta, destacam-se a capacitação profissional gratuita e continuada, com foco em empregabilidade; o estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inovação no setor de saúde; a promoção da formalização das relações de trabalho, com respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários; e a ampliação de oportunidades para profissionais de diferentes realidades sociais.

Trata-se, portanto, de um projeto que valoriza a enfermagem não apenas por seu papel essencial no sistema de saúde, mas também como vetor de desenvolvimento social e econômico, com impactos diretos na melhoria dos serviços e na dinamização do mercado de trabalho mineiro.

Trata-se, pois, de uma medida oportuna, socialmente relevante e tecnicamente viável, que alinha Minas Gerais às boas práticas legislativas já adotadas em outras unidades federativas e contribui para o aprimoramento da política estadual de saúde, de trabalho e de desenvolvimento humano.

Dessa forma, peço apoio aos nobres Pares na aprovação desse projeto, como forma de inclusão e valorização profissional destes importantes agentes da saúde.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.884/2025

Institui a Medalha Mestre do Saber Popular.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Medalha Mestre do Saber, a ser concedida a pessoas físicas ou jurídicas que tenham destaque e notoriedade na cultura popular tradicional no Estado.

Parágrafo único – A relação dos agraciados com a medalha será publicada no órgão oficial de imprensa dos Poderes do Estado e conterá a indicação dos serviços que justificaram a homenagem.

Art. 2º – A medalha de que trata esta lei será concedida anualmente, em 22 de agosto, pelo Governador do Estado garantindo-se a paridade de gênero e raça e etnia na listagem final de agraciados, nos termos do regulamento.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Justificação: O prêmio tem como objetivo principal reconhecer e valorizar a importância de indivíduos que são referência na transmissão de saberes e práticas culturais tradicionais. Através do prêmio, serão agraciados mestres e mestras que contribuem para a manutenção e divulgação do patrimônio cultural, seja em áreas como artesanato, música, dança, teatro, literatura, medicina tradicional entre outras manifestações populares.

A avaliação analisará critérios como a relevância da trajetória cultural, o impacto sociocultural na comunidade, a transmissão de saberes e a conexão com a memória ancestral. Além de reconhecer e homenagear a importância dos mestres e mestras na manutenção das práticas culturais, a medalha incentiva o desenvolvimento comunitário, valoriza os saberes ancestrais e fortalece a memória cultural.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.885/2025

Dá denominação à Rodovia LMG-644, no trecho de ligação entre o Distrito de Garapuava e a divisa com o Estado de Goiás, no Município de Unaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Jorge Luís Praxedes a Rodovia LMG-644, o trecho de ligação entre o Distrito de Garapuava e a divisa com Estado de Goiás, no Município de Unaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2025.

Marli Ribeiro (PL)

Justificação: Esta proposição tem como objetivo dar denominação a trecho da Rodovia LMG-644, a partir do Distrito de Garapuava até a divisa entre os Estados de Minas Gerais e Goiás.

Propomos o nome de Jorge Luís Praxedes, em decorrência de ter sido uma grande liderança na vila Chapadinha, no Município de Unaí, agricultor que atuou em diversos segmentos da sociedade unaiense, e faleceu, infelizmente, em acidente neste trecho da rodovia.

São bem expressivos, portanto, os motivos que nos levam a apresentar este projeto de lei, para o qual espero contar com o total endosso dos demais membros desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.886/2025

Declara de utilidade pública o Projeto Atuar Semeando Amor, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Projeto Atuar Semeando Amor, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2025.

Marli Ribeiro (PL)

Justificação: O Projeto Atuar Semeando Amor atua desde 2018 com a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social atuando com assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, pesquisa e profissionalização.

Por desenvolver trabalho relevante junto à comunidade de Paracatu e região, consideramos importante o seu reconhecimento como entidade de utilidade pública, pelo que contamos com o apoio dos Nobres Pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.887/2025

Dispõe sobre a realização de práticas religiosas de iniciativa voluntária de alunos nas instituições de ensino do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido qualquer tipo de censura ou proibição a iniciativa voluntária de estudantes para a realização de práticas religiosas em instituições públicas e privadas de ensino no Estado.

Art. 2º – Fica assegurada a participação inteiramente voluntária e espontânea de estudantes em práticas religiosas, garantindo-se o pleno exercício da liberdade de consciência e de crença, conforme disposto no art. 5º, VI, da Constituição Federal.

Parágrafo único – O horário para a execução das práticas religiosas de que trata esta lei será acordado com a administração da instituição de ensino e de forma a não prejudicar as demais atividades escolares e acadêmicas.

Art. 3º – Fica garantida a liberdade de expressão e manifestação religiosa durante o momento destinado para a expressão da fé dos alunos, assegurando-se o direito de os estudantes realizarem reuniões, sem qualquer tipo de censura prévia ou interferência indevida por parte da administração escolar.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2025.

Eduardo Azevedo (PL)

Justificação: O projeto de lei tem como objetivo assegurar o direito constitucional à liberdade religiosa e de consciência dentro das instituições de ensino do Estado, garantindo que os estudantes possam, de forma voluntária e organizada, exercer suas práticas religiosas sem interferência.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, VI, assegura a inviolabilidade da liberdade de crença e culto, sendo dever do Estado promover um ambiente que respeite a diversidade religiosa. No entanto, muitas vezes, os alunos encontram dificuldades para manifestar sua fé dentro das escolas, seja por falta de regulamentação clara, seja por receio de conflitos com a administração escolar. Este projeto busca equilibrar o direito individual de expressão religiosa com o funcionamento harmônico das atividades acadêmicas, estabelecendo critérios que evitem prejuízos ao ensino.

Além disso, ao definir que as práticas religiosas ocorram em horários previamente acordados e sem obrigatoriedade de participação, garante-se que não haja discriminação ou constrangimento, preservando-se a laicidade do Estado sem suprimir a liberdade individual. Dessa forma, o projeto contribui para uma convivência mais pacífica e respeitosa nas escolas, em conformidade com os princípios constitucionais e os direitos fundamentais dos cidadãos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, dos Direitos Humanos e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.890/2025

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Amor, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Amor, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Grego da Fundação (PMN), presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer e ouvidor-geral.

Justificação: A proposição tem por objetivo declarar de utilidade pública a instituição sem fins lucrativos que atua nas áreas de assistência social, cultura, saúde, esporte, preservação e conservação do meio ambiente.

A entidade, em consonância com sua missão institucional, desenvolve suas atividades de forma inclusiva, sem qualquer distinção de religião, cor, sexo ou condição social, pautando sua atuação nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Cabe destacar que a instituição se encontra em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, dessa forma, os requisitos legais.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.891/2025

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itutinga a área correspondente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MG-451 compreendido entre o Km 0,000 e o Km 0,800, com extensão de 0,8km (zero vírgula oito quilômetro).

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itutinga a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Itutinga e destina-se à realização de intervenções e melhorias viárias na extensão do trecho e em suas margens.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Duarte Bechir (PSD), 2º-vice-presidente.

Justificação: A presente proposição tem por objetivo a transferência ao Município de Itutinga de trecho de rodovia que já integra o perímetro urbano do município. Assim, torna-se de suma importância que o município assuma definitivamente a responsabilidade pela manutenção e conservação da via pública, para favorecer sua autonomia e, sobretudo, para atender aos anseios dos munícipes.

O objetivo é possibilitar que a atual administração execute projeto, adequado e seguro, para a construção de melhorias na extensão do referido trecho.

Por tais razões, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.892/2025

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Identidade das Ruas, com sede no Município de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Identidade das Ruas, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Cristiano Silveira (PT), líder da Minoria.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.893/2025

Declara de utilidade pública a Associação de Esportes MB, com sede no Município de Vespasiano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Esportes MB, com sede no Município de Vespasiano.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: A Associação de Esportes MDB, vem se destacando como importante agente de transformação social por meio da prática esportiva. A entidade desenvolve atividades voltadas à formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens, utilizando o futebol como ferramenta de inclusão, educação e fortalecimento de valores como disciplina, respeito, solidariedade e cooperação.

Ao longo de sua trajetória, a Associação MDB tem promovido campeonatos, treinamentos, eventos comunitários e ações socioeducativas, sempre com forte engajamento da comunidade local. Suas atividades, revelam uma atuação comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento humano nas regiões de maior vulnerabilidade social de Vespasiano.

Cabe destacar que o trabalho da associação vai além do esporte. A MDB atua como espaço de acolhimento, incentivo ao protagonismo juvenil e prevenção a situações de risco social, contribuindo diretamente para a redução da evasão escolar, da ociosidade e da exposição de jovens à criminalidade.

Ao valorizar iniciativas como a da Associação de Esportes MDB, o Estado de Minas Gerais reafirma seu compromisso com a promoção de políticas públicas voltadas à juventude, à cidadania e ao esporte como instrumento de transformação social.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103,e inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.894/2025

Estabelece diretrizes para a oferta, na rede pública estadual de saúde, de consultas médicas e terapêuticas por videoconferência para pessoas com deficiência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece diretrizes para a oferta, na rede pública estadual de saúde, de consultas médicas e terapêuticas por videoconferência destinadas a pessoas com deficiência.

Art. 2º – São objetivos desta lei:

I – ampliar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços especializados de saúde;

II – reduzir barreiras geográficas, físicas, sensoriais e comunicacionais que dificultem o atendimento presencial;

III – promover a continuidade do cuidado e o acompanhamento terapêutico regular, independentemente da localização do paciente;

IV – garantir maior conforto, segurança e autonomia à pessoa com deficiência e à sua rede de apoio;

V – incentivar o uso de tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade digital nos serviços de saúde.

Art. 3º – Fica autorizada a realização de consultas por videoconferência com médicos, terapeutas e outros profissionais habilitados agendadas para pacientes com deficiência física, sensorial, intelectual, múltipla ou com transtorno do espectro autista – TEA –, observados os seguintes requisitos:

I – consentimento expresso da pessoa com deficiência ou de seu responsável legal;

II – apresentação, durante a videoconferência, de documento de identidade com foto do paciente e do acompanhante, quando houver;

III – garantia da privacidade e do sigilo profissional, conforme legislação vigente.

Art. 4º – As consultas serão gravadas, com autorização do paciente ou de seu responsável legal, para fins de registro, continuidade do acompanhamento e compartilhamento das informações com o próprio paciente ou com sua rede de apoio.

Art. 5º – O Estado garantirá que os profissionais de saúde designados para atendimento por videoconferência estejam devidamente capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência de modo que sejam respeitadas as especificidades de cada tipo de deficiência.

Art. 6º – A Secretaria de Estado de Saúde poderá celebrar parcerias com universidades, consórcios intermunicipais de saúde, entidades do terceiro setor e outras instituições públicas ou privadas, com vistas à estruturação da rede de teleatendimento acessível, inclusive com o uso de tecnologias assistivas.

Art. 7º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: Esta proposição tem por finalidade estabelecer diretrizes para a oferta de consultas médicas e terapêuticas por videoconferência como medida voltada a enfrentar e superar barreiras estruturais, geográficas, sensoriais e comunicacionais que ainda dificultam o acesso de pessoas com deficiência aos serviços especializados de saúde.

De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, mais de quatorze milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. No Estado, esse contingente expressivo da população enfrenta, com frequência, obstáculos para acessar profissionais especializados, especialmente nos municípios do interior, onde há escassez de serviços prestados por esses profissionais. Além da limitação de oferta, muitas pessoas com deficiência, em especial aquelas com transtorno do espectro autista – TEA – ou com mobilidade reduzida, vivenciam dificuldades significativas para se deslocar até os locais de atendimento, o que compromete a continuidade do cuidado, gera sofrimento adicional e pode prejudicar o sucesso dos tratamentos.

Nesse contexto, a realização de consultas por videoconferência desponta como importante ferramenta de inclusão e de fortalecimento do sistema de saúde, ao permitir que pacientes sejam acompanhados por médicos, terapeutas e outros profissionais qualificados, independentemente de sua localização geográfica. Esta proposta não busca substituir o atendimento presencial, mas sim complementá-lo e ampliá-lo, respeitando as especificidades de cada indivíduo e promovendo a equidade no acesso à atenção especializada.

Além disso, esta proposta contribui para a modernização dos serviços públicos de saúde e a implementação de políticas públicas que utilizam tecnologias assistivas e recursos digitais como instrumentos de efetivação de direitos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, por sua relevância social e por sua contribuição efetiva para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde, da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.895/2025

Institui a Semana Mineira da Inovação, a ser comemorada no mês de abril, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Semana Mineira da Inovação, a ser realizada anualmente no mês de abril.

§ 1º – A Semana Mineira da Inovação será comemorada na semana em que recair o dia 15 de abril.

§ 2º – Fica instituído o Dia da Inovação, a ser celebrado, anualmente, em 15 de abril.

Art. 2º – O Dia da Inovação e a Semana Mineira da Inovação passam a integrar o Calendário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – Durante a Semana Mineira da Inovação, o Poder Público promoverá, em parceria com entidades públicas e privadas, instituições de ensino, centros de pesquisa e inovação, a realização de eventos e atividades voltadas para:

I – a difusão da cultura da inovação, da ciência e da tecnologia;

II – o estímulo ao empreendedorismo inovador;

III – o fortalecimento do ecossistema mineiro de inovação;

IV – o reconhecimento de iniciativas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e sustentável do Estado.

Art. 4º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Raul Belém (Cidadania)

Justificação: A inovação tem se consolidado como um dos principais motores do desenvolvimento econômico, social e sustentável em todo o mundo. Ao promover ambientes propícios à criação, ao empreendedorismo e à aplicação do conhecimento científico e tecnológico, os estados e nações fortalecem sua competitividade e melhoram a qualidade de vida de sua população.

Instituir o Dia da Inovação e a Semana Mineira da Inovação é uma forma de reconhecer e valorizar esses esforços, bem como incentivar o surgimento de novas iniciativas. O dia 15 de abril é simbólico por representar o nascimento de Leonardo da Vinci, reconhecido como um dos maiores gênios inovadores da história, e já é utilizado nacional e internacionalmente como marco da inovação.

A iniciativa visa reconhecer e valorizar os esforços empreendidos por instituições de ensino, centros de pesquisa, empresas e profissionais que se dedicam à busca de soluções criativas para os desafios contemporâneos.

Além disso, ao integrar o calendário oficial do Estado, a Semana Mineira da Inovação cria uma oportunidade estratégica para mobilizar diferentes setores da sociedade em torno de ações que fortaleçam o ecossistema de inovação mineiro, ampliem o acesso ao conhecimento e incentivem práticas inovadoras em todas as regiões.

Diante da relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.896/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a festa de carro de bois realizada no Município de Congonhal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a festa de carro de bois realizada tradicionalmente no mês de junho no Município de Congonhal.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Duarte Bechir (PSD), 2º-vice-presidente.

Justificação: Reconhecida como a segunda maior do Brasil, a tradicional festa de carros de bois de Congonhal ocorre, geralmente, em todo mês de junho de cada ano, revivendo o costume centenário em que o carro de bois, além de ser usado para o transporte de alimentos – como arroz, milho e feijão, por exemplo – também era utilizado pelos carreiros para fazer carretos, ou seja, para garantir o sustento de suas famílias.

A festa de carro de bois mantém viva a cultura do município e região e, por que não dizer, do próprio Brasil, vez que o carro de bois existiu e ainda existe em praticamente todos os cantos do nosso país.

Portanto, a festa de carro de bois simboliza, não apenas o homem do campo, mas, também, uma tradição cultural que deve ser preservada e mantida. A festa atrai visitantes de várias localidades do nosso pais. Muitas pessoas, de diferentes gerações, identificam-se com a festa e, cada qual, ao seu modo, contribui para que ela continue, e se torne cada vez frequentada e bem concorrida.

Por tais razões, solicito dos nobres pares aprovação a esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.899/2025

Altera a Lei nº 24.396, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre a política estadual do biogás e do biometano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 4º da Lei nº 24.396, de 13 de julho de 2023, fica acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 4º – (…)

III – o incentivo à instalação de biodigestores nas escolas públicas, creches, unidades prisionais, Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs –, universidades públicas estaduais e hospitais do Estado, para fomentar a produção de biogás e de biofertilizante líquido a partir da digestão anaeróbia de resíduos orgânicos provenientes do processamento de alimentos nessas unidades.".

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2025.

Carol Caram (Avante), vice-líder do Bloco Avança Minas.

Justificação: O biodigestor é um equipamento capaz de produzir biogás e biofertilizante líquido por meio da digestão anaeróbia (processo sem oxigênio) de resíduos orgânicos. Dessa forma, com o uso de biodigestores, os resíduos passam a ter uma destinação útil e sustentável. Cascas de frutas, legumes e outros restos orgânicos, que antes seriam descartados como lixo comum, podem ser transformados em biogás, utilizado como combustível em fogões de escolas, creches, hospitais e demais unidades públicas.

O biofertilizante líquido, por sua vez, pode ser aplicado em hortas escolares, pomares comunitários, jardins e demais espaços verdes mantidos por instituições públicas, contribuindo para a produção de alimentos e o embelezamento dos espaços coletivos.

Além dos ganhos ambientais e econômicos, a implantação de biodigestores em escolas públicas e universidades estaduais representa uma ferramenta pedagógica valiosa, capaz de integrar conteúdos de disciplinas como ciências, química, física, matemática e biologia, ao mesmo tempo em que estimula a consciência ambiental e o protagonismo estudantil.

Nas unidades prisionais e nas APACs, o uso de biodigestores pode favorecer processos de ressocialização e formação profissional, com atividades práticas voltadas à sustentabilidade. Nos hospitais, a medida traz a possibilidade de economia de recursos públicos e redução da pegada ambiental das unidades de saúde.

Diante dos benefícios ambientais, econômicos, educacionais e sociais envolvidos, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Minas e Energia, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.900/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame para diagnóstico de Alergia à Proteína do Leite de Vaca – APLV – em crianças de até vinte e quatro meses de idade no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a obrigatoriedade da realização de exame clínico especializado, com ênfase no Teste de Provocação Oral – TPO –, para diagnóstico de Alergia à Proteína do Leite de Vaca – APLV –, em crianças de até vinte e quatro meses de idade, nas maternidades e unidades de saúde públicas e privadas.

Art. 2º – O exame previsto no art. 1º será realizado mediante indicação médica, conforme protocolo clínico estabelecido pela Secretaria de Estado de Saúde – SES.

Art. 3º – As unidades de saúde deverão contar com equipe multiprofissional capacitada para o acolhimento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das crianças com suspeita ou confirmação de APLV.

Art. 4º – O Estado garantirá, de forma gratuita, o fornecimento de fórmulas alimentares especiais às crianças diagnosticadas com APLV, conforme prescrição médica e critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos em regulamento.

Art. 5º – Para a adequada implementação desta lei, caberá à Secretaria de Estado de Saúde:

I – promover campanhas informativas e de conscientização sobre a APLV, voltadas à população em geral;

II – ofertar capacitação continuada aos profissionais de saúde da rede pública estadual;

III – manter sistema de registro e monitoramento dos diagnósticos realizados e dos casos acompanhados pelas unidades de saúde.

Art. 6º – O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com entidades públicas e privadas, inclusive instituições de ensino e pesquisa, para apoiar a execução das ações previstas nesta lei.

Art. 7º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: A Alergia à Proteína do Leite de Vaca – APLV – é a alergia alimentar mais comum na primeira infância, podendo acometer até 5% dos bebês. Seus sintomas podem ser confundidos com outras condições clínicas, dificultando o diagnóstico precoce. A ausência de diagnóstico ou o seu atraso acarreta graves impactos no desenvolvimento infantil, comprometendo a absorção de nutrientes, o ganho de peso, o desenvolvimento neuropsicomotor e a saúde emocional da criança e da família.

Nesse contexto, o diagnóstico oportuno da APLV, preferencialmente com o suporte de equipe multiprofissional e o acesso a fórmulas especiais quando indicado, representa medida essencial de saúde pública e promoção da equidade.

A experiência do Estado do Ceará se mostra exemplar. Desde 2005, esse estado mantém um programa consolidado de atendimento à APLV, que já beneficiou milhares de crianças com diagnóstico e tratamento adequados, por meio da integração entre atenção básica, centros de referência, distribuição de fórmulas e capacitação de profissionais. Com investimentos anuais superiores a R$30.000.000,00, o modelo cearense tem conseguido reduzir a judicialização, racionalizar custos e, sobretudo, garantir um cuidado humanizado e resolutivo.

Além da obrigatoriedade de realização gratuita de exame para diagnóstico de APLV, a proposição também estabelece ações complementares que ampliam a efetividade dessa ação, como a capacitação de profissionais, campanhas de conscientização, parcerias com instituições públicas e privadas, e fornecimento gratuito de fórmulas alimentares especiais quando necessário.

Do ponto de vista orçamentário, trata-se de uma medida de baixo custo relativo e de alta efetividade. O rastreamento precoce evita o agravamento de quadros clínicos, reduz internações e racionaliza o fornecimento judicial de dietas especiais, com potencial de economia significativa aos cofres públicos no médio e longo prazo.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Doutor Jean Freire e pela deputada Ana Paula Siqueira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.361/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.901/2025

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Museu Vivo, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Museu Vivo, com sede no município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Justificação: A Associação Cultural Museu Vivo é um ponto de cultura proeminente na cidade de Ipatinga e região. A entidade realiza uma variedade de eventos culturais, incluindo o popular Café com Rapadura, um encontro mensal gratuito que geralmente ocorre no último domingo do mês. Este evento é uma celebração vibrante da cultura local, apresentando uma série de atrações, como degustação de café adoçado com rapadura, entoação do hino de Ipatinga, homenagens aos pioneiros da região, além de performances musicais e danças tradicionais. Entre os objetivos da entidade estão o estudo, o ensino e a exposição de coleções de objetos e documentos referentes à história da região do Vale do Aço e do país.

O projeto começou na década de 1980, com o objetivo de, um dia, fundar um museu. Ao chegar à região do Vale do Aço, o colecionador deparou-se com a ideia de que a região não possuía história. Por isso, decidiu pesquisar junto aos pioneiros e descobriu que a história local era muito mais rica do que se imaginava. Desde então, o Museu Vivo já reuniu mais de 10 mil peças referentes à história do Brasil e, principalmente, à história local.

Registra-se que a Associação Cultural Museu Vivo foi reconhecida, em 2009, por meio do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram –, como O Museu Metropolitano do Vale do Aço, certificando que a instituição contribui para o desenvolvimento e monitoramento da Política Nacional de Museus.

Por sua importância cultural e histórica, apresentamos o presente projeto de lei, visando à concessão do título de utilidade pública à associação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.902/2025

Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Minas em Ritmo, de incentivo às fanfarras escolares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Estado autorizado a instituir o programa Minas em Ritmo, de incentivo às fanfarras escolares, com o objetivo de fomentar a prática musical, a cidadania e a integração social nas instituições da rede estadual de ensino.

Art. 2º – São objetivos do programa de que trata esta lei:

I – estimular o desenvolvimento artístico, cultural e musical dos estudantes;

II – promover a integração entre escolas, comunidades e famílias;

III – valorizar as fanfarras escolares como ferramenta pedagógica, de cidadania e de disciplina;

IV – incentivar a realização de festivais, concursos e encontros de fanfarras escolares.

Art. 3º – O programa Minas em Ritmo poderá abranger:

I – a aquisição de instrumentos musicais e uniformes;

II – a capacitação de professores, instrutores e regentes;

III – a realização de oficinas, cursos, seminários e eventos relacionados;

IV – o apoio logístico e financeiro para participação das fanfarras em eventos regionais, estaduais e nacionais.

Art. 4º – As ações do programa poderão ser executadas:

I – diretamente pela Secretaria de Estado de Educação;

II – em parceria com municípios, instituições de ensino, associações culturais e entidades sem fins lucrativos.

Art. 5º – O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com órgãos públicos e entidades privadas com vistas à implementação e ao desenvolvimento do programa Minas em Ritmo.

Art. 6º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Lud Falcão (Pode)

Justificação: Apresento este projeto com o coração cheio de esperança e alegria, porque acredito profundamente no poder transformador da música, da cultura e da educação na vida das pessoas. O programa Minas em Ritmo nasce do meu compromisso com uma escola mais acolhedora, criativa e humana, onde nossos jovens possam se desenvolver plenamente, descobrir seus talentos e fortalecer sua cidadania.

Sempre digo que pensar políticas públicas é pensar com o coração e é assim que atuo na vida pública. Ao olhar para as fanfarras escolares, vejo muito mais do que instrumentos e desfiles: vejo integração social, disciplina, autoestima e oportunidades para que nossos estudantes sejam protagonistas de suas histórias.

As fanfarras são espaços de convivência e aprendizado que estimulam valores essenciais como respeito, trabalho em equipe e responsabilidade. Elas fortalecem os laços entre escola, família e comunidade, além de preservar e valorizar a cultura local. É nesse ambiente que muitos jovens encontram motivação para permanecer na escola, afastando-se de situações de risco e construindo um futuro melhor.

Com este projeto, quero incentivar a prática musical nas instituições de ensino da nossa rede pública estadual, reconhecendo a importância de iniciativas como essa para o desenvolvimento integral dos nossos estudantes. O Minas em Ritmo será um instrumento de fomento à cidadania, à cultura e à educação de qualidade.

Acredito que, quando o Estado investe na formação humana, investe também na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais feliz. Por isso, conto com o apoio dos colegas parlamentares para aprovar esta proposta, que se constitui, acima de tudo, em um gesto de amor e compromisso com as crianças, os adolescentes e os jovens de Minas Gerais.

Vamos juntos, de mãos dadas, colocar Minas em Ritmo!

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ione Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.542/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.903/2025

Altera a Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, para instituir o Programa de Planejamento Contínuo e Integrado de Educação Ambiental nas escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 2º da Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"Art. 2º – (…)

§ 1º – Na abordagem do tema a que se refere o inciso V, serão enfatizados, desde a infância, o cuidado e a proteção com os animais, como decorrência do respeito à fauna, à flora, à biodiversidade e ao meio ambiente.

§ 2º – A abordagem dos temas que se refere o § 1º deverá ocorrer de forma articulada com o projeto pedagógico da instituição, no mínimo, uma vez por mês.

§ 3º – A abordagem das temáticas em educação ambiental deverá ocorrer de maneira transversal e contínua, contemplando, prioritariamente, ao seguinte eixo estruturante:

I – proteção da biodiversidade: ameaças, espécies ameaçadas de extinção, soluções, envolvimento da sociedade;

II – proteção dos animais domésticos: maus-tratos, abandono, políticas sanitárias de vacinação, castração dentre outros, incentivo à adoção;

III – proteção da fauna silvestre: reconhecimento do valor ecológico e cultural da fauna nativa; identificação de espécies ameaçadas de extinção; combate ao tráfico de animais silvestres; preservação de *habitats* naturais e incentivo à participação da sociedade na proteção da vida silvestre;

IV – desmatamento e mudanças climáticas: impactos sobre o clima, biodiversidade e sociedade;

V – gestão da água e dos resíduos, acesso, uso racional e preservação dos recursos hídricos; combate ao desperdício; incentivo à reutilização da água; tratamento adequado de esgoto e efluentes; manejo responsável dos resíduos sólidos com ênfase na coleta seletiva, reciclagem e compostagem; redução da poluição hídrica e promoção do consumo consciente;

§ 4º – A Secretaria de Estado da Educação juntamente com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assim como a Secretaria Saúde promoverá, cursos de capacitação para os professores das escolas públicas e demais profissionais da educação, visando aprimoramento dos temas ambientais no ambiente escolar.

§ 5º – As escolas deverão apresentar à Secretaria de Estado da Educação, até o final do primeiro trimestre letivo de cada ano, um Plano de Ação para Educação Ambiental, apresentando as atividades interdisciplinares a serem desenvolvidas, os métodos de avaliação do aprendizado e estratégias de engajamento da comunidade escolar. A Secretaria de Estado da Educação poderá sugerir adequações e acompanhar sua implementação.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Lohanna (PV)

Justificação: Considerando que a Constituição da República de 1988, estabelece em seu art. 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e que o Poder Público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino;

Considerando que a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, prevê a necessidade de uma abordagem contínua e integrada da educação ambiental no ensino formal e não formal, a fim de incorporar a sustentabilidade e a consciência ecológica no cotidiano escolar;

Considerando que no Estado de Minas Gerais a Lei nº 15.441/2005, regulamenta a educação ambiental, e determina que essa deve ser uma prática educativa interdisciplinar e contínua;

Considerando que a Lei nº 15.476/2005 inclui conteúdos sobre cidadania nos currículos escolares e que não há uma previsão expressa da obrigatoriedade periódica da inclusão de temas ambientais em todas as disciplinas.

Considerando a ausência de planejamento integrado nas escolas públicas sobre educação ambiental desenvolvida de forma transdisciplinar para efetivar as Leis de educação ambiental e que isso impacta diretamente na construção de cidadãos consciente e engajados com as responsabilidades das gerações atuais e vindouras;

Considerando que o abandono de animais domésticos, especialmente cães e gatos, constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, contribuindo para a disseminação de zoonoses como raiva, leishmaniose, esporotricose e toxoplasmose, além de causar impactos ambientais e sociais significativos;

Considerando que os animais abandonados estão sujeitos a condições extremas de sofrimento, incluindo fome, sede, doenças, ferimentos e exposição a intempéries, configurando uma violação dos princípios de bem-estar animal reconhecidos internacionalmente;

Considerando que a Lei Federal nº 14.064/2020 agravou as penalidades para maus-tratos contra cães e gatos, prevendo reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes de prevenção e educação;

Considerando que, recentemente, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Proteção e Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos – ProPatinhas – e o Sistema Nacional de Registro de Animais Domésticos – SinPatinhas –, com o objetivo de promover a guarda responsável, combater o abandono e os maus-tratos, e aprimorar o bem-estar animal;

Considerando que a fauna silvestre desempenha papel essencial para o equilíbrio dos ecossistemas e que sua captura, criação ilegal, tráfico e manutenção em cativeiro sem autorização configuram crime ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e da Lei nº 5.197/1967, sendo imprescindível que a educação ambiental escolar inclua temas sobre a proteção da fauna nativa e os impactos socioambientais decorrentes de sua exploração ilegal;

Por fim, não é supérfluo destacar que o presente projeto contou com apoio técnico da Associação Mineira de Ambiente no âmbito do Projeto Advocacy, entidade com extensa atuação na área ambiental, de modo a propiciar a otimização e eficácia da norma que ora se propõe.

Isto posto, este projeto de lei visa suprir essa lacuna normativa, fortalecendo a formação socioambiental dos estudantes, promovendo o planejamento estruturado com a grade curricular e garantindo ferramentas de aprimoramento e qualificação dos docentes que executaram tal instrumento.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Noraldino Júnior. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 153/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.904/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Muriaé o imóvel com área de 960m² (novecentos e sessenta metros quadrados), incluindo as respectivas benfeitorias, situado no Município de Muriaé, registrado sob nº 30.899, à fl. 295 do Livro 3AF, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé.

Parágrafo único – O imóvel de que trata o *caput* deste artigo destina-se exclusivamente à manutenção, reestruturação e ampliação dos serviços de saúde pública, especialmente o funcionamento e a modernização do Laboratório Municipal de Muriaé.

Art. 2º – O imóvel doado retornará ao patrimônio do Estado caso, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da lavratura da escritura pública de doação, não seja dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º desta lei.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2025.

Professor Wendel Mesquita (Solidariedade)

Justificação: O presente projeto de lei tem como objetivo autorizar a doação ao Município de Muriaé do imóvel atualmente utilizado para o funcionamento do Laboratório Municipal, localizado na respectiva cidade. A iniciativa visa viabilizar a regularização patrimonial do imóvel e proporcionar segurança jurídica para que o Município de Muriaé possa promover a reestruturação, modernização e ampliação dos serviços de saúde pública oferecidos à população.

O Laboratório Municipal de Muriaé desempenha papel essencial na promoção da saúde. A doação do imóvel permitirá à municipalidade investir com maior segurança na infraestrutura do laboratório, assegurando melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde e um atendimento de qualidade à população.

Por fim, a cláusula de reversão prevista no art. 2º garante o zelo pelo patrimônio público, estabelecendo que o imóvel retornará ao Estado caso não seja dada a destinação prevista no prazo de 5 anos, evitando qualquer desvio de finalidade.

Diante da relevância social da medida, submeto o presente projeto de lei à apreciação dos nobres parlamentares, esperando contar com sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.905/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel com área de 200m² (duzentos metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua João de Melo Silva (antiga Rua 7 de Setembro), com a esquina da Rua 21 de Abril, nº 309, Distrito de Brejo Bonito, no Município de Cruzeiro da Fortaleza, e registrado sob o nº 7.079, a fls. 236 do Livro 2-AA, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao aprimoramento do atendimento em saúde no município supracitado.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2025.

Lud Falcão (Pode), vice-líder do Governo.

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza, o imóvel localizado na Rua João de Melo Silva (antiga Rua 7 de Setembro), esquina com a Rua 21 de Abril, nº 309, Centro, Distrito de Brejo Bonito, de propriedade do Estado.

A iniciativa atende a uma solicitação formal do município, que manifestou o interesse em utilizar o referido imóvel para a instalação de serviços de saúde, fortalecendo a rede de atendimento local e ampliando o acesso da população aos cuidados médicos.

Considerando que a saúde é um direito constitucional de todos e dever do Estado, e que os municípios desempenham papel fundamental na oferta de serviços básicos de saúde, a doação do imóvel se justifica plenamente como medida de interesse público.

Além disso, o imóvel atualmente encontra-se sem utilização funcional por parte do Estado, o que reforça a pertinência de sua destinação a uma finalidade pública essencial, como é o caso do atendimento em saúde.

Dessa forma, propomos a presente medida legislativa, convictos de que contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas de saúde em Cruzeiro da Fortaleza, especialmente na localidade de Brejo Bonito.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.906/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do estado a Fazenda Vicente Araújo, localizada no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais a Fazenda Vicente Araújo, localizada no Município de Santa Luzia.

Parágrafo único – O bem cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política do patrimônio Cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, tombamento, registro e outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira e, em especial, a preservação da tradição, da importância e da referência cultural e histórica da Fazenda Vicente Araújo, no Município de Santa Luzia.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: A presente proposição tem por finalidade reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais a Fazenda Vicente Araújo, localizada no Município de Santa Luzia, com vistas à defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental luziense – atendendo ao pleito apresentado pela vereadora Suzane Duarte Almada e o covereador Glaucon Durães, que integram o Coletivo Luzias.

Nesse sentido, importante destacar que a Fazenda Vicente Araújo abriga a memória viva de séculos de história, guarda o testemunho das trilhas dos tropeiros, das canoas que percorriam o Rio das Velhas e dos olhares que, do alto de seus morros verdes, contemplavam a silhueta barroca de Santa Luzia – cidade altiva, que se ergueu no coração das Gerais. Esse local é citado em registros valiosos de viajantes, naturalistas e estadistas que cruzaram Minas nos séculos XVIII e XIX.

O explorador britânico Sir Richard Burton, em 1867, descreveu a chegada à cidade pela navegação no Rio das Velhas como uma cena encantadora: “A primeira vista de Santa Luzia foi agradabilíssima, uma grande elevação acerca de um quilômetro do rio, era encimada por duas igrejas de duas torres, separadas por casas grandes estendendo-se irregularmente até a água”.

A beleza dessa paisagem cultural – o morro verdejante que acolhe a Fazenda Vicente Araújo, margeado por coqueiros macaúbas e pela vegetação da Mata Atlântica – não é mero adorno. Trata-se de expressão viva da conexão profunda entre natureza e cultura, entre território e identidade. O líder da Revolução Liberal de 1842, Teófilo Otoni, também registrou sua impressão desse lugar singular: “Santa Luzia é um retrato de Minas, guardado o estilo, equilibra-se no alto de uns morros. Lá embaixo, acariciando as encostas, conter-se, sinuosamente, o Rio das Velhas, lendário e boêmio”.

A Fazenda Vicente Araújo não guarda apenas pedras, rios e matas, guarda as pegadas da história, os rastros dos povos originários, dos negros escravizados que por ali passaram, das mulheres e homens trabalhadores que moldaram com suor, resistência e

esperança a tessitura da cidade de Santa Luzia. O reconhecimento deste bem como de relevante interesse cultural é, portanto, ato de afirmação da memória coletiva, de reparação simbólica e de compromisso com a preservação de um território que une patrimônio material, imaterial e ambiental.

Este projeto de lei também dialoga diretamente com as políticas de preservação da biodiversidade e de promoção da educação ambiental, refletidas no Projeto de Lei nº 67/2025, apresentado na Câmara Municipal de Santa Luzia, que prevê a criação de um Parque Ecológico na Fazenda Vicente Araújo, articulando proteção ambiental, educação e resgate histórico.

Diante do intenso avanço da urbanização, das pressões do capital imobiliário e da lógica colonial que insiste em apagar os vestígios da nossa história, este projeto ergue-se como trincheira de resistência cultural, de defesa do direito à memória, ao território e à paisagem.

Desse modo, reconhecer a Fazenda Vicente Araújo como bem de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais é de suma importância para fortalecer iniciativas de proteção e salvaguarda deste bem. É afirmar institucionalmente que a história do povo mineiro, dos povos tradicionais, dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, não será esquecida nem apagada.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto de lei, que ecoa o desejo legítimo da comunidade luziense e de lideranças comprometidas com a preservação da história, da cultura e da natureza do nosso Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.907/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Ruralista, realizada anualmente no Município de Piracema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termo da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Festa do Ruralista, anualmente realizada no Município de Piracema.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, em atendimento ao art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Leonídio Bouças (PSDB), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Justificação: A Festa do Ruralista, anualmente realizada no Município de Piracema, é um evento que celebra a cultura rural, valorizando as raízes e tradições da comunidade piracemense. Além de músicas, *shows*, danças e atividades para toda a família, a festa inclui o tradicional desfile de carros de boi, quando a comunidade se mobiliza para apresentar seus carros decorados, relembrando uma modalidade de transporte antiga e que mantém viva a cultura ruralista local.

A Festa do Ruralista de Piracema, que ocorre geralmente no início da segunda quinzena no mês de julho, celebrará a sua 37ª edição em 2025. O evento atrai turistas de todas as partes do Estado, aquecendo diversos setores da economia do município.

Diante da relevância histórica, cultural e econômica da Festa do Ruralista, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.909/2025

Declara de utilidade pública o Rotary Clube de Patrocínio Brumado dos Pavões, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Rotary Clube de Patrocínio Brumado dos Pavões, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2025.

Maria Clara Marra (PSDB), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Justificação: O Rotary Club de Patrocínio "Brumado dos Pavões" tem desempenhado, desde 1995, um papel essencial na promoção do bem-estar social no município, por meio de iniciativas permanentes e voluntárias.

Entre suas principais ações destacam-se a construção de moradias para famílias em situação de vulnerabilidade, a manutenção de salas de aula em parceria com o poder público, a cessão de cadeiras de rodas, o apoio a entidades assistenciais, a realização de campanhas educativas e ambientais, além de doações de equipamentos de saúde e segurança.

Pelo impacto concreto e contínuo em diversas áreas sociais, a entidade merece o reconhecimento de Utilidade Pública.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.916/2025

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Juventude Unida – São Pedro do Avaí , com sede no Município de Manhuaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Associação Esportiva Juventude Unida – São Pedro do Avaí , com sede no Município de Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Lincoln Drumond (PL)

Justificação: A Associação Esportiva Juventude Unida oferece acesso ao esporte, promovendo um ambiente saudável e respeitável para crianças e adolescentes e fomenta a saúde física e mental. Além disso, estimula a formação cidadã através de valores como disciplina, trabalho em equipe, construindo um ambiente de apoio essencial para o bem-estar e o futuro da juventude local. Conceder este reconhecimento valida a legitimidade e o impacto positivo de seu trabalho, ampliando sua visibilidade para atrair recursos e parcerias. Além, de inspirar outras iniciativas educacionais e de saúde.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.918/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural, do Estado de minas Gerais, a festa de Santo Antônio do Boqueirão, no Município de Unaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 2022, a festa de Santo Antônio do Boqueirão, no Município de Unaí.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2025.

Professor Cleiton (PV), presidente da Comissão de Cultura.

Justificação: A Festa de Santo Antônio do Boqueirão em Unaí-MG, é uma celebração tradicional que ocorre anualmente, atraindo muitos fiéis e visitantes. É um evento cultural e religioso importante para a comunidade local, com destaque para a Romaria e as atividades relacionadas ao santo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.920/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Exposição Agropecuária, Cultural e Artística, realizada no Município de Virgínia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Exposição Agropecuária, Cultural e Artística, realizada no Município de Virgínia.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Professor Cleiton (PV), presidente da Comissão de Cultura.

Justificação: A Expo Virgínia é uma tradicional Exposição Agropecuária, Cultural e Artística, que há mais de quatro décadas mobiliza a população local e atrai visitantes de toda a região. Sua importância transcende o entretenimento, promovendo o desenvolvimento econômico, o turismo rural, a valorização dos produtores e artistas locais, além de gerar empregos diretos e indiretos durante sua realização.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 12.013/2025, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a implantação, no Município de Paracatu, do programa Melhor em Casa, e seja enviado ao referido órgão o Ofício nº 46/2025, da vereadora Nilda da Associação, que trata dessa solicitação. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 12.014/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Araguari – Acia – pelos seus 90 anos de existência como um alicerce para o comércio e a indústria do município. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 12.015/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cooprata pelos seus 60 anos de fundação, celebrados em maio de 2025. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 12.016/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao secretário de Estado de Governo, ao secretário de Estado de Educação e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciado em relatório detalhado da implementação da Lei nº 23.904, de 3/9/2021, contendo a relação de municípios, instituições e números de absorventes ou itens similares distribuídos, mês a mês, desde a sua publicação, nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde e maternidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde –SUS –, nas unidades de acolhimento e nas unidades prisionais no Estado; as parcerias firmadas com a iniciativa privada ou com organizações não governamentais com o objetivo de promover a disponibilização e a distribuição gratuita de absorventes higiênicos ou itens de higiene similares; os dados de pesquisas realizadas para subsidiar e aperfeiçoar as ações governamentais; os incentivos dados à fabricação de absorventes higiênicos e de itens de higiene similares por microempreendedores individuais, por pequenas e microempresas e por cooperativas, bem como por unidades prisionais; os incentivos dados à criação de cooperativas e associações para produção de absorventes higiênicos ou itens de higiene similares; as medidas educativas e preventivas realizadas referentes ao ciclo menstrual e à saúde reprodutiva; e as campanhas realizadas para divulgação de informações sobre a garantia de acesso a absorventes higiênicos ou itens de higiene similares no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.017/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Sra. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em razão da violência política de gênero que sofreu durante reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, ocorrida em 27/5/2025, quando por diversas vezes foi silenciada, interrompida, desrespeitada e ridicularizada por senadores, especialmente pelo senador Marcos Rogério, que silenciou seu microfone por inúmeras vezes.

Nº 12.018/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, por meio do Programa Estadual de Dignidade Menstrual, garanta o acesso a absorventes ou itens similares de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social das áreas rurais do Estado.

Nº 12.019/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que, por meio do Programa Estadual de Dignidade Menstrual, promova incentivos a microempresas, microempreendedores individuais, cooperativas e unidades prisionais para fabricação de absorventes e itens similares de higiene ainda neste e no próximo ano.

Nº 12.020/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao presidente da Câmara Municipal de Raposos pelo tratamento desrespeitoso e agressivo durante fala da vereadora Paula Torres em que ela questionava a qualificação de médicos para crianças com transtorno do espectro autista e foi interrompida por risadas e deboche, tendo o seu microfone cortado como tentativa de silenciamento, na presença dos pais e das mães que acompanhavam a discussão. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 12.021/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao senador Marcos Rogério da Silva Brito pelo tratamento desrespeitoso e ofensivo com a ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, durante reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, em 27/5/2025. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 12.022/2025, da deputada Nayara Rocha, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.791/2025, de sua autoria.

Nº 12.023/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações acerca do andamento das obras previstas na concessão do Lote 1 – Triângulo Mineiro de rodovias estaduais, consubstanciadas no cronograma original de investimentos da concessionária, no último relatório técnico-operacional, físico e financeiro e na programação mensal de obras e serviços, com a indicação das obras já realizadas e da ocorrência de atraso efetivo, se houver; e da contratação do verificador independente previsto no contrato de concessão, com o envio de seus relatórios ou dos relatórios próprios das ações de fiscalização sobre as obras executadas, caso o verificador não tenha sido contratado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.024/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre as medidas que o órgão de que é titular vem adotando para garantir o cumprimento, em favor de Minas Gerais, das disposições do §1º do art. 66 da Lei Federal nº 14.273, de 23 de dezembro que 2021 (Lei das Ferrovias), que determina a aplicação de pelo menos metade dos recursos provenientes das outorgas e das indenizações ferroviárias em projetos dos entes federados, proporcionalmente à extensão da malha ferroviária que os originou, e cujo descumprimento tem sido deletério para a infraestrutura, logística, mobilidade e segurança viária do Estado; e sobre a justificativa para ausência de ações que busquem o cumprimento da lei, caso não tenham sido efetuadas providências com esse fim. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.025/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja colocada sinalização adequada nos trechos da obra de recapeamento da Rodovia MG-424, especialmente entre os Municípios de Capim Branco e Pedro Leopoldo, salientando-se que as condições instáveis de trafegabilidade da pista têm levado ao aumento do número de acidentes nesses trechos, com internações que sobrecarregam o sistema de saúde pública dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nº 12.026/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de obras de manutenção da Rodovia MG-211, incluindo a capina da margem, entre o Município de Novo Cruzeiro e o entroncamento com a BR-116, no Município de Catuji, pois a situação precária dessa rodovia, com baixa visibilidade, vem provocando graves acidentes.

Nº 12.027/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada manutenção asfáltica na Rodovia AMG-3010, em Argirita, tendo em vista a existência de grandes buracos nessa rodovia, que colocam em xeque a segurança de seus usuários.

Nº 12.028/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. em Belo Horizonte, à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para a implantação de vagão-bike, vagão especial para transporte de bicicletas montadas, no trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão.

Nº 12.029/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e à diretoria da Vale S.A. em Belo Horizonte pedido de informações sobre o cronograma de ampliação de horários do trem de passageiros na Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão.

Nº 12.030/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre a destinação dos recursos, estimados em R$8.000.000,00, advindos da redução de padrão técnico de intervenções de segurança viária e redução de conflito urbano em municípios do Estado, conforme publicação do Ementário ANTT de 19/5/2025, e devidos ao Estado pelos termos contratuais da renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

Nº 12.031/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, citando os motivos, individualmente, que justifiquem esses *status* de execução.

Nº 12.032/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, especificando-se os motivos que justifiquem o *status* de execução de cada uma delas.

Nº 12.033/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações consubstanciadas na relação das obras com os valores das contrapartidas das renovações antecipadas das concessões da malha ferroviária da MRS Logística S.A. e da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM, no Estado.

Nº 12.034/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – Sumob – pedido de providências para que seja incluída, no âmbito das obras e reformas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, em decorrência de seu processo de municipalização, a implantação de faixas preferenciais para motociclistas, com demarcação horizontal, indicações verticais e dispositivos de sinalização adequados, observando os parâmetros técnicos definidos pelo Sistema Nacional de Trânsito e órgãos competentes; sejam realizados estudos técnicos de viabilidade, impacto e segurança para a definição dos trechos mais adequados à implantação dessas faixas; e sejam promovidas campanhas educativas e de orientação à população sobre o seu uso correto, com o objetivo de garantir a convivência harmônica entre todos os modais de transporte.

Nº 12.035/2025, do deputado Tito Torres, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.543/2016, do deputado Nozinho.

Nº 12.036/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate executadas em decorrência do resgate de oito trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, ocorrido em maio de 2025, durante operação realizada pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria localizada no Município de São Gonçalo do Rio Preto, no Vale do Jequitinhonha. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.037/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam executadas ações de pós-resgate, especialmente no âmbito da assistência social e do acesso à saúde, destinadas aos oito trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão durante operação realizada em maio de 2025 pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria no Município de São Gonçalo do Rio Preto.

Nº 12.038/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Comunidade Evangélica Nova Vida pelo sucesso da realização do casamento comunitário e por toda a assistência prestada aos casais participantes do evento.

Nº 12.039/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. André Luiz Cândido Ribeiro, delegado de polícia; a Sra. Jéssica Rodrigues Cruz Gomes, subinspetora de polícia; os Srs. Rafael Chaia Martins e Vitor Manoel Duarte e a Sra. Fernanda Cristina Braga Pereira, investigadores de polícia; as Sras. Thalita Kaline Jacinto Alves de Souza e Kênia Carolina Martins de Souza, escrivãs de polícia da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Juatuba; o Sr. Manoel Raimundo da Silva Neto, investigador de polícia da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – em Juatuba; e os terceiros-sargentos PM Paulo Fernando Ferreira, PM Abraão Júnior Silva Caixeta e PM Carlos Henrique Soares e o Sd. PM Layron Teixeira Araújo, do 3º Pelotão da 7ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em Juatuba, pelo cumprimento de mandado de prisão preventiva e de busca e apreensão em virtude da prática de tráfico de drogas nesse município.

Nº 12.040/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o reestabelecimento do fornecimento de combustível às forças de segurança pública do Estado, uma vez que a ordem de corte impossibilita a garantia da segurança da população, a prevenção e a repressão ao crime e a manutenção da ordem pública.

Nº 12.042/2025, do deputado Lincoln Drumond, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Nunes Bar e Restaurante pela conquista do título de campeão da edição 2025 do Comida di Buteco no Vale do Aço. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 12.043/2025, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Dr. José Marques de Oliveira, em Pouso Alegre, pelos seus 60 anos de fundação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.044/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Município de Betim pela inauguração do novo Centro de Tratamento de Idosos no município.

Nº 12.045/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Henrique Moraes Salvador Silva, médico e presidente do Conselho de Administração da Rede Mater Dei de Saúde, pelo recebimento da Medalha Thomé de Souza – Cidadão Honorário de Salvador, concedida pela Câmara Municipal de Salvador.

Nº 12.046/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ivo de Oliveira Lopes pelos relevantes serviços prestados na área da saúde como médico ginecologista e obstetra. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 12.047/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Manoel Cardoso Linhares por sua destacada contribuição para o desenvolvimento do setor turístico e hoteleiro no Estado e no País. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020.)

Nº 12.048/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Municipal Dr. Melo Viana, do Município de Nova Resende, pelos seus 100 anos de fundação, celebrados em 2025. (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.049/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma – e à Promotoria de Justiça da Comarca de Prudente de Morais pedido de providências para que adotem as medidas administrativas e judiciais cabíveis quanto ao licenciamento ambiental do projeto Mina Limeira, de propriedade da empresa Sandra Mineração Ltda., diante das irregularidades apontadas pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – no Ofício FEAM/GAB nº 43/2025.

Nº 12.050/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, tão logo seja sancionada a lei decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 1.841/2023, que alterou a denominação da APA Parque Fernão Dias para APA Parque Cataguás, sejam substituídas as sinalizações que contêm a nomenclatura da unidade de conservação, bem como as referências ao local existentes em meio digital.

Nº 12.051/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itabira pedido de providências para que promova a isenção da cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – das propriedades dos Bairros Bela Vista e Nova Vista, atingidos pelo empreendimento do Sistema Pontal da empresa Vale S.A., no Município de Itabira. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 12.052/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para garantirem a participação social nos processos de licenciamento ambiental referentes ao empreendimento de ampliação das cavas de Conceição e Minas do Meio, ao descomissionamento das barragens do Sistema Pontal e à renovação da licença de operação do Complexo de Itabira, da empresa Vale S.A., haja vista que os prazos de requerimento de realização de audiência pública foram encerrados sem o devido conhecimento por parte da população e da Prefeitura Municipal de Itabira, diante da ausência de ampla divulgação pública sobre procedimentos e prazos de requerimento.

Nº 12.053/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que, por meio da auditoria técnica da Aecom do Brasil, sejam realizados estudos sobre a qualidade do ar e a poluição sonora no Município de Itabira, em especial com relação aos poluentes atmosféricos e aos ruídos produzidos pelas atividades minerárias da empresa Vale S.A.

Nº 12.054/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itabira e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja incluída a empresa Aecom do Brasil na composição do comitê formado para tratar dos assuntos relacionados ao sistema minerário da Vale S.A. no município.

Nº 12.055/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações acerca das medidas que estão sendo adotadas para mitigar as emissões atmosféricas, os ruídos e as vibrações decorrentes da movimentação de máquinas e equipamentos no sistema minerário da Vale S.A. no Município de Itabira. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.056/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que realize estudo, às expensas da Vale S.A., acerca dos impactos das atividades minerárias da empresa na saúde física e mental da população do Município de Itabira, tendo em vista os relatos dos participantes da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 30/5/2025, que debateu os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, nesse município. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 12.057/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA – pedido de providências para a manutenção do processo de demarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá, Poções e Peixe Bravo, de acordo com o Processo Administrativo ICMBIO nº 02070003562/2009-53, de forma a fortalecer as iniciativas de produção, gestão, conhecimento e as capacitações em comunidades rurais que compõem a área prevista para a criação da reserva, no Município de Riacho dos Machados.

Nº 12.058/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja considerado, em novos licenciamentos ou expansões de empreendimentos minerários da empresa Vale S.A., o implemento de ações direcionadas à saúde física e mental da comunidade do entorno onde está ou será instalado o empreendimento.

Nº 12.059/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Itabira pedido de providências para que adote protocolo específico de avaliação da saúde física e mental no atendimento à população,

a fim de que seja possível identificar problemas relacionados às atividades de exploração do complexo minerário da Vale S.A. no referido município. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 12.060/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Arquivo Público Mineiro pelos seus 130 anos de fundação.

Nº 12.061/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o diretor brasileiro Kleber Mendonça Filho pelo prêmio de melhor direção no Festival de Cannes, com o filme *O Agente Secreto*.

Nº 12.062/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lori Figueiró por seu relevante trabalho à frente do projeto Guardiãs das Palavras Benditas, iniciativa que preserva, fortalece e reverencia os saberes ancestrais do benzimento, patrimônio imaterial tecido nas mãos e nas palavras de mulheres guardiãs da cura e da espiritualidade popular, e pela publicação do livro *Benzedeiras do Jequitinhonha*, obra que eterniza memórias, práticas e histórias das mestras do Vale, reafirmando a centralidade da cultura popular na construção de territórios vivos, resistentes e profundamente enraizados na sabedoria dos povos.

Nº 12.063/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Aline Ruas por seu relevante trabalho à frente do projeto Guardiãs das Palavras Benditas, iniciativa que preserva, fortalece e reverencia os saberes ancestrais do benzimento, patrimônio imaterial tecido nas mãos e nas palavras de mulheres guardiãs da cura e da espiritualidade popular, e pela publicação do livro *Benzedeiras do Jequitinhonha,* obra que eterniza memórias, práticas e histórias das mestras do Vale, reafirmando a centralidade da cultura popular na construção de territórios vivos, resistentes e profundamente enraizados na sabedoria dos povos.

Nº 12.064/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Jussara Costa e o Sr. Diego Kelmann, produtores, e o Sr. Leandro Junior, artista plástico, pela exibição do documentário *Viúvas de Maridos Vivos* em mostra no Festival de Cannes, o maior e mais antigo festival de cinema do mundo.

Nº 12.065/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, considerando a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0025342-30.2016.8.13.0514, que tramitou na Comarca de Pitangui e julgou procedente o pedido formulado pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e outros para obrigar o Estado e o Iepha-MG a realizarem, no prazo de 120 dias, a restauração integral do Casarão Maria Tangará e que determinou a obrigação de conservação, manutenção e destinação útil do referido imóvel, pedido de informações detalhadas sobre o cumprimento da decisão judicial mencionada, especialmente quanto à restauração integral do casarão, enviando-se a esta Casa o cronograma de execução física e financeira das obras e esclarecendo-se a dotação orçamentária e a fonte de recursos destinados à execução do referido projeto de restauração, bem como a destinação do imóvel, nos termos da decisão judicial. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.066/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com a direção do Colégio Mundo Novo pela contribuição efetiva à educação, inovação pedagógica e construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa. (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.067/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Alexandre Souza da Silva, Antônio Carlos do Santos, Antônio Ferreira, Bruno Fernando, Carlos Alberto Pereira da Costa, Edvaldo Junio Figueiredo Muniz, Elder Gomes dos Santos, Eliandro Crispim da Silva, Ezio Nogueira Graciano, Helton Vanderlei Moreira, Isaac David da Silva, José Eduardo Porto, José Nilson Francisco dos Santos, Mauro Enio Ferreira, Mauro Lúcio Santana Montanauro, Milton Junio Gomes do Santos, Oldak Ribeiro, Olicio Souza Santos, Regis Moreira Pinto, Ricardo Luiz Ferreira, Ricardo Teixeira da Silva, Robson Cesar Lisboa, Roberto Martins de Paula, Ronaldo Evangelista dos Santos, Roney Luiz Thiago, Roney Martins de Paula, Sergio José de Oliveira, Wanderson Valeriano de Azevedo, Wendel Graciano da Cruz, Lúcio Nei Ferreira de Souza, Jorge Luiz

da Cruz, Nilson Antônio Pereira Lopes, Guilherme Antônio de Lima, Wanderley Januário Lisboa, Leônidas Souto Ferreira, Paulo Afonso Moreira, Raimundo Carlos Carlota, Charles Ferreira da Silva, Rafael Augusto Silva Santos, Hudson André do Nascimento Santos, Edson Lamartine Moreira, Wagner Perpétuo dos Santos, Michael Vieira Rosa e Ronildo André da Silva por suas inestimáveis contribuições para a preservação, valorização e transmissão da cultura afro-brasileira no Estado.

Nº 12.068/2025, do deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Centro Universitário Governador Ozanam Coelho – Unifagoc – pela obtenção da nota máxima de seu curso de medicina junto ao Ministério da Educação – MEC.

Nº 12.069/2025, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pe. Miguel Ângelo Fiorillo pelos cuidados com os bens religiosos, culturais e históricos do Município de Itabirito sob sua responsabilidade. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 12.070/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre possíveis violações de direitos humanos na Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, especificando-se qual é o procedimento adotado para fiscalização e controle da qualidade dos alimentos fornecidos às pessoas privadas de liberdade; se há registros de inspeções recentes, com o envio, em caso afirmativo, dos relatórios correspondentes; se a penitenciária está fornecendo vestuário básico (agasalho e chinelo) às pessoas privadas de liberdade e, em caso negativo, qual a justificativa para o não fornecimento; se existe algum ato normativo que impeça a entrega desses itens de vestuário pelas famílias, com o envio do documento correspondente, se houver; quais medidas têm sido adotadas para garantir o atendimento médico às pessoas adoecidas nas celas; se há equipe de saúde permanente na unidade; se existem celas sem iluminação adequada, quantas são e em quais alas se encontram; e se há previsão para a solução dessa situação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.072/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre possíveis violações de direitos humanos no Complexo Penitenciário de Ponte Nova, especificando-se quais medidas estão sendo adotadas para apurar as recentes denúncias de abuso de autoridade e de uso desproporcional da força por policiais penais no referido complexo penitenciário; se a secretaria de que é titular tem conhecimento sobre o uso, por parte de policiais penais, de *sprays* de pimenta de origem pessoal no interior da unidade, em possível desacordo com os procedimentos de controle e registro de uso estabelecidos para os equipamentos fornecidos oficialmente pela administração prisional; se há registros formais, no ano de 2025, de irregularidades ou inconformidades relacionadas à alimentação fornecida às pessoas privadas de liberdade e, em caso afirmativo, quais foram as medidas adotadas pela secretaria diante dessas ocorrências; se a unidade prisional realiza o pagamento pelas refeições fornecidas mesmo quando identificada desconformidade quanto a qualidade, higiene ou valor nutricional e, em caso afirmativo, quais os critérios adotados para essa liberação de pagamento; se, quando a unidade não consegue suprir a demanda por itens de vestuário como agasalhos e chinelos, é permitida a entrega desses materiais por familiares e, em caso negativo, qual a justificativa para a restrição, especialmente em períodos de baixas temperaturas; quais são as providências da secretaria para garantir, diante das denúncias de casos de tuberculose entre as pessoas privadas de liberdade, o isolamento dos casos ativos, o tratamento médico adequado e a prevenção de surtos dentro da unidade; e quantas pessoas privadas de liberdade na referida unidade estão atualmente com suspeita de tuberculose e quantos casos já foram confirmados no ano de 2025. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.073/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre possível utilização da estrutura institucional da PMMG para fins de promoção da cooperativa financeira Coopemg, supostamente administrada por oficiais da reserva da corporação, conforme denúncia recebida pela comissão, esclarecendo se há normativas internas que autorizam a participação de militares da ativa, fardados, em peças publicitárias de instituições privadas, como cooperativas financeiras e quais são os parâmetros

legais ou regulamentares que fundamentam essa autorização; se houve autorização formal da corporação para a utilização de instalações militares como cenários de gravação ou divulgação institucional da Coopemg, enviando-se os documentos de autorização, em caso afirmativo; se existem convênios, termos de cooperação, contratos ou parcerias oficiais firmados entre a corporação e a cooperativa, enviando-se cópia integral dos documentos celebrados desde o ano de 2019, em caso afirmativo; se a PMMG tem conhecimento de relatos de constrangimento, pressão hierárquica ou assédio institucional a militares da ativa para adesão à Coopemg ou participação em suas ações de divulgação e quais medidas foram adotadas para apuração; se há entendimento oficial da corporação de que o uso do fardamento em conteúdos de natureza promocional fere a disciplina militar, de acordo com o Memorando-Circular nº 102750/2020 – EMPM, e se tal entendimento tem sido aplicado de forma equitativa a praças e oficiais; e seja enviado aos referidos órgãos o *link* para acesso à denúncia recebida na comissão. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico, dos Direitos da Mulher, de Transporte, de Cultura, de Direitos Humanos, de Meio Ambiente, do Trabalho e de Saúde.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Acordo de Líderes

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acorda seja prorrogado até o dia 25 de junho de 2025 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.782/2025, do governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Cassio Soares, líder do BMF – Noraldino Júnior, líder do BAM – Ulysses Gomes, líder do BDL – Bruno Engler, líder da Bancada do PL – Roberto Andrade, líder da Maioria – Cristiano Silveira, líder da Minoria.

Decisão da Presidência

A presidência acolhe o acordo, determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 10 de junho de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 12.017 a 12.019/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, 12.025 a 12.034/2025, da Comissão de Transporte, 12.037 e 12.038/2025, da Comissão do Trabalho, 12.039 e 12.040/2025, da Comissão de Segurança Pública, 12.044 e 12.045/2025, da Comissão de Saúde, 12.049, 12.050, 12.052 a 12.054, 12.057 e 12.058/2025, da Comissão de Meio Ambiente, e 12.060 a 12.064 e 12.067/2025, da Comissão de Cultura. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

da Comissão do Trabalho, informando que, na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, foram aprovados os Requerimentos nºs 11.646, 11.647 e 11.649 a 11.652/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, e os Projetos de Lei nºs 2.388/2024, do deputado Adriano Alvarenga, 3.473/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes;

da Comissão de Meio Ambiente, informando que, na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, foram aprovados os Requerimentos nºs 11.413 e 11.418/2025, da Comissão de Administração Pública, e 11.589, 11.592, 11.604, 11.605, 11.611 e 11.634 a 11.636/2025, da Comissão de Participação Popular;

da Comissão de Saúde, informando que, na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/6/2025, foram aprovados o Projeto de Lei nº 3.253/2025, do deputado Alencar da Silveira Jr., e os Requerimentos nºs 11.591, 11.593, 11.595, 11.596, 11.600, 11.602, 11.608 e 11.610/2025, da Comissão de Participação Popular;

da Comissão dos Direitos da Mulher, informando que, na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, foi aprovado o Requerimento nº 11.775/2025, da deputada Ana Paula Siqueira;

da Comissão de Direitos Humanos, informando que, na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, foi aprovado o Requerimento nº 11.642/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana;

da Comissão de Desenvolvimento Econômico, informando que, na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, foram aprovados os Requerimentos nºs 11.683 a 11.686/2025, do deputado Rodrigo Lopes, e 11.687/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes;

da Comissão de Cultura, informando que, na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, foram aprovados os Requerimentos nºs 11.552/2025, da Comissão de Meio Ambiente, e 11.681/2025, do deputado Lincoln Drumond, e o Projeto de Lei nº 2.432/2024, da deputada Lohanna; e

da Comissão de Transporte, informando que, na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, foram aprovados os Requerimentos nºs 11.382 e 11.474/2025, da deputada Marli Ribeiro, 11.390, 11.391, 11.394 a 11.397, 11.399, 11.640 e 11.641/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, 11.551/2025, da Comissão de Meio Ambiente, 11.655/2025, da Comissão de Participação Popular, e 11.678/2025, da Comissão de Assuntos Municipais, e os Projetos de Lei nºs 3.021 e 3.025/2024, do deputado Gil Pereira, 3.187/2024, do deputado Tadeu Leite, e 3.256/2025, do deputado João Vítor Xavier (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 12.022/2025, da deputada Nayara Rocha, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.791/2025 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 11.667/2025, da deputada Bella Gonçalves e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para proceder à entrega do título de Cidadã Honorária do Estado à Sra. Erika Santos Silva; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 12.035/2025, do deputado Tito Torres, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.543/2016, do deputado Nozinho.

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.074/2019, do deputado Noraldino Júnior. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Bosco em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.316/2025 seja apreciado em primeiro lugar, dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento da deputada Ione Pinheiro em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que e que o Projeto de Lei nº 1.661/2023 seja apreciado em segundo lugar, dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 316/2023, da deputada Lud Falcão, que dispõe sobre a ação do Poder Executivo na ampliação e implantação de unidades de tratamento intensivo neonatal – Utin – destinadas ao atendimento do SUS e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" do deputado Alencar da Silveira Jr., da deputada Amanda Teixeira Dias e dos deputados Bruno Engler, Caporezzo, Elismar Prado, Gil Pereira, Mário Henrique Caixa e Rafael Martins. Portanto, votaram "sim" 43 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 316/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Luizinho (PT)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.245/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Bloco do Urso, evento carnavalesco realizado no Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Adalclever Lopes. Portanto, votaram "sim" 49 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.245/2025 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2025, do deputado Bosco, que confere ao Município de Araxá o título de Capital Estadual de Mountain Bike. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Adalclever Lopes. Portanto, votaram "sim" 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.661/2023, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Igarapé o imóvel localizado na Avenida Governador Valadares, nº 477, Centro, em Igarapé, e dá

outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.661/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 70/2025, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado a Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" dos deputados Bim da Ambulância e Bosco. Portanto, votaram "sim" 43 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 69/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13/1/2025. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 69/2025 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.344/2021, do deputado Bruno Engler, que dispõe sobre a imposição de infração administrativa e de multa no caso de depredação a monumentos históricos e culturais situados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, acompanhada de acordo de líderes, o qual foi acolhido por decisão da presidência, que foram publicados na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Antonio Carlos Arantes, que recebeu o nº 1, e que, por conter matéria nova, veio acompanhada de acordo de líderes, o qual foi acolhido pela presidência, que determinou o seu cumprimento, e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Segurança Pública para parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.827/2022, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar as áreas correspondentes ao Município de Coluna. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 281/2023, do deputado Coronel Henrique, que altera a Lei nº 23.765, de 7/1/2021, que Institui o Polo Moveleiro de Ubá e Região. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada uma emenda do deputado Alencar da Silveira Jr., que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" dos deputados Antonio Carlos Arantes e Duarte Bechir. Portanto, votaram "sim" 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 281/2023 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.332/2024, do deputado Zé Guilherme, que reconhece no Estado o uso do cordão de fita com desenho de mãos coloridas sobrepostas por uma silhueta humana como símbolo estadual de identificação de pessoas com doenças raras e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.332/2024 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750/2019, do deputado Duarte Bechir, que dispõe sobre campanha de conscientização da importância da inclusão da pessoa com deficiência nas escolas públicas e privadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750/2019 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Educação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.070/2021, do deputado Thiago Cota, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o Imóvel que específica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 343/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Monumento Menino da Porteira, localizado no Município de Ouro Fino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Adalclever Lopes. Portanto, votaram "sim" 53 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 343/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.437/2023, do deputado Raul Belém, que reconhece como de relevante interesse cultural o modo artesanal de fazer o doce cristalizado, bordado e em compota de Carmo do Rio Claro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Alencar da Silveira Jr. Portanto, votaram "sim" 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.437/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.467/2024, da deputada Maria Clara Marra, que institui a Campanha Permanente de Publicidade sobre o Direito a Vaga de Estacionamento Especial para Pessoas com transtorno do espectro autista – TEA – e dispõe sobre a divulgação dessa campanha nas escolas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões da Pessoa com Deficiência, de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.467/2024 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão da Pessoa com Deficiência.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.647/2024, da deputada Amanda Teixeira Dias, que acrescenta dispositivo à Lei nº 22.256, de 26/7/2016, instituindo o Sistema de Defesa Prévia às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.647/2024 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Segurança Pública.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.246/2025, da deputada Lohanna, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival Marreco, realizado no Município de Patos de Minas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Retifiquem-se os votos dos deputados Bruno Engler e Caporezzo, da deputada Chiara Biondini e do deputado Sargento Rodrigues de "sim" para "não". Portanto, votaram "sim" 49 deputados; votaram "não" 4 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.246/2025 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.526/2025, do deputado Eduardo Azevedo, que reconhece a pesca esportiva como modalidade de relevante interesse econômico, turístico, esportivo e cultural do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” da deputada Carol Caram. Portanto, votaram “sim” 50 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.526/2025 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Cultura.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.732/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado a realizar a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina

pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" dos deputados Doorgal Andrada e Hely Tarqüínio e da deputada Maria Clara Marra. Portanto, votaram "sim" 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.732/2025 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Fiscalização Financeira.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

Declarações de Voto

O deputado Eduardo Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos parlamentares presentes no Plenário e àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. O Projeto nº 3.526/2025, de minha autoria e que hoje aprovamos, reconhece a relevância da pesca esportiva como modalidade esportiva de atividade e lazer no Estado. Minas Gerais hoje tem dezenas e milhares de praticantes da pesca esportiva, entendida como modalidade "pesque e solte", na qual o recurso pesqueiro capturado é devolvido ao ambiente de captura. Possuímos diversos lagos e rios, muitos propícios a tal prática, como Três Marias, Barragem de Carmo do Cajuru, Furnas, entre outras. Ao redor desses acontecem centenas de eventos todos os anos com grande número de adeptos. Essas atividades, sem dúvida nenhuma, têm impactos econômicos e sociais muito significativos para o nosso Estado. Todos nós sabemos que o esporte é essencial como ferramenta de desenvolvimento pessoal. Além disso, há um mercado que existe em razão da pesca esportiva, lojas de venda de materiais, promoção de eventos, culinárias, rede hoteleira, turismo em geral, entre outros. O reconhecimento legal que o projeto propõe coloca ainda a pesca esportiva entre as modalidades esportivas que devem receber atenção especial das políticas

públicas estatais. Além disso, propicia que a pesca esportiva seja contada como atividade esportiva para fins de distribuição de ICMS esportivo, pelo menos, até o fim do ICMS, tal como proposto pela reforma tributária, que só se dará em 2031. Então nada mais justo nesta tarde do que o reconhecimento da pesca esportiva como interesse relevante cultural, econômico e esportivo do Estado. Quero agradecer a todos os deputados que votaram a favor do projeto. Sem dúvida alguma, estaremos fomentando o lazer, o entretenimento, o esporte e, o mais importante de tudo isso, a economia de locais onde acontecem a pesca esportiva por todo o Estado. Nós sabemos que, por onde a pesca esportiva tem passado no Estado de Minas Gerais, tem arrastado multidões, e muitas pessoas estão ali para fomentar a renda e gerar emprego. Esta é a nossa função: trabalhar cada vez mais para que Minas Gerais seja um estado promissor. E, aprovando nesta tarde esse projeto, sem dúvida nenhuma, alcançaremos um rumo maior ainda para a pesca esportiva como geração de emprego e renda no Estado. Obrigado.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, caro presidente, Tadeu Martins; caros deputados, caras deputadas, colegas neste Plenário. Eu venho parabenizar esta Casa, em especial o nosso presidente Tadeu, que tem conduzido um trabalho firme em favor do povo mineiro com relação ao Propag; e também trazer o nosso agradecimento ao senador Rodrigo Pacheco pelo trabalho brilhante no Congresso Nacional, em conduzir Minas Gerais, em conduzir o Brasil nas políticas afirmativas, para melhorar a vida do povo. Hoje, com alegria imensa, nós aprovamos aqui um projeto de resolução da minha autoria, que dará o título de cidadã mineira para esta mulher valorosa, esta grande empreendedora, que coordena vários empreendimentos sociais no Brasil, que é a Luiza Trajano. A Luiza, do Magalu, do Magazine Luiza, será agora reconhecida como mineira, porque, já de investimento, é com certeza uma das mulheres que mais gera emprego e mais gera renda para o nosso povo. E através do Grupo Mulheres do Brasil, com a nossa amiga Claudia, de Itacarambi; a nossa amiga Milene, de Pedras de Maria da Cruz; e tantas mulheres valorosas no Estado, trouxemos aqui esta honraria a quem de fato é uma cidadã mineira, a quem de fato gera emprego e renda e promove as mulheres. Mais ainda: venho aqui dizer da alegria de ontem termos ouvido, da boca do secretário de Fazenda de Minas Gerais, que nós teremos em Minas Gerais, deputado Leleco, o cumprimento do art. 4º da nossa autoria, em conjunto com o Bloco Democracia e Luta, que se refere, dentro da Lei Salim Mattar, que está perdoando, está isentando mais de R$14.000.000.000,00 das locadoras, a no mínimo uma compensação social justa, que é o perdão da dívida dos hospitais filantrópicos, das Santas Casas, dos asilos, dos lares de idosos e das Apaes para com a Cemig. Segundo o secretário de Fazenda, está na mão do Confaz, e nós iremos ao ministro Fernando Haddad lutar para essa aprovação para o povo mineiro. Mais uma grande conquista. Outra grande conquista também, ontem, deputado Leleco, deputado Doutor Jean Freire, foi a secretária de Planejamento e Gestão ter reconhecido o crime cometido pelo Estado de Minas Gerais com os cidadãos mineiros, com os contribuintes, que, através da nova Lei nº 25.070, de 2024, têm o direito de pagar o IPVA, pagar a multa, pagar o licenciamento do veículo, pagar taxas, pagar o que quer que seja no ato da fiscalização, de *blitz*. A própria Seplag reconheceu um erro grotesco e covarde do Estado. E o CET deverá, nos próximos dias, tirar a portaria que coloca condicionamento para apreensão de veículos, promovendo mais condições para o nosso cidadão mineiro poder pagar os seus tributos, os seus impostos e as suas taxas no ato da fiscalização e da *blitz*. Quero dizer ao Estado que deverá reparar todos os mineiros que tiveram veículos apreendidos, que tiveram veículos rebocados para pátio; e tiveram que pagar guincho, tiveram que pagar pátio e tiveram que passar por constrangimentos. Nós sabemos bem que um cidadão que deixa de pagar um tributo, uma taxa, não é por má-fé, ele não é um criminoso. Foi por uma situação adversa naquele momento. Por isso a nossa nova lei de IPVA, a emenda da nossa autoria, no art. 12-B da Lei 25.070, de 2024, garante esse direito do cidadão pagar os seus impostos, as suas taxas e o licenciamento de veículo no auto de infração, no auto da fiscalização de trânsito. Por fim, queremos dizer da alegria de, na próxima quinta-feira, recebermos em Mariana, mas também em Belo Horizonte… Receberemos no Ceasa, a partir das 14 horas da próxima quinta-feira, dia 12, um grande presente do presidente Lula, um grande presente do senador Rodrigo Pacheco para toda Minas Gerais. Mais de trezentos municípios irão receber motoniveladoras, retroescavadeiras, pás-carregadeiras, tratores agrícolas e também escavadeiras hidráulicas para promoverem o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais. Obrigado, senador Rodrigo Pacheco e presidente Lula, por apoiarem o nosso

mandato, em conjunto com o mandato do deputado federal Paulo Guedes e com todos os nossos colegas deputados desta Casa. Viva o presidente Lula! Viva Rodrigo Pacheco!

A deputada Amanda Teixeira Dias – Sr. Presidente, colegas deputados, boa tarde. O deputado que me antecedeu deve estar vivendo no país das maravilhas, porque, com o caos instaurado, ele dar viva ao presidente Lula é realmente uma piada. Mas vamos ao que importa. Ontem nós assistimos ao depoimento de Mauro Cid no STF. Foram acusações totalmente descabidas, enredos criados; não houve nenhuma tentativa, nenhuma ação fática que pudesse culminar em um suposto golpe de Estado, como querem nos fazer crer com esse enredo. Essa suposta minuta de golpe vem sendo mais uma cortina de fumaça aqui no nosso país, para esconder, camuflar as mazelas do presidente Lula. Como alguns ministros do STF vivem no país das maravilhas, e não no Brasil real, eu queria lembrar-lhes o que está acontecendo no Brasil real. Nós temos uma fraude no INSS que lesa idosos, aposentados, pensionistas, pessoas que trabalharam a vida inteira. O dinheiro que vem sendo roubado dessas pessoas poderia servir para comprar um alimento, para pagar uma conta de casa. Mas não, está sendo saqueado no INSS. Por que o ministro não colhe os depoimentos dos autores desses crimes que estão sendo cometidos no INSS? Por que há uma justiça seletiva aqui no Brasil. Também, convidando o ministro do STF para o Brasil real, digo que aumentaram em 77% os casos de abuso e exploração sexual infantil de 2022 a 2025. Ou seja, as crianças gritam por socorro aqui no Brasil. Desde o governo Bolsonaro até o governo Lula, os casos de exploração sexual, de abuso infantil aumentaram 77%. Há o aumento das queimadas na Amazônia, nos biomas brasileiros, mas isso não se discute no STF. Por que não levar para discussão a redução da idade penal quando a gente vê uma jovem que, por motivo de inveja, por motivo torpe, envenena uma colega de 17 anos? Não vai ter nenhuma punição eficaz por ter ela 17 anos? Ela tinha plena consciência do seu ato, mas, infelizmente, o Código Penal, a Constituição brasileira… Por que o STF não passa a discutir a redução da idade penal? Não, o que querem é realmente fazer esse enredo de suposto golpe. É uma Justiça que persegue adversários, uma Justiça seletiva aqui no Brasil. Enquanto os corruptos do INSS não estão sendo interrogados, estão soltos, a gente vê pessoas que não têm nada a ver sendo interrogadas. Eu queria que o ministro, especialmente o ministro Alexandre de Moraes, usasse toda essa energia que ele tem para perseguir os pedófilos aqui no Brasil. Se ele fizesse isso, tenho certeza de que os casos de pedofilia no País seriam bem menores. Eu queria mesmo que o ministro Alexandre de Moraes perseguisse os pedófilos. Queria que ele fizesse atos para combater a pedofilia aqui, no nosso país. Queria também que ele colhesse depoimentos desses autores, desses corruptos do INSS. Então é isso, gente. A nossa Justiça não pode ser tão seletiva dessa forma. Nós temos que, de fato, ver o que está acontecendo no Brasil real, e não no Brasil das maravilhas, onde um suposto golpe seria o maior problema do Brasil no momento atual. Muito obrigada.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente, quero só lembrar a V. Exa. que aprovamos vários projetos nesta Casa, mas há projetos que aprovamos aqui, o governo o sanciona e o Detran tenta "mudificar" – não é nem modificar, é "mudificar", porque é isso o que ele fez e está fazendo nas *blitze*. Ontem, o Ricardo e o Rodrigues fizeram uma comissão. Você agora tem o seu carro apreendido, e estão colocando-o em cima de um reboque. Ontem recebi um telefonema do pessoal da Alessandra, do jornal *Estado de Minas*, que fez uma matéria grande sobre o que está acontecendo. Nós entramos em contato com o Detran, e posso afirmar nesta Casa que a portaria vai ser revogada, e ninguém pode passar por cima de uma lei, de uma regulamentação, Leleco. Aqui a gente proibiu a apreensão de veículos por causa de documento, e o pagamento é feito na hora. Se você teve o seu carro apreendido por causa de uma licença, de uma multa ou do IPVA, você faz o pagamento na hora. O que eles estão fazendo? Você faz o pagamento na hora e espera o seu carro. Mas você vai esperar o seu carro no depósito. Você está pagando, mas eles estão colocando o seu carro no reboque e levando-o para o pátio. Você demora de três a quatro dias para fazer a retirada desse veículo. O Lucas, do Detran, garantiu – repasso esta informação para V. Exas. e para a população mineira – que, a partir de agora, a portaria com que fizeram uma regulamentação superior à lei vai ser desfeita. O governo está preparando isso. Se seu carro está sendo apreendido e está com a documentação atrasada, você vai fazer o pagamento, e seu carro vai ser liberado. Nós tivemos problemas com deputados, com funcionários da Assembleia, com vários empresários e com várias pessoas que estão fazendo isso. Lembro, Sr. Presidente, que aprovamos várias leis, e a lei existe para ser cumprida. Para que essa lei seja cumprida, é preciso que o governo resolva urgentemente o problema do

pagamento em cada *blitz* e em cada apreensão de veículo que esteja com a documentação atrasada. No mais, Sr. Presidente, o pessoal da vistoria veicular… Eu me reunia com a Natália e com alguns membros que estão esperando o nosso projeto. Nós vamos ter a possibilidade, presidente, de colocar isso na próxima semana, já que temos todo o acerto que foi feito na comissão. Todas as emendas foram retiradas, a obrigatoriedade foi retirada. O projeto hoje tramita, vem a esta Casa – tenho certeza disto – com o parecer pela aprovação nas comissões e vai ser aprovado por todos os deputados desta Casa. A gente pede, por mais uma semana, paciência àqueles que têm a vistoria veicular e esperam a cautelar. Muito obrigado, Sr. Presidente. E é muito bom ver V. Exa. dirigindo os trabalhos agora, deputado Betinho. Tive a honra de ser deputado com o pai de V. Exa. e de ver, nesta tribuna, nessa presidência, o parceiro, companheiro, meu irmão Alberto Pinto Coelho, e hoje vejo o meu sobrinho. Parabéns, Betinho, por conduzir os trabalhos no resto desta sessão. Obrigado.

O presidente (deputado Betinho Pinto Coelho) – Obrigado, deputado Alencar da Silveira. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. deputados, eu venho a esta tribuna, hoje, para compartilhar um tanto quanto dessa nossa alegria pelas conquistas da última sexta-feira na nossa Campo Belo. Campo Belo é sede da Delegacia Regional, que, além de Cristais, que está um pouco atrás, abrange Aguanil e ainda Itaguara, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Refiro-me à nossa Delegacia Regional de Polícia Civil. Conversando com a chefe de polícia, Dra. Letícia Gamboge, nossa conterrânea – ela é de Cristais –, ela me falava do sucesso que tem sido a implantação da Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Rurais. Isso me deixou muito ansioso para conhecer e para também levar para a cidade onde eu moro, aquela cidade onde eu tive o orgulho de ser vereador e prefeito e, ali, atender aquela grande região com a implantação da citada delegacia. É do conhecimento de todos que Campo Belo tem se destacado tanto na produção agrícola, como também na pecuária. É uma cidade que cresce muito. Não só ela, mas também os municípios vizinhos, na mesma proporção, formam uma cadeia produtiva de muita qualidade e capacidade. Sexta-feira, inauguramos a Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Rurais, fruto de uma emenda deste parlamentar, no valor de R$500.000,00. Esse é o custo inicial, para que o parlamentar possa dedicar uma parte da sua emenda, a fim de que seja instalada essa Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Rurais. Quero compartilhar com os meus pares desta Casa que, um tempo atrás, presidente, foi motivo de uma audiência pública, quando estiveram nesta Assembleia os comandos das Polícias Militar e Civil, para discutir como fazer para apoiar os produtores na defesa desses crimes que são praticados, muito especialmente nesse período em que se concentra a produção do café, que é um dos principais produtos da nossa região Sul. Enquanto alguns discutiam no Plenário JK quais medidas, quais ações seriam necessárias para implementar uma defesa em favor do produtor rural, já estava eu – tendo indicado, no ano passado – esperando tão somente o governo proceder às licitações competentes, para que fossem enviados não somente uma picape muito poderosa, quatro por quatro, que vai circular na zona rural, mas também como os equipamentos de escritório que formam a instalação dessa Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Rurais. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu pude sentir a alegria, o contentamento daqueles que produzem ao ver que, a partir de agora, estão mais protegidos pela implantação da Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Rurais. Isso significa, na prática, que teremos um delegado que estará, de pronto, na delegacia para receber as denúncias de crimes, de furtos, todas aquelas maldades praticadas contra o homem do campo, e que se iniciem imediatamente as investigações. Vamos resolver? Sim, vamos resolver muitos casos, mas o que é melhor é que a polícia de Campo Belo e da região, agora, está pronta para defender o produtor. Foi uma grande conquista. Eu quero partilhar com as senhoras e com os senhores que, na mesma sexta-feira, dia 6, também fomos brindados pelo governo do Estado com a implantação da Delegacia da Mulher. Sabemos que ainda existem muitos covardes que agridem dentro de sua casa, que ameaçam as mulheres, mas, agora, Campo Belo passa a ter a delegacia para atender exclusivamente a mulher. É um presente que a nossa região ganha, Sr. Presidente, porque, onde não há delegacia da mulher, muitas delas nem vão à delegacia para tratar com o delegado e contar-lhe o que ela está passando dentro da sua casa, como as humilhações, as provocações e principalmente as ameaças desses covardes que ainda insistem em existir. Agora Campo Belo também foi brindada com a delegacia da mulher. Eu

quero saudar toda a região, como não poderia deixar de fazê-lo neste primeiro momento aqui, na Assembleia, pela implantação da Delegacia Especializada em Crimes Rurais, uma conquista em defesa do homem do campo. Também, com o mesmo orgulho e com o mesmo entusiasmo, quero compartilhar com os membros desta Casa a implantação da delegacia da mulher, que passa agora a ter mais defesa, que passa agora a ser mais respeitada. E os covardes, aqueles que agridem e ameaçam, não terão vez em Campo Belo a partir de agora. Um abraço a todos. Eu deixo aqui o meu agradecimento ao governador Romeu Zema pela parceria, juntamente com o vice-governador Mateus, porque isso se constrói com muitas mãos, não somente com a nossa emenda. É também com o programa do governo, com a ação do parlamentar e com a vontade de se fazer mais pelo povo de Minas Gerais. Governador Romeu Zema, muito obrigado. Mateus Simões, parabéns. E todos vocês, que receberam esses benefícios, vamos lá, vamos comemorar. É muita, mas é muita conquista para um dia só, na sexta-feira em Campo Belo. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Leleco Pimentel – Lula em Mariana. Mas é para além de Mariana; é para a Bacia do Rio Doce. Digo isso para que não confundamos uma agenda local com um compromisso inteiro com a Bacia do Rio Doce, portanto, com os municípios mineiros, com os municípios capixabas e também com o oceano. É por essa razão que eu, deputado Leleco Pimentel, e o majoritário, deputado federal Padre João, ambos do Partido dos Trabalhadores, acolheremos com alegria, em Mariana, nesta quinta-feira, dia 12, no período da manhã, essa importante agenda política na sua completude. Primeiro quero dizer que defendemos que os recursos da repactuação, no valor de R$2.100.000.000,00, sejam de fato destinados à duplicação da BR-356, entre Nova Lima e Mariana, mas a implantação de pedágio. Outra importante tarefa, que será anunciada pelo presidente Lula, é que nós defendemos, assim como o reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, o Prof. Luciano, que tenhamos um hospital público. E que a universidade possa ter nele referência de um hospital universitário, e não como quer o oportunismo daquele que anunciou, querendo que o hospital particular seja alugado para ser ocupado pela universidade, pelo curso de medicina. O legado que podemos deixar desse crime é que esse recurso se transforme efetivamente no primeiro hospital público, uma vez que nem Ouro Preto nem Mariana nem Itabirito possuem hospital público. Também sabemos da importância da assinatura, com os recursos para a continuidade da assessoria técnica aos atingidos, tanto em Mariana, renovando-se esse contrato com a Cáritas, quanto em Barra Longa, renovando-se esse contrato com a Aedas. Além disso, sabemos que, para os recursos destinados para cada município pelo Ministério da Saúde, terá também que ser apresentado um plano de trabalho. Eu agradeço aos deputados do Espírito Santo e de Minas Gerais que me elegeram, por unanimidade, presidente da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce – CIPE Rio Doce –, que vai fiscalizar, vai recomendar e vai cuidar também da gestão dos recursos. Por isso o Estado do Espírito Santo apresentou a sua governança. O Estado, vamos dizer assim, por meio do governo federal, também a apresentou, mas, até o presente momento, o governador Zema e a sua equipe sequer apresentaram uma governança para os R$29.000.000.000,00 que foram destinados ao Estado para serem gastos na calha da Bacia do Rio Doce. Assim, o Estado do Espírito Santo avança, já apresentando planos de obras e propostas, como a duplicação da BR-262, entre a fronteira de Minas, adentrando no Estado até a capital. No entanto, em Minas, tudo obscuro e na penumbra. Por isso exigimos que Zema apresente o seu modelo de governança. O presidente Lula chega a Mariana no dia 12, depois de ter ido à cidade pela última vez para o velório do nosso querido D. Luciano, que se santificou na luta pela Bacia do Rio Doce e pelos mais pobres, e hoje é reconhecido no mundo. Na ocasião, eu e muitos de nós estivemos com o presidente Lula. E agora, graças à vontade do presidente e ao seu compromisso com a Bacia do Rio Doce, teremos o reconhecimento daqueles faiscadores, dos que estão no garimpo tradicional e dos povos atingidos, que estarão em Mariana acolhendo o presidente Lula no próximo dia 12. E é com muita alegria que trazemos aquilo que, para nós, é o maior compromisso do presidente da República: o compromisso com a regeneração e com a justiça territorial. Padre João e eu acompanharemos o evento. Convidamos todos os deputados da Assembleia, os deputados da bancada de Minas, a se fazerem presentes. Força na luta! Lula, seja bem-vindo. Seu compromisso em tirar do papel a repactuação nos permitiu ter essa agenda com os ministérios e deu ao governador Zema a possibilidade de ele tomar vergonha na cara e apresentar uma proposta de como serão gastos os R$29.000.000.000,00 da repactuação devidos a Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Caporezzo – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados estaduais. É simplesmente um absurdo o que aconteceu com a taxa de registro de imóveis em Minas Gerais, a taxa cartorária, devido à aprovação da Lei nº 25.125. Tal lei tornou o registro de imóveis em Minas Gerais 266% mais caro, podendo até mesmo passar de 500%. E isso vale para todo o mundo. Vejam só: tivemos um aumento. No caso dos mais pobres, quem compra uma casa de aproximadamente R$250.000,00 pelo programa Minha Casa, Minha Vida vai passar a pagar taxas cartorárias de R$7.000,00. Antes essas taxas correspondiam a R$2.000,00. Será que R$5.000,00 não fazem diferença na vida de uma pessoa pobre? E vamos ver agora a diferença desse preço no caso dos mais ricos. Os impostos referentes a um imóvel no valor de R$20.000.000,00 vão passar de R$20.000,00 para R$235.000,00. Nada justifica esse assalto. O valor pago aqui é mais do que o triplo do valor pago no Estado de São Paulo e mais de 14 vezes o valor pago no Estado de Goiás. Agora, oficialmente, o Estado de Minas tem a taxa de cartório para registro de imóveis mais cara do Brasil. Em contrapartida, não temos o metro quadrado mais seguro do Brasil. E, ainda que tivéssemos, nada justificaria um assalto – um assalto – como esse. Mas nada acontece por acaso, gente. O governador Romeu Zema tinha o poder de vetar essa lei, mas não vetou. Ele sempre pega o microfone com justiça para falar do PT e do Fernando "Taxad", mas agora ele tem que mudar seu nome para Romeu Zema "Taxad", porque ele permitiu isso. Então ele é ótimo para falar do PT, mas tem governado como os petistas aqui, em Minas Gerais. Ele foi escolhido para não deixar esse tipo de patifaria passar. Agora vejam: não foi por falta de aviso da minha parte. Não votei favoravelmente a essa lei. E quero lembrar à população mineira que avisei várias vezes, porque, todas as vezes que subi a esta tribuna, alertei-a para o fato de que o governador não estava agindo como um político de direita. Houve pessoas que me falaram: "Caporezzo, você está dividindo a direita". Ou então: "Caporezzo, você não pode falar do governador, porque você fortalece o PT". Mas esperem um pouquinho: a minha missão como deputado é fiscalizar. Quando falei do aumento dos impostos, dos supérfluos, a direita de Minas e a população não falaram nada do governador. E ainda houve pessoas que reclamaram. Quando falei da ideologia de gênero que foi aprovada em um projeto de iniciativa do governo, ninguém falou nada. Quando falei da Agenda 2030 da ONU, que foi aprovada aqui, ocorreu a mesma coisa, ninguém se importou, ninguém deu ouvidos. Quando falei do quanto estão prejudicando o pessoal das vistorias veiculares, novamente houve silêncio na direita de Minas Gerais. Quando falei que estavam prejudicando os empresários de energia solar em Minas Gerais, ninguém se importou. Quando falei da pornografia literária para crianças de 14 anos nas escolas, no mês passado, novamente ninguém falou nada. Parece que o governador é santo, perfeito; parece que tudo que ele faz é maravilhoso. Quando falei do aumento absurdo dos pedágios, novamente se calaram. Por fim, quando defendi a segurança pública, falaram que eu sou um sindicalista de policial, porque sou cabo da Polícia Militar. É brincadeira me chamarem de sindicalista! É o fim do mundo! Parece que segurança pública não é algo que afeta diretamente a vida de todos. Aí agora aparece essa devastação, e todo mundo tem que dar ouvidos. Mas isso não aconteceu de um hora para outra. O governo foi testando os seus limites e a sua credibilidade com o povo e se sentiu confortável em aprovar esse absurdo. Então agora é tarde, o mal está feito, e a gente precisa correr atrás do prejuízo. Diante disso, estou aqui apresentando um ofício do meu gabinete, que será encaminhado ao desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com parecer sobre o quanto essa lei prejudica o povo mineiro, e pedindo encarecidamente que isso seja desfeito, pelo bem de Minas, para que não seja apenas colocado em risco o mercado imobiliário mineiro, mas para que ele não seja inviabilizado e destruído. Vamos proteger, vamos cobrar do governador que apoie a nossa população neste momento tão importante. Obrigado, presidente. A direita vive em Minas Gerais!

A deputada Lud Falcão – Boa tarde, presidente. Boa tarde, caros colegas e caras colegas que estão aqui no Plenário. Hoje é um dia muito especial, presidente, e eu queria, de uma forma muito especial, dividir a minha fala em dois grandes momentos. Primeiro, quero agradecer a todos os colegas que votaram, por unanimidade, no nosso Projeto nº 316/2023, o qual faz com que a ampliação e a implementação de UTI neonatal aconteçam no Estado de Minas Gerais, nas macrorregiões de saúde. Nós, que somos defensores da saúde pública, do sistema público de saúde, sabemos a importância que esse projeto tem para todos os mineiros e todas as mineiras. Eu venho da cidade de Patos de Minas, uma cidade em que, muitas vezes, os patenses vivenciaram junto comigo a dor de não haver leitos de UTI neonatal suficientes para as crianças que necessitavam deles. Quero lembrar que são crianças que nascem com

menos de 37 semanas de gestação. Nós precisamos realmente ter esse olhar atento quando falamos dos cuidados com a ampliação desses leitos, porque só em 2022 mais de vinte e seis mil crianças nasceram prematuramente; em 2023, mais de vinte mil crianças nasceram prematuramente; em 2024, ainda não foram fechados os relatórios, mas a gente acredita que os números tendem a aumentar. Mas, de toda forma, sabemos que a ampliação é necessária, é de extrema urgência. Eu sei que esse projeto de lei será sancionado pelo nosso governador Romeu Zema, que também é muito sensível a essa questão. Não menos importante é a ampliação dos leitos de UTI neonatal que já estão com construção iniciada no nosso Hospital Regional Antônio Dias – Hrad –, de Patos de Minas. Serão 25 novos leitos para atender toda a nossa macrorregião de saúde, que abrange 33 municípios. Essa lei vai repercutir positivamente na vida dos mineiros, porque o nosso compromisso é fazer com que a saúde pública possa resguardar a vida de cada um, iniciando-se esse cumprimento desde o início da vida de cada um. Muito obrigada por acreditarem nesse projeto. Muito obrigada por acreditarem no nosso trabalho. Tenham certeza de que nós somos extremamente sérios e honestos no nosso trabalho, garantindo a cada um de vocês que cheguem, com responsabilidade, serviços públicos de qualidade às mãos de quem precisa. Muito obrigada. Entro em outra matéria. Ontem, chegou às minhas mãos o seguinte noticiário, que quero ler para vocês. Ele fala que foram avaliadas as cidades com mais de 10 mil habitantes em todo o nosso Brasil. A matéria tem a seguinte manchete: "*Ranking* indica piores cidades para ser mulher em MG; conheça as 10 últimas". Dentre essas cidades está Patos de Minas, uma cidade que eu conheço como a palma da minha mão. É uma cidade, presidente, de que eu cuido com muito carinho. Ao avaliar essa matéria, escrita por um estagiário, que eu estou aqui para contestar, quanto a todos os dados, principalmente os itens que foram mencionados… Eu venho falar dela para os senhores, item a item. Falo com muita responsabilidade sobre eles porque não podemos ser levianos quando uma matéria dessa é divulgada em um jornal de tanta relevância para nós, um jornal de extrema seriedade, o qual eu admiro muito. Dentre os pontos, o primeiro é: "taxa de feminicídio a cada 100 mil mulheres". Patos de Minas há muito tempo já foi, sim, na sua região, conhecida como uma das cidades que têm alto índice de feminicídio. No entanto, na gestão Falcão, nós criamos a Casa da Mulher. A Casa da Mulher é uma casa histórica, é o avanço do Centro de Referência da Mulher, sonhado por muitos municípios e concretizado na nossa querida Patos de Minas. Lá, nós temos a PPVD, nós temos parte da Defensoria Pública, a atuação da força do Ministério Público e a Secretaria de Desenvolvimento Social para abrigar e cuidar das mulheres. Nós temos isso para que o trabalho desempenhado, a fim de fortalecer as nossas mulheres, sirva para cuidar das vítimas de violência ou até para fortalecê-las. E esse trabalho é feito dentro da rede do município. Outro ponto: "desigualdade salarial por sexo". A nossa região, inclusive a região Noroeste – Patos de Minas, que abriga o Alto Paranaíba –, é a região que mais gera emprego e renda. Segundo o Caged, nós temos um saldo de mais de quatro mil empregos, e essa matéria fala que a desigualdade salarial por sexo tem que ser mencionada. Eu venho contestar esses dados, até porque Patos de Minas é uma cidade onde sobram empregos. "Percentual de mulheres na Câmara de Vereadores do ciclo 2020-2024". A mulher que vos fala é uma deputada estadual, eleita pela população de Patos de Minas para representá-los. Temos duas grandes vereadoras: vereadora Beth e vereadora Brenda Évellyn, e a nossa vice-prefeita é também uma mulher, Sandra Gomes. Então Patos de Minas tem o orgulho de falar que a representatividade política é bem firmada por um grande grupo de mulheres. Quando nós falamos de "taxa de jovens mulheres, de 15 a 24 anos, que não estudam nem trabalham"… Eu aprovei, dentro desta Casa, presidente, um projeto de lei para combater a evasão escolar. E o primeiro trabalho que a gente faz sempre é na casa da gente. Patos de Minas não tem dados para falar que há jovens mulheres que estão fora das escolas, do ensino médio, do ensino fundamental. Pelo contrário, Patos de Minas é referência entre jovens que estão estudando e, consequentemente, graças à grande oferta de empregos, podem trabalhar e ficar na sua cidade. Por último, mas não menos importante: "diferença percentual dessa taxa entre homens e mulheres". Eu tenho o orgulho de trabalhar ao lado de mulheres muito firmes e fortes, que representam o agro, que estão no motor da liderança da nossa cidade. Patos de Minas respira empreendedorismo. Trabalho ao lado de grandes mulheres empreendedoras e de grandes mulheres que são sinônimo de força e talento. Então contesto esses dados por vivenciar a vida de Patos de Minas, por respirar os patenses e por presenciar o cotidiano da nossa cidade. Por isso, afirmo que esses dados não são verdadeiros. Pelo contrário, Patos de Minas é uma cidade linda para se viver,

especialmente para as mulheres, que são respeitadas e podem prosperar em qualquer atuação que desejarem. Muito obrigada e fiquem com Deus.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, o presidente encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/6/2025

Às 10h8min, comparecem à reunião os deputados Betão, Celinho Sintrocel e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Ramon Freitas Nogueira, enviado por meio do Fale com as Comissões, manifestando indignação com o atendimento prestado pelo Ipsemg. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 28/5/2025: dois ofícios da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.143/2023, no 1º turno, e 2.058/2024 e 3.482 e 3.667/2025, em turno único (deputado Betão); 1.988/2024, no 1º turno, e 1.175/2023, em turno único (deputado Celinho Sintrocel); e 613/2023, no 1º turno, 1.009 e 1.166/2023, em turno único (deputado Leleco Pimentel). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.393/2017 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 974/2023 na forma do Substitutivo nº 1; 2.334/2024 na forma do Substitutivo nº 2 e 2.753/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Betão); e 2.022/2024 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.388/2024 e 3.473/2025 (relator: deputado Betão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.646, 11.647 e 11.649 a 11.652/2025. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.042, 2.059, 2.420, 2.937, 3.131, 3.167 e 3.186/2024 e 3.259, 3.385, 3.461 e 3.462/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.593/2025, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o desenvolvimento industrial brasileiro, o lugar do Estado no processo de reindustrialização e o papel da inovação, da ciência e da tecnologia, por ocasião do lançamento do livro *Produção versus Rentismo: trabalhadores e empresários pela reindustrialização do Brasil*, de autoria do jornalista Carlos Pereira, publicado pela Editora Página 8;

nº 14.594/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita ao Hospital João Penido, no Município de Juiz de Fora, para verificar as condições de trabalho dos empregados, as condições da infraestrutura e das instalações do hospital e as condições de atendimento aos usuários;

nº 14.595/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate executadas em decorrência do resgate de oito trabalhadores submetidos a

condições análogas à escravidão, ocorrido em maio de 2025, durante operação realizada pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria no Município de São Gonçalo do Rio Preto;

nº 14.596/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam executadas ações de pós-resgate, especialmente no âmbito da assistência social e do acesso à saúde, destinadas aos oito trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão durante operação realizada em maio de 2025 pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria no Município de São Gonçalo do Rio Preto;

nº 14.597/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação de políticas de prevenção dos riscos psicossociais nos locais de trabalho, a formação e a viabilidade das equipes de saúde mental nesses locais, com foco no atendimento realizado por profissionais especialistas em saúde mental no trabalho;

nº 14.672/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Comunidade Evangélica Nova Vida pelo sucesso da realização do casamento comunitário e por toda a assistência prestada aos casais participantes do evento;

nº 14.674/2025, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Leninha e dos deputados Betão, Cristiano Silveira, Hely Tarqüínio, Leleco Pimentel e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a aplicação de agrotóxicos por meio de *drones* e os impactos dessa prática na saúde dos trabalhadores rurais, tanto nas propriedades onde são aplicados diretamente quanto naquelas que, mesmo adotando práticas agroecológicas e livres de agrotóxicos, estão sendo afetadas pela pulverização expandida decorrente desse método;

nº 14.675/2025, dos deputados Leleco Pimentel, Betão e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Edificações, Mobiliário e Montagens Industriais do Alto Paraopeba – Sindconstrumonti – e às Câmaras Municipais de Conselheiro Lafaiete, Rio Espera, Lamim, Ouro Branco e Jeceaba a nota do Ministério do Trabalho sobre a instauração de mesa de negociação entre esse ministério e a Gerdau;

nº 14.677/2025, do deputado Betão, em que requer seja ouvida a Sra. Neusa de Freitas, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde – Sind-Saúde –, sobre a situação dos trabalhadores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento próprio aprovado pela comissão, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Neusa de Freitas, representante do SindSaúde, sobre a situação dos trabalhadores da rede Fhemig. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Celinho Sintrocel, presidente – Leleco Pimentel – Professor Cleiton.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/6/2025

Às 14h33min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Caporezzo, por indicação da liderança do PL) e Luizinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da

Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 10/4/2025, um ofício em 14/2/2025, um ofício em 17/5/2025, um ofício em 16/4/2025 e um ofício em 24/4/2025); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 16/4/2025); do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 19/12/2024); e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (um ofício em 26/3/2025). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 546/2023, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Amanda Teixeira Dias. A presidência avoca para si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 659/2019 e 916/2023, no 2º turno. Retira-se da reunião o deputado Luizinho e registra-se a presença da deputada Amanda Teixeira Dias. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.227/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Arlen Santiago, por redistribuição). Registra-se a presença do deputado Doutor Wilson Batista. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.232/2024 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Amanda Teixeira Dias). Os trabalhos são suspensos. Às 14h41min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Arlen Santiago, presidente, Doutor Wilson Batista e Lucas Lasmar e da deputada Amanda Teixeira Dias. Após discussão e votação, são aprovados o pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.594/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Arlen Santiago); 2.771/2024 na forma do Substitutivo nº 3, e 3.205/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Lucas Lasmar). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.253/2025 (relator: deputado Caporezzo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.591, 11.593, 11.595, 11.596, 11.600, 11.602, 11.608 e 11.610/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.644/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 14.238, 14.252, 14.288 e 14.506/2025. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 14.558/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o atendimento oncológico no Município de Conselheiro Lafaiete e na Macrorregião Centro-Sul, esclarecendo-se quando ocorreu a modificação da programação pactuada e integrada – PPI – oncológica do Município de Belo Horizonte para o Município de Barbacena; se a mudança da PPI oncológica de Conselheiro Lafaiete foi aprovada nas instâncias da Comissão Intergestores Regional – CIR – e da Comissão Intergestores Bipartite – CIB –, indicando-se o número da deliberação autorizativa e a data da reunião em que foi aprovada a reorientação do fluxo; qual foi o critério utilizado para levantamento e cálculo dos percentuais de resolutividade, considerando que, nos resultados do Plano Diretor Regionalizado – PDR – referentes aos períodos de janeiro a maio de 2024 e de maio a agosto de 2024, observa-se uma discrepância entre os índices das Microrregiões de Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Barbacena e São João del-Rei, com o envio a esta Casa dos dados de monitoramento sobre a resolutividade dos casos oncológicos de pacientes de Conselheiro Lafaiete atendidos nas Microrregiões de Barbacena e de Belo Horizonte, no período de janeiro de 2023 a maio de 2025; e qual é a análise técnica da Secretaria de Estado de Saúde – SES – quanto às diferenças observadas nos índices de resolutividade entre os municípios da Macrorregião Centro-Sul; e seja encaminhado ao referido destinatário o ofício sobre o tema enviado pelo vereador Pedro Américo de Almeida, da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

nº 14.573/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da conscientização sobre a doação de sangue, em razão da comemoração, no dia 14 de junho, do Dia Mundial do Doador de Sangue;

nº 14.671/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Éder Júlio Rocha de Almeida pela criação do aplicativo Socorro com as Mãos, que permite que pessoas com deficiência de fala e audição possam ter acesso aos atendimentos públicos de socorro de urgência, tais como Polícia Militar, Bombeiros e Samu;

nº 14.678/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater a necessidade de adoção de mecanismos tecnológicos que auxiliem o acesso a serviços de emergência pelos deficientes auditivos e entregar o diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Éder Júlio Rocha de Almeida pela criação do aplicativo Socorro com as Mãos; e

nº 14.681/2025, do deputado Enes Cândido, em que requer seja realizada audiência pública para debater a violência ocupacional contra os profissionais de saúde, em especial os profissionais da enfermagem.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Doutor Wilson Batista, presidente – Mauro Tramonte – Professor Cleiton.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/6/2025

Às 16h12min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Lud Falcão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.069/2023 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Raul Belém). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.535, 11.814, 11.993, 12.003, 12.006 e 12.008/2025. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.054 e 3.086/2024 e 3.377, 3.408 e 3.409/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.748/2025, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM – no Município de Belo Horizonte e a importância desse serviço para a formalização das agroindústrias, a segurança alimentar da população e o desenvolvimento da cidade; e

nº 14.778/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para a nomeação dos servidores aprovados no concurso público referente ao Edital Seplag/IMA nº 1/2023, tendo em vista o déficit de funcionários na entidade decorrente de aposentadorias e de outras formas de vacância de cargos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Raul Belém, presidente – Dr. Maurício.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/6/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 991/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a intenção do governo do Estado de alterar os limites do Parque Estadual da Serra Rola-Moça, em especial na porção oeste, que comporta a Bacia do Rio Paraopeba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.282/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os critérios utilizados pelo Poder Executivo para avaliar os limites com gastos de pessoal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, especialmente em relação aos gastos com terceirizados ou contratados em substituição a pessoal efetivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.756/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre o recebimento da notificação sobre o cumprimento da sentença proferida nos âmbito dos Autos nº 1.0000.16.050144-1/001 e sobre as providências tomadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.757/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o valor arrecadado com a cobrança de tributos e multas pelas instituições que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com o detalhamento da destinação do valor excedente no ano de 2022 e de janeiro a junho de 2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.099/2023, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a realização, nas escolas estaduais, do evento denominado Dia D e sobre as temáticas abordadas nas palestras, *workshops*, oficinas e rodas de conversa desse evento, esclarecendo-se se a secretaria de que é titular tem conhecimento da utilização de músicas que fazem apologia às drogas, ao sexo livre e ao crime nas atividades realizadas no Dia D, em especial na Escola Estadual Guimarães Rosa, no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.834/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações

sobre a adesão do Estado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, especificamente nas linhas de financiamento do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem e do Pronaf Agroecologia, indicando-se o número de participantes e os valores liberados e destinados em 2023 e 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.800/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre estudos e cálculos, inclusive com o detalhamento dos fatores redutores ou amplificadores, decorrentes de descumprimentos ou cumprimentos de obrigações contratuais, que eventualmente fundamentem os aumentos de tarifas do transporte metroviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.194/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre o quantitativo do orçamento do Estado destinado às políticas públicas para as juventudes e o quantitativo executado no âmbito dessas políticas, especificando-se as ações e os projetos realizados nos últimos quatro anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.393/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as ressalvas ou medidas compensatórias apresentadas no Plano de Recuperação Fiscal às vedações dispostas no art. 8º da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, e seus impactos na política remuneratória e nas carreiras dos servidores públicos do Poder Executivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.852/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o programa Alô Minas, consubstanciadas na relação de comunidades ou distritos que foram selecionados na Fase I desse programa e que não foram atendidos, esclarecendo-se o motivo do não atendimento e as providências que a secretaria de que é titular está tomando para contemplar essas localidades, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.597/2024, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a avaliação e os resultados da execução da linha de cuidado para a prevenção e o tratamento do acidente vascular cerebral – AVC –, incluindo a reabilitação, nas unidades de AVC localizadas no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.820/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – e ao subsecretário de Política de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre a não adesão do Estado ao programa Minha Casa, Minha Vida, esclarecendo-se o motivo dessa decisão e detalhando-se a utilização do Fundo Estadual de Habitação – FEH – e o número de moradias que foram construídas nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.864/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados à promoção do empreendedorismo entre jovens no último triênio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.866/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as iniciativas educacionais voltadas à formação e capacitação de jovens para o empreendedorismo, especificando-se os cursos, as oficinas ou as disciplinas sobre empreendedorismo ofertados nas escolas e nas instituições estaduais de ensino, os indicadores de impacto de iniciativas desse gênero implementadas nos últimos anos e as perspectivas de ampliação de programas de educação empreendedora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.868/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre programas e iniciativas vigentes destinados a apoiar jovens empreendedores no Estado, consubstanciadas em documento contendo a relação de programas de financiamento ou microcrédito disponibilizados nos últimos cinco anos, com os respectivos critérios de legibilidade e alcance; dados relativos a parcerias com instituições privadas ou organizações não governamentais que ofereçam suporte aos jovens empreendedores; e metas estabelecidas para o fortalecimento do empreendedorismo jovem em 2024 e estratégias para alcançá-las. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.629/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os prazos para a troca de titularidade de contratos de fornecimento de energia elétrica e a existência de planos ou projetos voltados para melhoria na realização dessa medida e diminuição do prazo para sua efetivação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.675/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações consubstanciadas nos estudos e projetos e no cronograma de implementação das obras para complementação do sistema de esgotamento sanitário de Sarzedo, destacando-se os aspectos relativos à coleta e ao tratamento dos esgotos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.676/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o cronograma e as ações necessárias para implantação da quinta etapa do sistema de esgotamento sanitário de Ibirité, que vai permitir que a cobertura desse serviço, que garante o acesso a esgoto coletado e devidamente tratado, passe de 80% para 100% da população do município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.692/2025, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre a constante falta de abastecimento de água em Prata e a previsão de investimentos no município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leleco Pimentel, Doorgal Andrada, Lincoln Drumond e Rodrigo Lopes, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; os deputados Leonídio Bouças, Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Vitório Júnior, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Luizinho, Hely Tarqüínio e Lincoln Drumond, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e as deputadas Ana Paula Siqueira e Carol Caram e os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância e Adriano Alvarenga, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 12/6/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Arnaldo Silva, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.265/2020

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a presença de profissionais de enfermagem obstétrica em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde para parecer. A primeira delas concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposta a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise visa obrigar maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada, a dispor de profissionais de enfermagem obstétrica para atendimento durante o pré-natal, parto e pós-parto.

Os profissionais de enfermagem obstétrica, tais como enfermeiros obstétricos e obstetrizes, têm um papel fundamental no cuidado à saúde da mulher, especialmente durante o pré-natal, parto e pós-parto. Durante o pré-natal, esses profissionais podem realizar acompanhamento de gestantes de baixo risco, monitorar a saúde da mãe e do bebê, orientar sobre alimentação, autocuidado, sinais de alerta e preparação para o parto, entre outras funções. Durante o parto, podem acompanhar e conduzir partos normais de baixo risco, monitorar os sinais vitais da mãe e do bebê e prestar apoio emocional e físico à parturiente, aplicando, por exemplo, métodos não farmacológicos para alívio da dor, como banho quente, massagem, etc. Por fim, atuam no pós-parto (puerpério), ajudando na recuperação da mãe, orientando quanto à amamentação, cuidados com o recém-nascido, e saúde emocional da puérpera, bem como identificando possíveis sinais de depressão pós-parto ou outras complicações.

O Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Enfermagem – Cofen – estabeleceram diversas normas que regulamentam e incentivam a atuação de enfermeiros obstétricos e obstetrizes no SUS. Essas normativas visam fortalecer o modelo de atenção humanizada ao parto e ampliar o acesso a profissionais capacitados no cuidado à saúde materna e neonatal. A Lei Federal nº 7.498, de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 1987, regulamentam o exercício da enfermagem no Brasil, reconhecendo legalmente a atuação de enfermeiros obstétricos e obstetrizes na assistência ao parto normal; a Resolução do Cofen nº 516, de 2016 (com as alterações das Resoluções nº 524, de 2016 e nº 672, de 2021), que normatiza a atuação e a responsabilidade desses profissionais na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos em diversos ambientes, como serviços de obstetrícia, centros de parto normal e casas de parto; a Resolução do Cofen nº 737, de 2024, que normatiza a atuação do enfermeiro obstétrico e obstetriz na assistência à mulher, recém-nascido e família no parto domiciliar planejado; e a Portaria de Consolidação nº 3, de 2017, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os Centros de Parto Normal no SUS, estabelecendo que esses centros devem ser coordenados por enfermeiros obstétricos ou obstetrizes, reforçando a importância desses profissionais na assistência ao parto normal.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça pontuou que a proposição em análise trata de matéria de proteção da saúde, materna e infantil, que está no âmbito da competência legislativa estadual, conforme o disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, segundo o qual compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde. No entanto, com o objetivo de consolidar a legislação estadual e respeitar a autonomia organizacional dos gestores de saúde, bem como não impor despesa pública com a medida prevista na proposição, apresentou o Substitutivo nº 1, em que sugere acrescentar a matéria como diretriz de atuação para o Estado na Lei nº 22.422, de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.

Concordamos com o Substitutivo nº 1, apresentado pela comissão que nos antecedeu. Nessa forma, o texto da futura norma está alinhado com a legislação sobre o tema e com as normas do Ministério da Saúde, que recomendam a presença desses profissionais para garantir uma assistência qualificada, segura e humanizada à gestante, ao bebê e à família.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.265/2020, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Doutor Wilson Batista, presidente – Mauro Tramonte, relator – Leleco Pimentel.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.348/2020

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Cleitinho Azevedo e desarquivado a pedido da deputada Maria Clara Marra, o projeto de lei em epígrafe institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem no Campo.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Esporte, Lazer e Juventude e de Agropecuária e Agroindústria. A primeira delas, em sua análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com a Emenda nº 1, que apresentou.

De acordo com o art. 173, § 2º, do Regimento Interno, por semelhança de objeto, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 3.562/2025, de autoria da deputada Lud Falcão.

Cabe-nos, agora, apreciar o mérito do projeto, com respaldo nos arts. 188 e 102, XIX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.348/2020 visa instituir a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem no Campo, organizada em quatro eixos de atuação estatal: I – educação empreendedora; II – capacitação técnica; III – acesso ao crédito; e IV – difusão de tecnologias no meio rural.

Identificamos que a proposição tem aderência ao Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Federal nº 12.852, de 2013, que aborda os temas do empreendedorismo juvenil e da juventude rural. O estatuto determina, em seu art. 15, III, que a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda abrange, entre outras medidas, a criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores. No mesmo artigo, inciso VI, estabelece que a atuação estatal também compreende o apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais e que esse apoio de dará por meio de determinadas ações, algumas delas coincidentes com as trazidas na proposição em análise, como o investimento em pesquisa de tecnologias, a formação de cooperativas e o acesso ao crédito. A proposição também está em consonância com a Lei Federal nº 14.666, de 2023, que instituiu a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.

No âmbito do Estado, a proposição está de acordo com a Política Estadual de Juventude, instituída pela Lei nº 18.136, de 2009, que determina o incentivo ao empreendedorismo juvenil (art. 4º, IV). O mesmo diploma incumbe o Estado de desenvolver medidas adequadas à proteção do jovem que vive no meio rural, de acordo com suas necessidades específicas (art. 5º, VII).

Entendemos também que a iniciativa pode contribuir para o enfrentamento do problema da emigração dos jovens da área rural. No artigo "O fenômeno despovoamento em Minas Gerais: contribuições para as políticas públicas", Denise Marques e Frederico Ferreira[1], pesquisadores da Fundação João Pinheiro, esclarecem que nas regiões de baixo dinamismo econômico do Estado há uma histórica migração do campo para a cidade, em busca de melhor acesso aos serviços e melhores oportunidades no mercado de trabalho. Contudo, observam que esse saldo migratório negativo já não é compensado, como antes, por uma elevada taxa de natalidade. Assim, há uma tendência de decréscimo populacional e um acelerado processo de envelhecimento da população daquelas regiões, já que as pessoas mais velhas têm mais dificuldade para migrar. Com isso, surgem desafios no provimento de serviços de saúde, assistência social, entre outros. Segundo os autores, o incentivo ao empreendedorismo seria uma forma de criar oportunidades e promover a permanência dos jovens no campo[2]:

> Em grande medida, a permanência dos jovens em uma determinada região é fundamental para a manutenção do dinamismo econômico. Normalmente, os jovens são mais propensos a assumir riscos, desenvolver novas ideias, empreender, inclusive no sentido de detectar novas oportunidades em áreas que, a princípio poderiam estar estagnadas. Nesse último caso, um ambiente propício para abertura de pequenas empresas pode ser fundamental, inclusive para que esses jovens se sintam incentivados a permanecer nas suas regiões.

A Comissão de Constituição e Justiça, que nos precedeu na análise, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com a Emenda nº 1, que suprime os artigos 9º e 11, o primeiro por conter matéria de iniciativa do governador, e o segundo por tratar-se de temática orçamentária, sujeita a processo legislativo próprio e rito diferenciado. Concordamos com a supressão proposta pela comissão precedente.

Todavia, apresentamos o Substitutivo nº 2, em que procuramos abordar a promoção da sucessão rural (transferência da propriedade e gestão de negócios agrícolas entre gerações, ou ainda a continuidade no campo do filho de agricultor ou de trabalhador assalariado em atividade agropecuária), e a permanência de jovens no campo em geral. Entendemos, aliás, que é necessário mencionar explicitamente a sucessão rural como objetivo da política estadual de desenvolvimento agrícola, instituída pela Lei nº 11.405, de 1994, dada a sua importância e sua enorme força irradiadora para toda a legislação agrícola e de juventude. Além disso, buscamos tornar o texto mais sintético e menos redundante.

Por último, incorporamos ao substitutivo alguns aspectos da proposição anexada, o Projeto de Lei nº 3.562/2025, que dispõe sobre a política estadual de fomento à entrada e permanência de jovens em carreiras do agronegócio no Estado. O substitutivo que apresentamos traz, com as devidas adaptações, comandos relativos à cooperação com as universidades, à participação feminina, e ao acompanhamento da implementação da lei. Entendemos que as demais medidas propostas pela deputada já haviam sido abrangidas no Projeto de Lei nº 2.348/2020 e também encontram correspondência no Substitutivo nº 2.

Conclusão

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 2.348/2020, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, que apresentamos.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a política estadual de estímulo ao empreendedorismo do jovem do campo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de estímulo ao empreendedorismo do jovem do campo.

Art. 2º – São princípios da política de que trata esta lei:

I – valorização do empreendedorismo juvenil como propulsor do desenvolvimento econômico e social do campo;

II – transversalidade com as demais políticas agrícolas, ambientais, educacionais e de assistência técnica e extensão rural;

III – respeito à diversidade regional, aos conhecimentos tradicionais e à sustentabilidade ambiental;

IV – igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Art. 3º – São objetivos da política de que trata esta lei:

I – promover o desenvolvimento econômico e social do campo, por meio do empreendedorismo;

II – promover o desenvolvimento educacional e profissional do jovem do campo;

III – estimular a sucessão rural;

IV – incentivar a permanência no campo de jovens egressos de escolas técnicas agrícolas e o envolvimento desses jovens em atividades de produção, assistência técnica ou extensão rural.

Art. 4º – São diretrizes da política de que trata esta lei:

I – promoção da elevação do nível de escolaridade do jovem do campo;

II – promoção da capacitação técnica do jovem do campo, incluindo noções de gestão e de empreendedorismo;

III – promoção da inclusão digital;

IV – estímulo à adoção, pelas famílias, de estratégia de governança para a sucessão rural;

V – ampliação do acesso à assistência técnica e à extensão rural;

VI – incentivo à participação do jovem do campo em cooperativas e associações;

VII – ampliação do acesso ao crédito fundiário e ao crédito rural;

VIII – apoio a jovens estudantes e jovens egressos de escolas técnicas agrícolas, especialmente por meio da concessão de bolsas de estudo, pesquisa e extensão e de estágios de formação como extensionistas rurais;

IX – incentivo ao avanço e à difusão do conhecimento tecnológico aplicado à agropecuária, especialmente por meio de parcerias com instituições de educação superior;

X – incentivo à elaboração de estudos e à realização de pesquisas sobre o empreendedorismo juvenil e sua contribuição para a economia rural;

XI – articulação entre o poder público, as instituições de ensino e o setor produtivo;

XII – incentivo à participação social, por meio da realização de fóruns, com vistas à formulação de propostas e à discussão de ações a serem realizadas no âmbito da política de que trata esta lei.

Art. 5º – A implementação da política de que trata esta lei será avaliada periodicamente, nos termos de regulamento.

Art. 6º – O inciso XVII do art. 3º da Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – (…)

XVII – formular e implementar programas e ações que assegurem a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural, a permanência das populações rurais com dignidade nas áreas rurais e a sucessão rural, observando a diversidade social e étnico-racial e a equidade de gênero e geração;".

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Coronel Henrique, presidente e relator – Bosco – Mário Henrique Caixa – Vitório Júnior.

[1]O fenômeno despovoamento em Minas Gerais: contribuições para as políticas públicas. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_163.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

[2]Idem.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.011/2024

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o Projeto de Lei nº 3.011/2024 reconhece como de relevante interesse cultural e econômico do Estado o modo de fazer cafés especiais do Município de Cristina.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta comissão para análise quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa reconhecer como de relevante interesse cultural e econômico do Estado o modo de fazer cafés especiais do Município de Cristina.

Situado no Sul de Minas, o município vem-se consolidando como um dos principais polos de produção de cafés especiais no Brasil e ganhando reconhecimento nacional e internacional pela qualidade excepcional de seus grãos. Entende-se por cafés especiais aqueles considerados de alta qualidade, ou seja, produtos de excelência pela superioridade de suas características sensoriais, como aroma, sabor e acidez. Para alcançar esse resultado, deve-se conferir atenção especial a todas as etapas de produção, abrangendo as técnicas de plantio e colheita, o processamento, a triagem e a torra dos grãos, bem como ressaltar a presença de notas sensoriais que dão ao café sabores e aromas peculiares, como notas frutadas, florais ou achocolatas.

Os cafés especiais do Município de Cristina são produzidos especialmente por pequenos produtores familiares, como Sebastião Afonso da Silva, que conquistou o título de melhor café do mundo por duas vezes consecutivas no concurso internacional *Cup of Excellence*, com pontuações recordes de 95,18, em 2014, e 94,47 em 2015. A tradição e o conhecimento acumulados ao longo de mais de duas décadas pelas famílias produtoras foram reconhecidos oficialmente em 2021, quando o "Modo de Fazer Cafés Especiais de Cristina" foi registrado como patrimônio cultural imaterial do município, o que revela a importância cultural e econômica da cafeicultura na região.

À medida que se desenvolve a produção de cafés especiais, a economia local é incrementada, o que se reflete no impulsionamento do turismo na cidade, com a realização de eventos associados à produção cafeeira como o Festival Café com Música, já reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, por meio da Lei nº 24.664, de 2024, e a criação de roteiros turísticos como o "Roteiro do Café Cristina", que proporciona aos visitantes a oportunidade de conhecer fazendas produtoras, participar de degustações e aprender sobre os métodos de cultivo e processamento dos cafés especiais. O município se integra também às rotas criadas na região da Serra da Mantiqueira, como o Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira, que combina atividades típicas de ecoturismo com degustação de queijos, cafés e vinhos.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça adequou a proposição aos preceitos da Lei nº 24.219, de 2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado, por meio do Substitutivo nº 1, o qual endossamos em nossa análise quanto ao mérito, considerando que o reconhecimento em apreço poderá contribuir para valorizar a tradição da cultura cafeeira do Município de Cristina.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.011/2024, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente e relator – Andréia de Jesus – Lohanna – Mauro Tramonte.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.319/2025

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Bruno Engler, a proposição em epígrafe altera a Lei 23.772, de 6 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a disponibilização de setores sem cadeiras em estádios de futebol.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, à Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e à Comissão de Administração Pública. A primeira concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma original.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, foi anexado o Projeto de Lei nº 3.524/2025, de autoria do deputado Professor Cleiton, à proposição em estudo, por conter objeto semelhante ao dela.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIX, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa alterar a Lei Estadual nº 23.772, de 2021, com o objetivo de retirar a restrição de que no máximo 20% da lotação dos estádios pode ser destinada aos torcedores que desejem assistir às partidas de futebol em pé. Além disso,

visa ampliar o escopo da norma, de forma que passe a abranger todos os estádios, inclusive os gerenciados sob regime de concessão com contrato vigente na data de publicação da lei.

Em audiência pública da Comissão de Participação Popular realizada em 29/5/2025 para discutir a possibilidade da Minas Arena retirar as cadeiras do setor amarelo do Mineirão para os torcedores assistirem às partidas em pé, compareceram representantes dessa instituição, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – Seinfra –, do Observatório Social do Futebol, da Associação Mineira de Engenharia de Incêndio, do Cruzeiro Esporte Clube e de torcidas desse time.

A maior parte dos presentes na reunião apontou que a transformação do setor amarelo em um espaço para os torcedores assistirem as partidas em pé, além de trazer mais segurança ao estádio – uma vez que impediria a destruição e arremesso de cadeiras –, contribuiria para diminuir os custos operacionais, aumentar o público das partidas e democratizar o acesso por meio da redução dos valores dos ingressos; na visão dos participantes, as partidas de futebol no Mineirão se tornaram elitizadas devido ao alto valor cobrado pelos ingressos. Também mencionaram que há grandes estádios no País e no exterior que permitem que os torcedores assistam às partidas em pé.

Por outro lado, a representante da Minas Arena e o da Associação Mineira de Engenharia de Incêndio pontuaram que o processo de remoção das cadeiras para os torcedores assistirem às partidas em pé deve ser precedido de estudos que atestem que o aumento de público decorrente de tal medida não implicará eventual sobrecarga aos sistemas de emergência do estádio e que avaliem a necessidade da instalação de outros equipamentos de segurança, com barras antiesmagamento nas arquibancadas.

A representante da Minas Arena relatou que a instituição contratou uma consultoria para avaliar que mudanças seriam necessárias para implantação do novo *layout* e os seus impactos. Uma vez concluída essa etapa, os projetos técnicos serão submetidos aos órgãos competentes para análise e eventual aprovação. A gestora também afirmou que a Minas Arena deve levar em consideração a viabilidade econômica para retirar as cadeiras e ter que recolocá-las para a realização da Copa do Mundo Feminina de Futebol em 2027, já que a Federação Internacional de Futebol – Fifa – veda que os estádios em que ocorrerão as partidas tenham setores para que os espectadores assistam às partidas em pé.

Por seu turno, o representante do Observatório Social do Futebol, afirmou que há o risco de que a disponibilização de espaços sem assentos nos estádios ocasione aumento de preços nos outros setores, e que esse risco deve ser levado em consideração quando da eventual retirada das cadeiras, pois poderia prejudicar aqueles torcedores que por razões diversas preferirem assistir as partidas sentados.

Apesar de a maior parte dos participantes da reunião ter defendido a disponibilização de espaços sem cadeiras, ainda há necessidade de adoção de ações para que tal medida se concretize da forma mais eficaz possível. No entanto, entendemos que a proposição em análise não interfere diretamente na gestão dos estádios, haja vista que aos gestores é concedida a faculdade, e não a obrigatoriedade, de disponibilizar espaços para que os espectadores assistam às partidas em pé, o que inclusive é previsto no § 1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.597, de 2023 – Lei Geral do Esporte.

Apesar de julgarmos meritórias as medidas apresentadas pela proposição em análise, entendemos necessário inserir dispositivo que vincula a lotação máxima dos setores sem cadeiras às diretrizes emanadas pelos órgãos públicos de segurança, importantes atores para o planejamento dos eventos esportivos e para a execução de medidas que resguardem a segurança dos presentes nos estádios. Assim, apresentamos substitutivo ao final deste parecer com o intuito de realizar a alteração citada, de adequar alguns termos da proposição original ao disposto na legislação esportiva vigente e de retirar do corpo da futura a menção à Lei Federal nº 14.597, de 2021, já que eventual revogação dessa lei tornaria defasada a norma mineira.

Por fim, consideramos que os argumentos apresentados nesse parecer também se aplicam ao Projeto de Lei nº 3.524/2025, que dispõe sobre a disponibilização de setores sem cadeiras em estádios de futebol, anexado à proposição em análise e cuja redação é semelhante à do Substitutivo nº 1 que apresentamos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.319/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 1º da Lei nº 23.772, de 6 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a disponibilização de setores sem cadeiras em estádios de futebol.

A Assembleia do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 23.772, de 6 de janeiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Nos estádios de futebol localizados no Estado poderão ser disponibilizados setores sem cadeiras.

§ 1º – Os valores cobrados pelos ingressos nos setores de que trata o caput serão inferiores aos valores dos demais setores do estádio, conforme precificação definida pelas entidades de prática desportiva e após estudo de viabilidade econômico-financeira.

§ 2º – A lotação máxima dos setores de que trata o caput observará as diretrizes emanadas pelos órgãos públicos de segurança.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Coronel Henrique, presidente e relator – Bosco – Mário Henrique Caixa – Vitório Júnior.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.613/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, o projeto em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer palma barroca do Município de Sabará.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira delas concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela visa reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer palma barroca do Município de Sabará.

O processo artesanal característico do modo de confecção da palma barroca, arte tradicional no Município de Sabará, tem origem portuguesa e foi introduzida no Brasil no século XVIII. A fabricação consiste em aquecer lâminas de cobre ou latão para moldá-las em formas florais que, após a modelagem, recebem um banho de ouro ou prata e são então montadas em arranjos triangulares, simbolizando uma mão espalmada. A ornamentação, que carrega simbolismo religioso, é colocada em altares e oratórios, especialmente os representativos do período colonial.

Nas décadas de 1980 e 1990, a produção da palma barroca em Sabará passou por um processo significativo de revitalização e aprimoramento técnico e artístico, graças à atuação de instituições culturais e artistas locais, o que incentivou o aprendizado dos

artesãos e a continuidade da produção das palmas. As novas técnicas no uso de metais trazidas pelo artista plástico George Helt conferiram maior durabilidade e valor estético às peças. A valorização do trabalho autoral possibilitou que, além de um ornamento sacro, a palma barroca fosse reconhecida como uma peça de valor cultural e artístico.

O modo de fazer a palma barroca foi oficialmente registrado em 2012, como patrimônio cultural imaterial de Sabará, em reconhecimento à sua importância na preservação da identidade local e na valorização do trabalho artesanal. Não resta dúvidas, portanto, da relevância cultural do modo de fazer a palma barroca para o Município de Sabará e para o Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, não vislumbrou óbices jurídico-legais à tramitação da proposição em sua forma original. No entanto, consideramos que seria recomendável que o art. 1º contivesse uma expressão capaz de sintetizar as principais características da palma barroca, o que trará maior clareza ao reconhecimento do bem cultural em apreço, o que fazemos por meio da apresentação do Substitutivo nº 1 à matéria.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.613/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer a Palma Barroca do Município de Sabará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o modo de fazer a Palma Barroca, ornamento floral confeccionado em chapa metálica banhada a ouro ou prata, do Município de Sabará.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art.2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta – Mauro Tramonte, relator – Lohanna – Professor Cleiton.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.690/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Lucas Lasmar, o projeto em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Forró de Curvelo, realizado no Município de Curvelo.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira delas concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe-nos, agora, apreciar o mérito da proposição, sobre o qual emitiremos parecer, com fundamento nos arts. 188 e 102, XVII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo tem por finalidade reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado o Forró de Curvelo, realizado no Município de Curvelo. De acordo com o autor do projeto, o Forró de Curvelo, realizado desde 1981, é uma festa tradicional da cidade, que celebra durante vários dias a cultura regional e o forró, atraindo centenas de milhares de pessoas de todas as regiões do Estado.

O Forró de Curvelo – também conhecido como Forró Beneficente de Curvelo – é realizado anualmente no Conjunto Urbano da Praça Central do Brasil, no centro da cidade – uma ampla esplanada inaugurada em 1904, cercada por prédios históricos. Reúne artistas consagrados e talentos regionais, proporcionando uma vitrine importante para músicos e grupos se apresentarem a um público numeroso. A festa também se reveste de caráter solidário: na edição de 2024, nove entidades beneficentes participaram com barracas de comidas típicas, decoradas com temas variados. A renda obtida com as vendas é destinada à manutenção dessas instituições.

O Decreto Municipal nº 4.312, de 2020, homologou a decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Curvelo, que reconheceu o Forró Beneficente de Curvelo como patrimônio cultural imaterial do município. O evento foi registrado no Livro de Registro das Celebrações, em reconhecimento à sua importância cultural para a comunidade. Assim, entendemos que está justificada a conveniência e a oportunidade do reconhecimento do relevante interesse cultural do Forró de Curvelo.

A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a proposta, em sua redação original, cumpre os requisitos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade. De nossa parte, visando adequar o nome da festividade à denominação utilizada no registro realizado pelo município e, ainda, sanar pequenas incorreções no texto originalmente apresentado, encaminhamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.690/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Forró Beneficente de Curvelo, realizado nesse município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Forró Beneficente de Curvelo, realizado nesse município.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andréia de Jesus, relatora – Lohanna – Mauro Tramonte.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.695/2025

Comissão de Cultura

De autoria do deputado Thiago Cota, o projeto em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a tradicional Procissão das Almas, ou do *Miserere*, realizada em Mariana, durante a Quaresma.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura para apreciação. Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, essa concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo visa a reconhecer a importância, para a cultura do Estado, da Procissão das Almas, ou do *Miserere*, realizada no Município de Mariana. O autor sustenta que essa tradição reflete a história e a memória coletiva da cidade e que a concessão do título poderá contribuir para manter viva a identidade cultural local.

A Procissão das Almas ocorre há mais de 40 anos, sempre na madrugada da Sexta-feira da Paixão para o Sábado de Aleluia, mais precisamente à meia-noite e cinco. Embora não integre propriamente as celebrações da Igreja Católica, a procissão é inspirada nos ritos católicos de Encomendação das Almas, que começaram a ser realizados no Brasil durante o período colonial. Os moradores percorrem as ruas de Mariana em cortejo, vestidos com túnicas brancas, portando velas, réplicas de ossos, matracas e correntes. Eles cantam, oram e lamentam pelas almas que morreram sem confissão. O evento é organizado pelo Movimento Renovador e pela Casa de Cultura Marianense. Além dos moradores, os turistas também podem participar, utilizando as túnicas deixadas para eles nos hotéis pelos organizadores.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha –, ao catalogar as celebrações e os ritos da Semana Santa em Minas Gerais, identificou que as práticas de Encomendação das Almas são comuns em diversos municípios do Estado e que em cada município se reveste de características peculiares. Em geral, nos ritos de encomendação, "o cortejo, às altas horas da noite, reza e canta em frente de cemitérios, de igrejas, de cruzeiros, e também em encruzilhadas[1]". O que singulariza especialmente a celebração em Mariana é a encenação, durante o cortejo, de duas lendas locais: a "Maricota de todos os santos" e a "Barata de Igreja".

Maricota teria sido uma senhora muito maledicente, que espiava a vida alheia pela janela. Certa noite presenciou a passagem de uma estranha procissão. Um dos integrantes lhe entregou uma vela acesa, que se transformou em um osso humano, matando Maricota de susto. Já a lenda da "Barata de Igreja" é sobre outra senhora que, enciumada de uma jovem que a substituiria em algumas de suas funções na igreja, causou sua perdição e morte. A própria defunta voltou para acusar-lhe as culpas e o padre lhe deu a penitência de recolher todas as penas das aves abatidas em Mariana, para depois espalhá-las e em seguida tornar a recolher. Assim, no cortejo da Procissão das Almas, uma mulher espalha penas pela cidade.

Em nossa análise de mérito, entendemos que a Procissão das Almas, ou do *Miserere* em Mariana, é ao mesmo tempo uma expressão da religiosidade popular e uma celebração da memória da cidade, dotada de enorme valor afetivo e capaz de gerar o sentimento de pertencimento à comunidade. Consideramos, assim, que a proposição é oportuna e que o reconhecimento da relevância dessa manifestação popular para a cultura do Estado poderá estimular sua continuidade.

A Comissão de Constituição e Justiça, que nos precedeu na análise do projeto, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou para adequar o texto ao padrão utilizado em proposições de relevante interesse cultural. Entretanto, apresentamos o Substitutivo nº 2, para individualizar adequadamente o objeto da titulação, indicando que a procissão ora homenageada é realizada no período da Semana Santa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.695/2025 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Procissão das Almas, ou do *Miserere*, realizada no período da Semana Santa, no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Procissão das Almas, ou do *Miserere*, realizada no período da Semana Santa, no Município de Mariana.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme disposto na Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente e relator – Andréia de Jesus – Lohanna – Mauro Tramonte.

[1]Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/124/CATALOGO%20Celebracoes%20Semana%20Santa%202023%20REVISADO%20-%202023-07-03%2008h51.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.704/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, o Projeto de Lei nº 3.704/2025 declara de relevante interesse cultural do Estado o casarão e o conjunto arquitetônico e cultural da Fazenda Santa Clara, no Município de Santa Rita do Jacutinga.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura para emitir parecer. Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, essa concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por finalidade reconhecer a importância da Fazenda Santa Clara, localizada no Município de Santa Rita do Jacutinga, para Minas Gerais.

A Fazenda Santa Clara é um bem cultural tombado pelo Estado desde 2014. Localiza-se na região do Povoado João Honório, em Santa Rita de Jacutinga. Como nos informa o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha –, sua arquitetura é típica das grandes propriedades rurais do período cafeeiro em Minas Gerais. A proteção conferida considerou as adaptações que a fazenda sofreu, ao longo do tempo, para adequá-la às novas atividades econômicas e aos novos usos que foram sendo incorporados também à sua edificação principal.

No começo do século XIX, a fazenda pertencia à família Fortes de Bustamante e a sede ainda era de menor porte – nessa época, tinha dois pavimentos. Por volta da metade do século XIX, iniciou-se uma segunda fase construtiva, que incluiu o acréscimo de cômodos e uma modificação na entrada da casa, além da adição de um terceiro pavimento. Após 1850, em uma terceira etapa de construção, mais cômodos foram adicionados ao redor de um pátio interno.

Quando a família Honório adquiriu a fazenda, na década de 1920, ocorreram novas adaptações, que teriam sido motivadas pela mudança da produção principal, do café para o leite. Nessa época, foi implantado um laticínio utilizando as ruínas do antigo engenho da família Bustamante. Na segunda metade do século XX, o casarão principal e outras estruturas edificadas foram divididos em apartamentos pelos herdeiros. A despeito dessa divisão, parte da edificação original foi conservada como área comum.

Apesar dos múltiplos usos e diversas fases de construção, a sede preserva predominantemente o estilo colonial, como mostra o dossiê de tombamento, com poucas referências ao ecletismo, presentes em elementos decorativos. O volume central, com três pavimentos, rompe a característica horizontalidade do conjunto arquitetônico e é marcado pela presença de "cheios e vazios" que se mantém em todas as fachadas. As diferentes etapas de construção podem ser detectadas pelas variações de acabamentos e soluções construtivas adotadas. Os alicerces da casa sede são de pedra em arcadas e suportam a estrutura de madeira e as paredes, em taipa de pilão.

Sobre a propriedade no século XIX e sua dinâmica econômica, a Prefeitura de Santa Rita do Jacutinga, em seu *site* oficial, afirma que

> A construção tem estilo colonial, do século XVIII, e possui números que impressionam. A propriedade tem 6.000 m² de área construída, 52 quartos (um para cada semana do ano), 12 salões (um para cada mês) e 365 janelas (uma para cada dia do ano), sendo que das 365 janelas algumas são falsas, foram pintadas na parte externa da senzala para ocultar o fato de que a fazenda servia para reprodução de escravos numa época em que já havia a proibição do tráfico negreiro no Brasil (grifos nossos).[1]

O debate sobre a reprodução de escravos na Fazenda Santa Clara gira em torno de tese atribuída à Adélia Felícia de Paula Nogueira, professora e uma das herdeiras, que, baseada em relatos familiares, sugere que a fazenda, especialmente entre 1824 e 1860, teria funcionado como um centro de reprodução de pessoas escravizadas. Essa hipótese descreve um sistema em que haveria uma grande desproporção de mulheres para homens (9 para 1), com o objetivo de gerar continuamente escravizados para venda (os meninos) ou para integrar o próprio sistema reprodutivo (as meninas, a partir dos 13 anos). Esse sistema de reprodução forçada teria o intuito de ampliar os lucros do proprietário, o Comendador Francisco Teresiano Fortes de Bustamante, e prover a demanda por mão de obra escravizada.

Josemar de Freitas Gabriel, no artigo "A reprodução de escravos e a visão historiográfica na Fazenda Santa Clara (1824–1860)"[2], contesta a existência desse sistema. O autor aponta para a ausência de documentos ou quaisquer vestígios comprobatórios de fazendas dedicadas à reprodução de escravos em larga escala no País. Além disso, as próprias dificuldades financeiras enfrentadas pela fazenda no final do século XIX, em contraste com a suposta lucratividade da venda de pessoas escravizadas reproduzidas intencionalmente para fins econômicos, contrariariam a hipótese de reprodução de escravizados, de acordo com o autor do artigo. O autor reitera que a Fazenda Santa Clara foi, de fato, uma empresa dedicada especificamente à produção de café mediante utilização do trabalho compulsório de pessoas escravizadas, de forma similar a outras congêneres na região.

A controvérsia permanece porque a reprodução sistemática de pessoas escravizadas em empreendimentos constituídos especificamente para tal no Brasil não tem o mesmo tipo de comprovação encontrada nos Estados Unidos, onde esse tipo de produção está mais bem documentada. Em 1808, os estados do norte dos Estados Unidos proibiram a escravidão, quando havia em torno de 500 mil pessoas escravizadas. Nas décadas seguintes, esse número saltou para quatro milhões naquele país, não por crescimento natural, mas como resultado de uma política deliberada de reprodução forçada em cativeiro (nos estados do sul) que só se encerrou com a 13ª Emenda (1865), finda a Guerra Civil.

No Brasil, embora a escravidão só tenha sido oficialmente abolida em 1888, leis anteriores buscaram restringi-la. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu o tráfico transatlântico de escravizados. A Lei do Ventre Livre, de 1871, concedeu liberdade aos filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de sua promulgação. Já a Lei dos Sexagenários (1885) libertava pessoas com mais de 60 anos. No entanto, há fortes indícios de que essas leis não foram plenamente cumpridas, pois a conivência do Império permitiu a

continuidade de práticas ilegais que mantiveram por muito tempo a estrutura escravocrata no País. Desse modo, é plausível que os centros de reprodução forçada em cativeiro tenham existido – ainda que não exclusivamente dedicados a essa finalidade –, mesmo que escassamente documentados.

O reconhecimento do valor cultural da Fazenda Santa Clara para Minas Gerais – cuja proteção já foi determinada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural por meio de tombamento, desde 2014 –, além de honraria direcionada aos valores estéticos de seu conjunto paisagístico, também se reveste de uma homenagem ainda mais significativa, que é o do reconhecimento de um sítio de memória sensível, isto é, um local significativo para a memória de eventos traumáticos, dolorosos ou de violação de direitos humanos. Embora não esteja plenamente comprovada a sua utilização no contexto da reprodução humana forçada, trata-se de lugar que testemunha a tragédia da escravidão no Brasil e, como tal, fundamental para a memória coletiva do País. Assim, não resta dúvida quanto ao mérito da proposição e a homenagem nela consignada é oportuna.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, concluiu que a matéria atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, apresentado para adequar o texto projeto aos parâmetros da Lei 24.219, de 2022. No entanto, constatamos que tanto o projeto original quanto o substitutivo da comissão precedente não adotam a nomenclatura oficial que consta do processo de tombamento da Fazenda Santa Clara. Para promover esse aperfeiçoamento no futuro texto normativo. Apresentamos o Substitutivo nº 2.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.704/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Santa Clara, no Município de Santa Rita do Jacutinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Santa Clara, no Município de Santa Rita do Jacutinga.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta – Mauro Tramonte, relator – Lohanna – Professor Cleiton.

[1]Disponível em: <https://www.santaritadejacutinga.tur.br/santaclara>. Acesso em: 28 mai.2025.

[2]Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Frevistas.faa.edu.br%2FFDV%2Farticle%2Fdownload%2F560%2F436%2F844&psig=AOvVaw0XBxk3iY0a0ZbG0d0xChxq&ust=1748538148133000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAQQn5wMahcKEwig—Sq0saNAxUAAAAAHQAAAAAQBA>. Acesso em 28 mai. 2025.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 659/2019

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Mauro Tramonte a proposição em estudo dispõe sobre o acompanhamento do índice de umidade do ar pelas instituições de ensino, asilos, hospitais públicos e privados e postos de saúde do Estado e dá outras providências.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 189 do mencionado Regimento, apresentamos, em anexo, a redação do vencido, que faz parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição sob análise, em sua redação original, tinha por objetivo obrigar instituições de ensino, asilos, hospitais e postos de saúde do Estado a acompanhar os índices de umidade relativa do ar e adotar medidas para mitigar os impactos da baixa umidade na saúde dos usuários. Também previa que esses estabelecimentos divulgassem os resultados das medições e emitissem alertas de baixa umidade do ar.

Conforme destacado no parecer de 1º turno desta comissão, Minas Gerais enfrentou, em 2024, o maior período de estiagem dos últimos 30 anos. Como consequência, 90% dos municípios do Estado registraram níveis críticos de umidade relativa do ar. Esse cenário tende a se agravar com o avanço das mudanças climáticas, exigindo maior atenção do poder público. Sabe-se que, quando a umidade relativa do ar fica abaixo de 30%, há riscos concretos à saúde humana. Ademais, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – estabelece parâmetros específicos de umidade para ambientes internos e para serviços de alimentação, o que evidencia a relevância do monitoramento desse indicador para a proteção da saúde.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o projeto no 1º turno, entendeu que a matéria está inserida no rol de competências legiferantes do Estado e que não há óbice, do ponto de vista jurídico, ao prosseguimento da tramitação. No entanto, em observância ao princípio da consolidação das leis, apresentou o Substitutivo nº 1 no intuito de inserir dispositivo no Código de Saúde de Minas Gerais (Lei nº 13.317, de 1999) para determinar que o Estado incentive a realização de campanhas de monitoramento dos índices nos estabelecimentos de ensino e de saúde e promova medidas para amenizar os impactos da baixa umidade relativa do ar.

Em nossa análise de 1º turno, consideramos a proposição oportuna e conveniente. Contudo, avaliamos que não seria adequado inserir novo dispositivo no Código de Saúde do Estado, tampouco impor ônus aos estabelecimentos mencionados no projeto de lei. Com o objetivo de corrigir as impropriedades identificadas, apresentamos o Substitutivo nº 2, que cria lei autônoma com diretrizes para as ações do Estado voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos dos índices de umidade relativa do ar potencialmente nocivos à saúde. O Plenário aprovou a proposição na forma do Substitutivo nº 2.

Diante da ausência de fatos supervenientes que justifiquem nova abordagem do assunto, mantemos o posicionamento adotado no 1º turno de tramitação da matéria e somos favoráveis à aprovação do projeto em análise, na forma do vencido.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 659/2019, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Doutor Wilson Batista, presidente e relator – Mauro Tramonte – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI Nº 659/2019

(Redação do Vencido)

Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos dos índices de umidade relativa do ar potencialmente nocivos à saúde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Nas ações do Estado voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos dos índices de umidade relativa do ar potencialmente nocivos à saúde, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – incentivo à divulgação dos índices de umidade relativa do ar à população nos estabelecimentos de ensino e de saúde;

II – orientação à população em geral e aos profissionais dos estabelecimentos de ensino e de saúde quanto às medidas necessárias para minimizar os impactos à saúde decorrentes de baixos índices de umidade relativa do ar, conforme os parâmetros estabelecidos pelos órgãos técnicos competentes;

III – incentivo aos municípios para que assegurem o acesso da população às informações de que tratam os incisos I e II, com especial atenção às populações e aos grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças, gestantes, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou com doenças crônicas;

IV – promoção de estratégias intersetoriais e de articulação interfederativa destinadas ao monitoramento e à divulgação dos índices de umidade relativa do ar, à adoção de medidas de proteção à saúde da população sempre que os referidos índices estiverem fora dos parâmetros recomendáveis;

V – estímulo à realização de pesquisas sobre as variações dos índices de umidade relativa do ar e sobre os problemas de saúde decorrentes dos baixos índices de umidade relativa do ar, bem como ao desenvolvimento de tecnologias voltadas à prevenção e à mitigação desses problemas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.322/2023

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da deputada Beatriz Cerqueira, o projeto em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural e social e como patrimônio imaterial do Estado a Festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, no Município de Congonhas.

A proposição foi aprovada, no 1º turno, na forma do Substitutivo n° 1 e retorna agora a este órgão colegiado a fim de receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 189 do mencionado Regimento, transcrevemos, em anexo, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

Na forma aprovada no 1º turno de tramitação, o projeto em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, no Município de Congonhas.

Durante a tramitação da matéria em 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça efetuou, por meio do Substitutivo nº 1, as adequações necessárias para compatibilizar a matéria às determinações da Lei Estadual nº 24.219, de 15/7/2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado. Por seu turno, a Comissão de Cultura endossou o Substitutivo nº 1 elaborado pela comissão

precedente e considerou que o reconhecimento do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos como de relevante interesse cultural do Estado contribuirá para preservar e valorizar as tradições e expressões culturais e artísticas que formam a identidade de Congonhas e de Minas Gerais.

No reexame da proposição, em 2º turno, permanecemos favoráveis à sua aprovação na forma do vencido no 1º turno.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.322/2023, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente e relator – Andréia de Jesus – Lohanna – Mauro Tramonte.

PROJETO DE LEI Nº 1.322/2023

(Redação do Vencido)

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos realizada no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos realizada no Município de Congonhas.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.349/2023

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Dr. Jean Freire, o Projeto de Lei nº 1.349/2023 reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival da Canção – Festur – realizado no Município de Turmalina.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do mesmo art. 189, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

Na forma aprovada em 1º turno, a proposição em análise reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival da Canção – Festur – realizado no Município de Turmalina.

Durante a tramitação no 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça efetuou, por meio do Substitutivo nº 1, as adequações necessárias para compatibilizar a matéria à Lei Estadual nº 24.219, de 15/7/2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado. Tal posicionamento foi compartilhado pela Comissão de Cultura e ratificado pelo Plenário desta Casa.

Ao reavaliarmos a proposição neste 2º turno de sua tramitação, reiteramos a importância do Festival da Canção de Turmalina – Festur – para a promoção intercâmbio cultural entre artistas, músicos, intérpretes e para valorização da produção cultural de Turmalina e região. Dessa forma, mantemos o entendimento adotado no 1º turno e recomendamos a aprovação da matéria na forma do vencido.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.349/2023, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andréia de Jesus, relatora – Lohanna – Mauro Tramonte.

PROJETO DE LEI Nº 1.349/2023

(Redação do Vencido)

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival da Canção – Festur–, realizado no Município de Turmalina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Festival da Canção – Festur –, realizado no Município de Turmalina.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.452/2024

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, a proposição em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fabricar queijos no Município de Alagoa.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, retorna agora a proposição para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Conforme determina o art. 189, § 1º, do mesmo regimento, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição ora em análise tem por objetivo reconhecer a relevância cultural do queijo artesanal produzido no Município de Alagoa, situado na Serra da Mantiqueira, para o Estado.

Conforme já relatamos em nosso parecer por ocasião da apreciação em primeiro turno, o queijo elaborado em Alagoa apresenta características singulares que o distinguem no contexto estadual. A utilização de leite cru e de fermento natural como agente de fermentação, a produção em pequena escala com base em métodos tradicionais, a salga por imersão em salmoura e o processo de aquecimento durante a fabricação compõem um conjunto de práticas que conferem ao queijo artesanal de Alagoa um sabor inconfundível e identidade própria.

Ao reexaminarmos a matéria, reiteramos o posicionamento anteriormente adotado, manifestando-nos favoravelmente à aprovação da proposição, na forma do vencido em 1º turno.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2024 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta – Lohanna, relatora – Mauro Tramonte – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI Nº 2.452/2024

(Redação do Vencido)

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o queijo artesanal produzido no Município de Alagoa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o queijo artesanal produzido no Município de Alagoa.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.107/2024

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Doutor Wilson Batista, a proposição em epígrafe visa dispor sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 189 do mencionado Regimento, transcrevemos, em anexo, a redação do vencido, que faz parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em análise visa dispor sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele. Para isso, conceitua doença crônica de pele para os fins da lei e estabelece os objetivos e as diretrizes da política.

Como destacamos no parecer de 1º turno, as doenças crônicas de pele são condições dermatológicas de longa duração, caracterizadas por sintomas persistentes ou recorrentes. Seu diagnóstico requer avaliação médica especializada e o tratamento envolve uma abordagem multiprofissional. Em Minas Gerais, há poucos dermatologistas atuando no SUS, e a maioria está concentrada em Belo Horizonte. Para promover a equidade no acesso à saúde das pessoas acometidas por essas doenças, é fundamental que o poder público amplie a oferta de especialistas no interior do Estado e invista na qualificação dos profissionais da atenção primária à saúde.

No 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a matéria estava inserida no rol de competências legiferantes do Estado e que não havia óbice, do ponto de vista jurídico, ao prosseguimento da tramitação. Já esta Comissão de Saúde apresentou o Substitutivo nº 1, com o objetivo de aperfeiçoar o conceito de doença rara e de incluir novas diretrizes à política pública objeto do projeto de lei. A proposição foi aprovada em Plenário na forma do Substitutivo nº 1.

Diante da ausência de fatos supervenientes que justifiquem nova abordagem do assunto, mantemos o posicionamento adotado no 1º turno de tramitação da matéria, favorável à aprovação do projeto em análise, na forma do vencido no 1º turno.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.107/2024, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Doutor Wilson Batista, presidente – Professor Cleiton, relator – Mauro Tramonte

PROJETO DE LEI Nº 3.107/2024

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele obedecerá ao disposto nesta lei.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, consideram-se doenças crônicas de pele as enfermidades de longa duração que afetam a pele e seus anexos, caracterizadas por sintomas persistentes ou recorrentes e exigem cuidados contínuos de saúde.

Art. 2º – São objetivos da política de que trata esta lei:

I – assegurar o diagnóstico precoce das doenças crônicas de pele;

II – garantir à pessoa com doença crônica de pele acesso aos serviços de saúde;

III – garantir a assistência integral à saúde da pessoa com doença crônica de pele;

IV – melhorar a qualidade de vida da pessoa com doença crônica de pele;

V – reduzir o estigma e o preconceito em relação às doenças crônicas de pele.

Art. 3º – Na implementação da política de que trata esta lei, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – incentivo ao uso de tecnologias da informação e comunicação para realizar o diagnóstico das doenças crônicas de pele, ampliar a atuação multiprofissional e promover a troca de conhecimentos entre especialistas e equipes da atenção primária em todas as regiões do Estado;

II – promoção da capacitação permanente dos profissionais de saúde para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das doenças crônicas de pele, com ênfase nos profissionais da atenção primária à saúde;

III – fortalecimento da coordenação e da articulação dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção para garantir a continuidade e a integralidade do cuidado da pessoa com doença crônica de pele;

IV – estabelecimento de parcerias com entidades públicas e da sociedade civil;

V – promoção da conscientização da população sobre as doenças crônicas de pele, com foco na difusão de informações sobre formas de prevenção e na redução do estigma associado a essas doenças;

VI – promoção do acesso aos medicamentos incorporados pelo Sistema Único de Saúde – SUS – para o tratamento das doenças crônicas de pele;

VII – incentivo às ações de vigilância epidemiológica no Estado sobre as doenças crônicas de pele;

VIII – incentivo à pesquisa sobre as doenças crônicas de pele, incluindo seus fatores de risco, as comorbidades associadas e as características das pessoas com essas doenças.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2025

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do governador do Estado, o Projeto de Lei Complementar nº 69/2025 autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, a matéria retorna agora para receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o artigo 102, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do art. 189 do Regimento Interno, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei complementar em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

O governador do Estado, em sua mensagem, argumentou que a autorização que se pretende tem o objetivo de possibilitar que "os créditos referentes à compensação previdenciária que o Estado já detém junto à União, e ainda não tenham sido compensados, possam ser utilizados para o pagamento de sua dívida apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, instituído pela Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025".

Amplamente debatida em Plenário, a proposta foi aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Naquilo que compete a esta comissão analisar, e na ausência de fato superveniente que possa alterar nossa avaliação anterior, mantemos nosso entendimento de que o Propag auxiliará na busca de uma solução definitiva para o pagamento da dívida Estado, sobretudo com a União. Nesse sentido, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, busca-se o refinanciamento das dívidas que o Estado possui com a União em até 360 meses. A renegociação tem, entre outras vantagens, taxa de juros reduzida ou zerada, incremento gradual das parcelas durante os primeiros cinco anos do refinanciamento, possibilidade de transferência ou cessão de ativos para amortização da dívida e incentivo na realização de investimentos nas áreas de educação, infraestrutura e segurança pública.

Vale lembrar que, de acordo com a referida lei federal, para usufruir dos benefícios do programa, o Estado deverá aportar quantia atrelada ao saldo devedor da dívida no Fundo de Equalização Federativa e limitar o crescimento das despesas primárias dos Poderes e órgãos autônomos do Estado.

Reiteramos, portanto, o mérito e os benefícios da proposição. Isso porque a possível utilização de créditos previdenciários para fins de amortização antecipada da dívida, nos termos da Lei Complementar nº 212, de 2025, nos parece o caminho mais saudável para a equalização das dívidas do Estado com a União. Ademais, a proposta não acarreta despesa para o erário; pelo contrário, proporcionará que Minas Gerais se beneficie com uma economia equivalente a bilhões de reais ao longo do período de refinanciamento.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 69/2025, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Zé Guilherme presidente e relator – João Magalhães – Hely Tarqüínio – Antonio Carlos Arantes – Gustavo Valadares – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2025

(Redação do Vencido)

Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

§ 1º – A transferência a que se refere o *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, e condiciona-se à adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, observados os demais requisitos estabelecidos em regulamento.

§ 2º – Ressalvada a hipótese de que trata o *caput*, é vedada a transferência, cessão, alienação ou qualquer forma de negociação dos créditos previdenciários de que trata esta lei complementar junto a instituições financeiras privadas ou a terceiros.

Art. 2º – O Poder Executivo recomporá integralmente ao Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais – FFP-MG – o valor referente à compensação financeira de que trata o caput do art. 1º no prazo máximo de doze meses contados da data da efetiva transferência dos créditos à União.

Parágrafo único – A recomposição a que se refere o *caput* deverá ser realizada preferencialmente com recursos do Tesouro Estadual provenientes de receitas correntes não vinculadas, ficando vedada a utilização de recursos dos Fundos Previdenciários capitalizados ou de outras fontes vinculadas à seguridade social para esse mesmo fim.

Art. 3º – O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa e divulgará, até 31 de dezembro de 2025, o valor dos créditos oriundos da compensação financeira a que se refere o art. 1º.

Art. 4º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.732/2025

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 196/2025, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Estado a realizar cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários e dá outras providências.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 3, a matéria retorna agora para receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o artigo 102, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do art. 189 do Regimento Interno, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.732/2025 visa autorizar o Poder Executivo a realizar, nos termos da art. 39-A da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive de relações contratuais, a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Visa ainda autorizar o Estado a ceder onerosamente à União os direitos creditórios mencionados, bem como eventuais títulos mobiliários neles lastreados, para fins de amortização da dívida pública, inclusive no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

Ao final, é proposta a extinção do Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa – Fecidat –, bem como a revogação da Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018.

Amplamente debatida em Plenário, a matéria foi aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 3, apresentado por esta comissão.

Naquilo que compete a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária analisar, diante da ausência de fato superveniente que possa alterar nossa avaliação anterior, mantemos nosso entendimento de que o Propag auxiliará na busca de uma solução definitiva para o pagamento da dívida do Estado, sobretudo com a União. Nesse sentido, atendendo ao disposto na Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, busca-se refinanciar em até 360 meses as dívidas que o Estado possui com a União. Entre outras vantagens, estão: a renegociação tem taxa de juros reduzida ou zerada, o incremento gradual das parcelas durante os primeiros cinco anos do refinanciamento, a possibilidade de transferência ou a cessão de ativos para amortização da dívida, bem como o incentivo na realização de investimentos nas áreas de educação, infraestrutura e segurança pública.

Vale lembrar que, de acordo com a referida Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, para usufruir dos benefícios do programa, o Estado deverá aportar quantia atrelada ao saldo devedor da dívida no Fundo de Equalização Federativa e limitar o crescimento das despesas primárias dos Poderes e órgãos autônomos do Estado.

Reiteramos, portanto, o mérito e os benefícios da matéria. Isso porque a possibilidade de cessão onerosa à União de direitos creditórios e de eventuais títulos mobiliários neles lastreados, bem como a transferência da receita proveniente da venda dos ativos objeto da proposição, propiciará ao Estado amortizar a dívida e cumprir suas obrigações no âmbito do Propag.

Indo além, o conteúdo do projeto de lei não acarreta despesa para o erário; pelo contrário, proporcionará que Minas Gerais se beneficie com uma economia equivalente a bilhões de reais ao longo do período de refinanciamento.

Contudo, observada a necessidade de aperfeiçoamento do projeto de lei, elaboramos o Substitutivo nº 1 ao vencido. Entre as modificações propostas, destacam-se:

a) a fixação do prazo de quatro anos para a vigência da autorização concedida, a contar da publicação da lei;

b) a revogação do inciso II do *caput* do art. 4º e do inciso I do *caput* do art. 19, da Lei nº 22.606, de 2017, que tratam de recursos do Fundo de Investimento do Estado de Minas Gerais – MG Investe e do Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais – FPP-MG.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.732/2025, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado, ao vencido no 1º turno.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO VENCIDO NO 1º TURNO

Autoriza o Estado a realizar a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários e dá outras providências, para fins de cumprimento das obrigações da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ceder onerosamente direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive de relações contratuais e títulos mobiliários neles lastreados:

I – a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – à União, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

§ 1º – As receitas provenientes da cessão a que se refere o inciso I do *caput* e a cessão a que se refere o inciso II do *caput* serão integralmente utilizadas para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 2º – Após o prazo previsto no § 1º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, as receitas provenientes da cessão a que se refere o inciso I do *caput* e a cessão a que se refere o inciso II do *caput* serão destinadas ao cumprimento das obrigações da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, observado o disposto no art. 39-A da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 3º – A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais e legais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento.

Art. 2º – Ficam as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista autorizadas a ceder onerosamente os direitos creditórios de sua titularidade ao Estado, observados os procedimentos internos cabíveis.

Parágrafo único – Uma vez cedidos ao Estado, os direitos a que se refere o *caput* e os recursos oriundos de sua cessão serão integralmente utilizados para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 3º – Ficam as autarquias e fundações autorizadas a receber direitos creditórios do Estado e a ceder onerosamente direitos creditórios a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado de investimento regulamentado pela CVM.

Parágrafo único – Os direitos a que se refere o *caput* e os recursos oriundos de sua cessão serão integralmente utilizados para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 4º – A cessão de direitos creditórios pelo Estado, ou por suas autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista, também poderá ser realizada, dispensada a licitação, a fundos de direitos creditórios com propósito específico constituídos pela administração pública direta ou indireta do Estado.

Art. 5º – Compete ao chefe do Poder Executivo, admitida a delegação, autorizar a cessão onerosa dos direitos creditórios, desde que atestada a viabilidade econômica e financeira por instituição financeira oficial.

Art. 6º – Compete ao Secretário de Estado de Fazenda, em conjunto com o Advogado-Geral do Estado, formalizar o ato de cessão onerosa dos direitos creditórios a que se refere esta lei.

Parágrafo único – A Advocacia-Geral do Estado – AGE – analisará previamente a juridicidade da operação prevista no *caput*.

Art. 7º – A Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e a AGE poderão autorizar o acesso às informações relativas aos créditos de que trata esta lei às pessoas jurídicas responsáveis pela prestação dos serviços de estruturação, modelagem, auditoria, securitização e administração da operação de cessão, classificação de risco e gestão da carteira de créditos e custódia de recursos, bem como pelo assessoramento e pelo suporte administrativo nas cobranças.

§ 1º – Para obter o acesso a que se refere o *caput*, a pessoa jurídica interessada deverá assinar termo de confidencialidade, no qual constarão as obrigações e as medidas necessárias à preservação de sigilo dos dados e da situação econômica e financeira do devedor e do contribuinte.

§ 2º – A SEF e a AGE estruturarão e manterão atualizada base de dados com registro e controle individual dos créditos, identificação do sujeito passivo, indicação do valor principal e acessórios, número dos autos do processo administrativo ou judicial ou do auto de infração, quando for o caso, informações sobre eventual parcelamento e garantias, bem como outras informações necessárias para viabilizar a operação e apoiar o gerenciamento da carteira de créditos.

Art. 8º – É vedada ao cessionário a cessão dos direitos creditórios de que trata esta lei, salvo se expressamente autorizada pelo secretário de Estado de Fazenda.

Art. 9º – Fica assegurada à Fazenda Estadual a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos que originaram os direitos cedidos.

§ 1º – Nas atividades de cobrança dos créditos de que trata esta lei, não serão utilizados instrumentos e trâmites menos eficientes do que os relativos aos créditos cujos direitos permanecem em titularidade do Estado.

§ 2º – A Fazenda Estadual poderá dispor de serviços de assessoria e suporte administrativo, inclusive pesquisa patrimonial, contratados e remunerados pelo cessionário ou emissor de valores mobiliários lastreados nos referidos créditos.

§ 3º – É vedado ao cessionário, ao emissor dos valores mobiliários e ao prestador de serviço de assessoria e suporte administrativo apresentar qualquer manifestação, escrita ou oral, bem como de qualquer forma atuar perante órgãos administrativos ou judiciais, no que se refere às atividades de cobrança do crédito e aos direitos cedidos.

§ 4º – É vedado ao cessionário, ao emissor dos valores mobiliários e ao prestador de serviço de assessoria e suporte administrativo realizar protesto judicial ou extrajudicial ou negativar dados do devedor ou do contribuinte.

§ 5º – O prestador dos serviços de assessoria e suporte administrativo deverá assinar termo de confidencialidade, no qual constarão as obrigações e as medidas necessárias à preservação de sigilo dos dados e da situação econômica e financeira do devedor ou contribuinte, bem como as vedações previstas nos §§ 3º e 4º.

Art. 10 – Os honorários advocatícios de sucumbência devidos aos procuradores do Estado constituem crédito autônomo e não serão objeto de cessão pelo Estado.

Art. 11 – A cessão de direitos de que trata esta lei deverá ser estruturada e modelada conforme as melhores práticas do mercado financeiro, podendo-se utilizar na operação a securitização e a instituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC –, entre outras modalidades, com ou sem regime fiduciário.

Parágrafo único – A cessão de que trata o *caput* poderá ser fracionada em lotes.

Art. 12 – Os serviços de estruturação, modelagem e administração da operação, da constituição e do funcionamento de fundo privado, análise e seleção de direitos creditórios, gestão da carteira e demais serviços necessários à implementação da cessão de que trata esta lei poderão ser realizados por instituição financeira oficial, observadas as normas da CVM e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 13 – Os serviços de auditoria, custódia, classificação de risco, securitização, emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, entre outros serviços necessários à cessão de que trata esta lei, serão contratados pela instituição financeira a que se refere o art. 12, por companhia securitizadora ou por administrador de eventual fundo privado constituído.

Art. 14 – É vedada a participação, na estruturação, na modelagem, na autorização e na operacionalização da cessão de que trata esta lei, de agente público que, de qualquer modo, esteja em situação de conflito de interesses pelo exercício da função.

Art. 15 – A cessão onerosa de que trata esta lei não extingue a obrigação correspondente e não altera as condições de suspensão e de extinção dos créditos tributários e não tributários, conforme previsto nos arts. 151 e 156 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

§ 1º – A cessão onerosa não altera o parcelamento administrativo, não causa ônus nem dificuldades para o cumprimento do ajustado com a Fazenda Estadual e não impede a aplicação sobre o crédito originário de condições mais benéficas para o contribuinte.

§ 2º – Em caso de pedido de compensação por precatório de crédito objeto de cessão, a transferência dos valores recebidos pelo Poder Executivo a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado será realizada na data do efetivo pagamento do precatório pelo Poder Judiciário.

Art. 16 – O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, nos dias 31 de março e 30 de setembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente caso a data recaia em dia não útil, relatório demonstrativo das operações realizadas no semestre anterior que tenham envolvido os direitos e as receitas de que trata esta lei, para que seja submetido à análise da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Parágrafo único – O relatório de que trata o *caput* deverá conter, no mínimo, as seguintes informações prestadas por intermédio da estruturadora da operação:

I – precificação dos ativos objeto da cessão definitiva;

II – origem dos ativos cedidos;

III – relatórios que atestem a viabilidade econômica e financeira da medida;

IV – balanço atualizado dos créditos não cedidos e dos créditos cedidos;

V – informações detalhadas sobre a destinação dos recursos arrecadados com as operações;

VI – outras informações, sem prejuízo de eventuais complementações a serem requeridas pela Assembleia Legislativa.

Art. 17 – O disposto nesta lei não se aplica aos créditos de recursos vinculados aos fundos estaduais de qualquer natureza e função, instituídos conforme a Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006.

Art. 18 – Fica acrescentado ao § 1º do art. 10 da Lei nº 25.282, de 5 de junho de 2025, o seguinte inciso VI:

"Art. 10 – (…)

§ 1º – (…)

VI – um representante da Defensoria Púbica do Estado.".

Art. 19 – Fica extinto o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa – Fecidat –, de que trata a Lei nº 22.606, de 20 de julho de 2017.

Art. 20 – Ficam revogados:

I – o inciso IV do art. 1º, o inciso II do *caput* do art. 4º, o inciso I do *caput* do art. 19, o inciso I do *caput* do art. 26 e o Capítulo V, constituído pelos arts. 30 a 40, da Lei nº 22.606, de 20 de julho de 2017;

II – a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018.

Art. 21 – A autorização de que trata esta lei terá vigência pelo prazo de quatro anos contados da data de publicação desta lei.

Art. 22 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2025.

Zé Guilherme presidente e relator – João Magalhães – Hely Tarqüínio – Gustavo Valadares – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI Nº 3.732/2025

(Redação do vencido)

Autoriza o Estado a realizar a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ceder onerosamente direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive de relações contratuais e títulos mobiliários neles lastreados:

I – a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – à União, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

§ 1º – As receitas provenientes da cessão a que se refere o inciso I do *caput* e a cessão a que se refere o inciso II do *caput* serão integralmente utilizadas para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 2º – Após a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, as receitas provenientes da cessão a que se refere o inciso I do *caput* e a cessão a que se refere o inciso II do *caput* serão destinadas ao cumprimento das obrigações da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, observado, pelo prazo de quatro anos contatos da adesão ao Propag, o disposto no art. 39-A da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 3º – A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais e legais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento.

Art. 2º – Ficam as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista autorizadas a ceder onerosamente os direitos creditórios de sua titularidade ao Estado, observados os procedimentos internos cabíveis.

Parágrafo único – Uma vez cedidos ao Estado, os direitos a que se refere o *caput* e os recursos oriundos de sua cessão serão integralmente utilizados para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 3º – Ficam as autarquias e fundações autorizadas a receber direitos creditórios do Estado e a ceder onerosamente direitos creditórios a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado de investimento regulamentado pela CVM.

Parágrafo único – Os direitos a que se refere o *caput* e os recursos oriundos de sua cessão serão integralmente utilizados para amortização da dívida do Estado com a União, no âmbito do regime previsto na Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 4º – A cessão de direitos creditórios pelo Estado, ou por suas autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista também poderá ser realizada, dispensada a licitação, a fundos de direitos creditórios com propósito específico constituídos pela administração pública direta ou indireta do Estado.

Art. 5º – Compete ao chefe do Poder Executivo, admitida a delegação, autorizar a cessão onerosa dos direitos creditórios, desde que atestada a viabilidade econômica e financeira por instituição financeira oficial.

Art. 6º – Compete ao Secretário de Estado de Fazenda, em conjunto com o Advogado-Geral do Estado, formalizar o ato de cessão onerosa dos direitos creditórios a que se refere esta lei.

Parágrafo único – A Advocacia-Geral do Estado – AGE – analisará previamente a juridicidade da operação prevista no *caput*.

Art. 7º – A Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e a AGE poderão autorizar o acesso às informações relativas aos créditos de que trata esta lei às pessoas jurídicas responsáveis pela prestação dos serviços de estruturação, modelagem, auditoria, securitização e administração da operação de cessão, classificação de risco e gestão da carteira de créditos e custódia de recursos, bem como assessoramento e suporte administrativo nas cobranças.

§ 1º – Para obter o acesso a que se refere o *caput*, a pessoa jurídica interessada deverá assinar termo de confidencialidade, no qual constarão as obrigações e as medidas necessárias à preservação de sigilo dos dados e da situação econômica e financeira do devedor e do contribuinte.

§ 2º – A SEF e a AGE deverão estruturar e manter atualizada base de dados com registro e controle individual dos créditos, identificação do sujeito passivo, indicação do valor principal e acessórios, número dos autos do processo administrativo ou judicial ou do auto de infração, quando for o caso, informações sobre eventual parcelamento e garantias, bem como outras informações necessárias para viabilizar a operação e apoiar o gerenciamento da carteira de créditos.

Art. 8º – É vedada ao cessionário a cessão dos direitos creditórios de que trata esta lei, salvo se expressamente autorizada pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Art. 9º – Fica assegurada à Fazenda Estadual a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que tenham originado os direitos cedidos.

§ 1º – Nas atividades de cobrança dos créditos de que trata esta lei, não serão utilizados instrumentos e trâmites menos eficientes do que os relativos aos créditos cujos direitos permanecem em titularidade do Estado.

§ 2º – A Fazenda Estadual poderá dispor de serviços de assessoria e suporte administrativo, incluindo pesquisa patrimonial, contratados e remunerados pelo cessionário ou emissor de valores mobiliários lastreados nos referidos créditos.

§ 3º – É vedado ao cessionário, ao emissor dos valores mobiliários e ao prestador de serviço de assessoria e suporte administrativo apresentar qualquer manifestação, escrita ou oral, bem como de qualquer forma atuar perante órgãos administrativos ou judiciais, no que se refere às atividades de cobrança do crédito e aos direitos cedidos.

§ 4º – É vedado ao cessionário, ao emissor dos valores mobiliários e ao prestador de serviço de assessoria e suporte administrativo realizar protesto judicial ou extrajudicial ou negativar dados do devedor ou contribuinte.

§ 5º – O prestador dos serviços de assessoria e suporte administrativo deverá assinar termo de confidencialidade, no qual constarão as obrigações e as medidas necessárias à preservação de sigilo dos dados e da situação econômica e financeira do devedor ou contribuinte, bem como as vedações previstas nos §§ 3º e 4º.

Art. 10 – Os honorários advocatícios de sucumbência devidos aos procuradores do Estado constituem crédito autônomo e não serão objeto de cessão pelo Estado.

Art. 11 – A cessão de direitos de que trata esta lei deverá ser estruturada e modelada conforme as melhores práticas do mercado financeiro, podendo-se utilizar na operação a securitização e a instituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC –, entre outras modalidades, com ou sem regime fiduciário.

Parágrafo único – A cessão de que trata o *caput* poderá ser fracionada em lotes.

Art. 12 – Os serviços de estruturação, modelagem e administração da operação, da constituição e do funcionamento de fundo privado, análise e seleção de direitos creditórios, gestão da carteira e demais serviços necessários à implementação da cessão poderão ser realizados por instituição financeira oficial, observadas as normas da CVM e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 13 – Os serviços de auditoria, custódia, classificação de risco, securitização, emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, entre outros serviços necessários à operação, serão contratados pela instituição financeira a que se refere o art. 9º, por companhia securitizadora ou por administrador de eventual fundo privado constituído.

Art. 14 – É vedada a participação na estruturação, na modelagem, na autorização e na operacionalização de agente público que, de qualquer modo, esteja em situação de conflito de interesses pelo exercício da função.

Art. 15 – A cessão onerosa, objeto desta lei, não extingue a obrigação correspondente e não altera as condições de suspensão e de extinção dos créditos tributários e não tributários, conforme previsto nos arts. 151 e 156 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

§ 1º – A cessão onerosa não altera o parcelamento administrativo, não causa ônus nem dificuldades para o cumprimento do ajustado com a Fazenda Estadual e não impede a aplicação sobre o crédito originário de condições mais benéficas para o contribuinte.

§ 2º – Em caso de pedido de compensação por precatório de crédito objeto de cessão, a transferência dos valores recebidos pelo Poder Executivo a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo privado será realizada na data do efetivo pagamento do precatório pelo Poder Judiciário.

Art. 16 – O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, nos dias 31 de março e 30 de setembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente caso a data recaia em dia não útil, relatório demonstrativo das operações realizadas no semestre anterior que tenham envolvido os direitos e receitas de que trata esta lei, para que seja submetido à análise da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Parágrafo único – O relatório de que trata o *caput* deverá conter, no mínimo, as seguintes informações prestadas por intermédio da estruturadora da operação:

I – precificação dos ativos objeto da cessão definitiva;

II – origem dos ativos cedidos;

III – relatórios que atestem a viabilidade econômica e financeira da medida;

IV – balanço atualizado dos créditos não cedidos e dos créditos cedidos;

V – informações detalhadas sobre a destinação dos recursos arrecadados com as operações;

VI – outras informações, sem prejuízo de eventuais complementações a serem requeridas pela Assembleia Legislativa.

Art. 17 – O disposto nesta lei não se aplica aos créditos de recursos vinculados aos fundos estaduais de qualquer natureza e função, conforme a Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006.

Art. 18 – Fica acrescentado ao § 1º do art. 10 da Lei nº 25.282, de 5 de junho de 2025, o seguinte inciso VI:

"Art. 10 – (…)

§ 1º – (…)

VI – um representante da Defensoria Púbica do Estado.".

Art. 19 – Fica extinto o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa – Fecidat –, de que trata a Lei nº 22.606, de 20 de julho de 2017.

Art. 20 – Ficam revogados:

I – o inciso IV do art. 1º, o inciso I do *caput* do art. 26 e o Capítulo V, constituído pelos arts. 30 a 40, da Lei nº 22.606, de 20 de julho de 2017;

II – a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018.

Art. 21 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Newton Santana, presidente da Bevap Bioenergia, pela celebração dos 18 anos de existência da empresa, localizada no Município de João Pinheiro (Requerimento nº 10.703/2025, do deputado Bosco);

de congratulações com a Maj. PM Marianna Atatília Alves Costa pela honrosa designação ao comando do 7º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, no Município de Bom Despacho, tornando-se a primeira mulher a assumir tal posição (Requerimento nº 11.068/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com as cooperativas que menciona pela conquista do Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão, na Categoria Ouro, edição de 2023 (Requerimento nº 11.132/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de apoio à vereadora Cristina Santos, parlamentar do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal de Cataguases, em razão dos ataques infundados, desprovidos de qualquer base legal, material ou fática, que vem sofrendo, praticados por outro parlamentar (Requerimento nº 11.194/2025, da Comissão de Direitos Humanos);

de apoio à Sra. Helen Pereira Cabral, servidora lotada na Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Cataguases, vítima de ataques e ameaças de um parlamentar da referida casa legislativa, o qual tem incitado sua demissão por meio da abertura de processos administrativos disciplinares com o único intuito de constrangê-la, em flagrante desrespeito às prerrogativas funcionais da referida servidora e aos princípios que regem o serviço público (Requerimento nº 11.195/2025, da Comissão de Direitos Humanos);

de pesar pelo falecimento de Edna Monteiro do Amaral Neves Thibau, fundadora da empresa Alphorria (Requerimento nº 11.253/2025, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com o Projeto Thomás e o Instituto Passos do Vale pelos relevantes trabalhos de terapia gratuita assistida com cavalos para crianças com diversidade funcional, fazendo a diferença na vida de inúmeras famílias mineiras (Requerimento nº 11.314/2025, do deputado Lincoln Drumond);

de congratulações com a Vinícola Stella Valentino pela conquista da certificação ESG – Ambiental, Social e Governança –, com a obtenção do selo Pró-Ambiente de Sustentabilidade da Pró-Ambiente, elevando seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social (Requerimento nº 11.378/2025, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com a Vinícola Stella Valentino pela conquista do duplo ouro para o Tempranillo Gran Reserva, safra 2022, eleito o melhor *tempranillo* do Brasil e melhor vinho de Minas Gerais, na Grande Prova Vinhos do Brasil 2025, uma das mais importantes do País, que chega à sua décima edição, coroando uma história de amor e dedicação (Requerimento nº 11.379/2025, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com a empresa Divina Terra pelos 10 anos de atuação, transformando a cerâmica vermelha e a madeira em produtos artesanalmente sofisticados (Requerimento nº 11.403/2025, do deputado Doutor Jean Freire);

de congratulações com o Sistema Faemg Senar, com a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé –, com o Sindicato dos Produtores Rurais de Guaxupé, com a vereadora Maria José Cyrino, da Câmara Municipal de Guaxupé, e com a Sra. Alice Fukumoto Queiroz pela realização do 3º Encontro de Produtoras Rurais de Guaxupé, ocorrido no Sítio Jabuti (Requerimento nº 11.408/2025, da deputada Carol Caram);

de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, realizada em 15/5/2025, no Bairro Vila Cemig, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois traficantes e na apreensão de entorpecentes, munições, ferramentas utilizadas no tráfico de drogas e dinheiro em espécie (Requerimento nº 11.490/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, realizada em 14/5/2025, no Município de Lavras, que resultou na apreensão de dinheiro em espécie, aparelhos celulares e centenas de barras de entorpecentes (Requerimento nº 11.491/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de apoio aos policiais penais e à direção da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, de Ipaba, pelo excelente trabalho prestado pela unidade (Requerimento nº 11.805/2025, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os parlamentares e prefeitos que especifica pela representatividade e defesa dos direitos da população LGBTQIAP+ no Estado (Requerimento nº 11.815/2025, da Comissão de Direitos Humanos);

de repúdio ao prefeito de Belo Horizonte pela decisão de agendar visita a Israel, em meio às alarmantes e flagrantes violações aos direitos humanos e genocídio da população palestina, na Faixa de Gaza, que vêm sendo globalmente denunciadas (Requerimento nº 11.816/2025, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Escola Estadual Professor Cláudio Brandão pelos 70 anos de sua fundação, marco de imensa relevância para a instituição e a educação pública básica do Estado (Requerimento nº 11.977/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Escola Estadual Ilka Campos Vargas pelos 60 anos de sua fundação, marco de imensa relevância para a instituição e a educação pública básica do Estado (Requerimento nº 11.978/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pelos 20 anos da instituição e pela referência que se tornou na promoção do ensino superior e do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da região, bem como na formação de profissionais inovadores e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática (Requerimento nº 11.979/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Delegacia de Polícia Civil de Poço Fundo pela operação que resultou na descoberta de um corpo enterrado sob o piso da cozinha de uma casa nesse município, considerando que o suspeito desse homicídio se encontrava preso,

desde novembro de 2024, acusado de tráfico de drogas e posse ilegal de munições (Requerimento nº 11.999/2025, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com a empresa Green River Indústria e Comércio Ltda. pelos 35 anos de sua fundação, reconhecida pela produção de tricôs e malhas de *design* moderno e de qualidade (Requerimento nº 12.004/2025, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a empresa Temperos Dona Neuza por sua relevância para o Município de Mato Verde (Requerimento nº 12.005/2025, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a empresa Ayê Snacks Naturais pelos relevantes serviços prestados ao Município de Nova Porteirinha (Requerimento nº 12.007/2025, da Comissão de Desenvolvimento Econômico).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 11.414/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento deste deputado, do deputado Rodrigo Lopes e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Mariana e ao prefeito municipal de Barra Longa pedido de informações consubstanciadas nos dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino local, conforme o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG", no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025-2026.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.421/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento deste deputado, do deputado Rodrigo Lopes e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; os prazos de conclusão; a qualidade da infraestrutura; e as medidas de acompanhamento social das famílias reassentadas no contexto do processo de reparação relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG", no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025-2026.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.445/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 14/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Sarzedo pedido de informações sobre o prazo previsto para a regulamentação e execução da Lei nº 993, de 2024, sancionada pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Centro Integrado de Reabilitação e Estimulação do Neurodesenvolvimento, destinado ao atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista – TEA – e com deficiências intelectuais no Município de Sarzedo.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.493/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento deste deputado, do deputado Rodrigo Lopes e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre ações de vigilância em saúde nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, medidas para tratamento de doenças associadas à exposição a metais pesados, apoio psicológico e estrutura dos serviços de saúde nos reassentamentos.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.495/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Coordenadoria de Combate ao Racismo e a Todas as Outras Formas de Discriminação do MPMG – CCRAD – em Belo Horizonte, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – em Betim e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para apuração e acompanhamento da suspensão do projeto pedagógico "Caminhos para a Igualdade" pela Prefeitura Municipal de Betim/MG. A referida medida administrativa, adotada sem apresentação pública de parecer técnico ou pedagógico, interrompeu a distribuição de material didático elaborado para cumprir as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que determinam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial. Tal suspensão compromete o direito à educação inclusiva e antirracista, podendo configurar ainda violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Estatuto da Igualdade Racial. Além disso, há indícios de possível prejuízo ao erário, visto que o investimento público estimado para aquisição e distribuição do material didático supera R$ 10 milhões. Ademais, a paralisação sem justificativa técnica pode representar descontinuidade de política pública educacional essencial, com impacto direto sobre mais de 50 mil estudantes. .

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: A suspensão do projeto pedagógico "Caminhos para a Igualdade", poucos dias após sua implementação na rede municipal de ensino de Betim e após reunião com parlamentares municipais, acende um sinal de alerta quanto à descontinuidade de políticas públicas educacionais voltadas à promoção da igualdade racial e à valorização da diversidade. O material pedagógico em questão foi elaborado para dar efetividade às Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas.

A medida adotada pela Prefeitura, sem qualquer divulgação de parecer técnico ou pedagógico, compromete o direito de mais de 50 mil estudantes à educação inclusiva, além de possivelmente configurar censura institucional, com impactos diretos sobre a efetivação do direito à igualdade previsto na legislação estadual. Há ainda indícios de má gestão dos recursos públicos, considerando que o investimento na produção e distribuição do material didático ultrapassa R$ 10 milhões.

A Lei Estadual nº 25.150/2025, que institui o Estatuto da Igualdade Racial de Minas Gerais, estabelece no art. 33, inciso IV, a obrigação de o Estado garantir "a disponibilização de material didático de qualidade para o ensino de história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas e para a educação para as relações étnico-raciais". A suspensão do uso desse material por um ente público sem fundamentação pública e transparente pode, portanto, ferir diretamente o espírito e a aplicação do Estatuto, além de comprometer o combate ao racismo institucional na política educacional local.

Diante disso, a atuação conjunta dos órgãos de controle e de promoção de direitos é fundamental para assegurar o respeito à legalidade, à continuidade das políticas públicas e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente daquelas pertencentes à população negra e indígena.

REQUERIMENTO Nº 11.496/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir –, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CaoDH – em Belo Horizonte, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – em Betim e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para apuração da suspensão do projeto pedagógico "Caminhos para a Igualdade", implementado na rede municipal de educação de Betim/MG com o objetivo de cumprir as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A medida administrativa que determinou a suspensão do projeto foi adotada sem apresentação pública de parecer técnico ou pedagógico e ocorreu poucos dias após reunião com vereadores locais. O projeto distribuía material didático elaborado com recursos públicos estimados em mais de R$ 10 milhões, afetando diretamente mais de 50 mil estudantes. Tal interrupção compromete a efetivação do direito à educação antirracista e pode configurar violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Estatuto da Igualdade Racial previsto na Lei federal nº 12.288/2010 e na Lei Estadual nº 25.150/2025, que determina em seu art. 33, IV, a garantia da disponibilização de material didático de qualidade para o ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena. Diante disso, a atuação conjunta dos órgãos de controle e de promoção de direitos é fundamental para assegurar o respeito à legalidade, à continuidade das políticas públicas e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente daquelas pertencentes à população negra e indígena.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: A suspensão do projeto pedagógico "Caminhos para a Igualdade", poucos dias após sua implementação na rede municipal de ensino de Betim e após reunião com parlamentares municipais, acende um sinal de alerta quanto à descontinuidade

de políticas públicas educacionais voltadas à promoção da igualdade racial e à valorização da diversidade. O material pedagógico em questão foi elaborado para dar efetividade às Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas.

A medida adotada pela Prefeitura, sem qualquer divulgação de parecer técnico ou pedagógico, compromete o direito de mais de 50 mil estudantes à educação inclusiva, além de possivelmente configurar censura institucional, com impactos diretos sobre a efetivação do direito à igualdade previsto na legislação estadual. Há ainda indícios de má gestão dos recursos públicos, considerando que o investimento na produção e distribuição do material didático ultrapassa R$ 10 milhões.

A Lei Estadual nº 25.150/2025, que institui o Estatuto da Igualdade Racial de Minas Gerais, estabelece no art. 33, inciso IV, a obrigação de o Estado garantir "a disponibilização de material didático de qualidade para o ensino de história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas e para a educação para as relações étnico-raciais". A suspensão do uso desse material por um ente público sem fundamentação pública e transparente pode, portanto, ferir diretamente o espírito e a aplicação do Estatuto, além de comprometer o combate ao racismo institucional na política educacional local.

Diante disso, a atuação conjunta dos órgãos de controle e de promoção de direitos é fundamental para assegurar o respeito à legalidade, à continuidade das políticas públicas e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente daquelas pertencentes à população negra e indígena.

REQUERIMENTO Nº 11.502/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde – CES-MG – pedido de providências para a inclusão entre os seus conselheiros de representantes dos atingidos por barragens para garantir que as necessidades e os direitos dessa população sejam levados em consideração na formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.503/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam elaboradas e implementadas linhas de cuidado específicas para o cuidado em saúde mental e de doenças associadas à contaminação por metais provenientes da mineração, com ênfase na atenção integral das pessoas em vulnerabilidade, especialmente indígenas, quilombolas e povos tradicionais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da

Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.504/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para a elaboração de protocolos específicos de monitoramento e avaliação da água destinada ao consumo humano nas regiões atingidas por rompimentos de barragens de rejeitos da mineração, com a finalidade de definir os parâmetros de contaminantes que não são identificados pelas metodologias utilizadas atualmente.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.505/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que os conselhos de saúde sejam fortalecidos, por meio da criação de câmaras e comissões técnicas intersetoriais com representação diversa, para tratar dos temas relacionados à saúde dos atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.506/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para

que financie a formação e a atuação de equipe própria da SES para capacitar presencialmente as equipes de saúde dos territórios impactados pela atividade mineradora, em especial nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraopeba e do Rio Doce, com vistas à aplicação dos protocolos de organização dos serviços de saúde e do Plano Estadual para o Cuidado Integral da População Residente em Regiões Mineradoras.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.507/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para realização de apresentação pública, com ampla convocação, em especial aos atingidos, da metodologia e dos resultados preliminares das perícias judiciais e dos estudos de risco à saúde humana em andamento no âmbito do acordo judicial para reparação ao rompimento da barragem de Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.509/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam ampliadas as redes de atenção psicossocial – Raps –, através da ampliação do número de centros de atenção psicossocial – Caps – e das equipes multiprofissionais nas unidades básicas de saúde – UBS – para atendimento às demandas de saúde mental decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.510/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que sejam adotadas imediatamente medidas para assegurar o acesso pleno à água potável às comunidades atingidas pelos rompimentos de barragens de rejeitos, com investimentos em redes públicas de abastecimento e distribuição emergencial onde for necessária.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.511/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que os acordos de reparação do rompimento da barragem de Brumadinho incluam cláusulas específicas para investimentos diretos na saúde pública local e regional, inclusive com a construção e o fortalecimento de unidades de saúde no Município de Brumadinho e região.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.512/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho pedido de providências para a capacitação de profissionais de saúde no município, nas áreas de toxicologia clínica e toxicologia ambiental, para a realização de diagnósticos e tratamentos dos casos de intoxicação por metais pesados e outros contaminantes relacionados aos rejeitos da mineração.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2025, que teve por finalidade debater as condições socioambientais e de saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Vale S.A. em Brumadinho e os resultados dos estudos que avaliam a saúde dessa população, realizados de forma coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz Minas – Fiocruz Minas – e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.529/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Lucas Lasmar aprovado na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Barão de Cocais pedido de informações consubstanciadas em cópia integral dos laudos técnicos elaborados pela Defesa Civil referentes às condições estruturais e de risco de todas as residências e imóveis avaliados nos últimos 5 anos, com identificação dos endereços, datas das vistorias, responsáveis técnicos e pareceres conclusivos; cópia integral dos processos administrativos de autorização de funcionamento de todas as mineradoras em atividade no território municipal, incluindo a empresa CDB Logística, com os respectivos protocolos de requerimento; estudo de impacto ambiental – EIA – e relatório de impacto ambiental – Rima –, quando houver; estudo de impacto de vizinhança – EIV; licenças ambientais expedidas – prévia, de instalação e de operação; manifestação e pareceres dos conselhos municipais envolvidos; cópia integral das atas, pareceres e deliberações dos conselhos municipais relacionados ao tema, especialmente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Codema –, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Participativo – Condesp – e de outros conselhos técnicos ou participativos que tenham emitido manifestação sobre os empreendimentos citados.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/5/2025, que teve por finalidade debater as violações de direitos humanos e os impactos sociais e ambientais causados por mineração na Comunidade do Castro, localizada em Barão de Cocais.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 11.703/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 21/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para exoneração dos Srs. Danilo Marcos de Almeida da Silva Gomes, diretor da 8ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, e Sidney Cláudio dos Santos, diretor da Penitenciária Francisco Floriano de Paula – PFFP –, tendo em vista as graves denúncias apresentadas em audiência pública na 15ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 20/5/2025, que teve a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncias encaminhadas à comissão acerca da suposta ocorrência de abuso de autoridade e assédio moral em desfavor de policiais penais da 8ª Risp, em especial os lotados na PFFP e no Presídio de Governador Valadares – PRGVR.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.782/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 27/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de informações sobre as medidas e as políticas adotadas pela secretaria de que é titular para proteger as mulheres e meninas contra a violência e a discriminação, especialmente no ambiente escolar, e para a promoção da igualdade de gênero, tendo em vista o caso de assédio ocorrido na Escola Municipal Padre Henrique Brandão.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 11.783/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 27/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Sedese – pedido de providências para assegurar que a Comissão Organizadora Estadual da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 5ª CNPM – viabilize a participação das delegadas eleitas nas conferências municipais na etapa estadual da conferência, conforme disposto nas Portarias nºs 132, de 19 de dezembro de 2024, e 66, de 25 de abril de 2025, ambas do Ministério das Mulheres.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Justificação: Considerando a Portaria Ministerial nº 132, de 19 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, que convoca a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), com o tema "Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas", cujo objetivo é integrar propostas para o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas para as mulheres com perspectiva de interseccionalidade, democracia e igualdade; Considerando o disposto no art. 51, § 1º, da referida Portaria, que estabelece como responsabilidade dos governos estaduais a realização das conferências estaduais e a garantia da presença das representantes eleitas nas conferências municipais na etapa estadual; Considerando a Portaria GM /Mmulheres nº 66, de 25 de abril de 2025, que aprova o Regimento Interno da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 5ª CNPM que estabelece entre outras questões, as atribuições da Comissão Organizadora Estadual, dentre as quais constituir os processos para orientar os municípios e eleger representações para validação junto à comissão organizadora da 5° CNPM, viabilizar recursos necessários para o deslocamento das representações eleitas nos municípios para a etapa estadual, viabilizar a infraestrutura necessária à realização da etapa estadual ou distrital. (art. 32). E em seu art. 33, garantir a ampla participação dos movimentos feministas e de mulheres, dos diversos movimentos sociais, dos conselhos dos direitos da mulher e demais entidades e representações da sociedade civil. Vimos, por meio deste, requerer providências imediatas desta Subsecretaria para assegurar os recursos financeiros, logísticos e operacionais necessários à plena participação de todas as delegadas eleitas nas conferências municipais do Estado de Minas Gerais na etapa estadual da 5ª CNPM, incluindo: transporte de ida e volta; hospedagem e alimentação, quando necessário; e apoio técnico e logístico que garanta acessibilidade e participação qualificada.

REQUERIMENTO Nº 11.792/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a adoção, com urgência, de medidas que garantam atendimento digno aos pacientes do Hospital João XXIII, entre as quais a contratação de profissionais médicos e enfermeiros; a disponibilização de novos leitos, além da aquisição de bens e serviços essenciais, uma vez que, conforme denúncias divulgadas pela Itatiaia, as pessoas estão sendo atendidas nos corredores desse hospital devido à superlotação dessa unidade, embora o governador do Estado tenha anunciado que fechou o ano fiscal de 2024 com um superávit de R$5.179.000.000,00.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.794/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo a requerimento das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Leninha e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja dada ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCMG – das informações relativas ao valor total anual apurado com as renúncias e desonerações desde o ano de 2015 até o ano de 2024, com detalhamento de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômica – CNAE – e por contribuinte.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Zé Guilherme (PP), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

REQUERIMENTO Nº 11.798/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Gerdau Açominas pedido de informações, conforme denúncia apresentada na 7ª Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em 26/5/2025, sobre a existência de cadastro restritivo, denominado Bancodoc, que teria vetado o ingresso de mais de trezentos trabalhadores na planta da referida empresa, especificando-se qual a política de utilização do cadastro para contratação de trabalhadores por empreiteiras ou terceirizadas; se os nomes contidos na listagem anexa constam do cadastro restritivo da Gerdau Açominas; e qual a política adotada pela empresa diante das denúncias públicas sobre a existência desse cadastro restritivo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2025, que teve por finalidade debater acerca das reclamações apresentadas por trabalhadores, na reunião realizada em Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025, relativas a restrições impostas pela empresa Gerdau Açominas, no tocante ao acesso às suas plantas e empreiteiras.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 11.800/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Gerdau Açominas em Conselheiro Lafaiete pedido de informações sobre a denúncia recebida na 7ª Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em 26/5/2025, de que a empresa Gerdau estaria utilizando uma ferramenta virtual de consulta, denominada "Betruck", constituindo cadastro restritivo dificultador de acesso à planta da Gerdau Açominas por motoristas, especificando se a Gerdau Açominas confirma a utilização do referido aplicativo e qual seria a sua funcionalidade; e se tem conhecimento das aludidas denúncias, bem como da existência dos cadastros restritivos "Bancodoc" e "Betruck" e de violações à Lei Federal nº 14.437, de 2022.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2025, que teve por finalidade debater acerca das reclamações apresentadas por trabalhadores, na reunião realizada em Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025, relativas a restrições impostas pela empresa Gerdau Açominas, no tocante ao acesso às suas plantas e empreiteiras.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 11.801/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Gerdau Açominas em Conselheiro Lafaiete pedido de providências para a formalização de vínculo justo com os motoristas autônomos e para que seja estabelecida uma regra de transparência quanto ao aplicativo Betruck.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2025, que teve por finalidade debater acerca das reclamações apresentadas por trabalhadores, na reunião realizada em Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025, relativas a restrições impostas pela empresa Gerdau Açominas, no tocante ao acesso às suas plantas e empreiteiras.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 11.802/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Gerdau Açominas pedido de informações sobre a fala do Sr. Guilherme Rangel de Oliveira Mattos, representante da Gerdau, durante a 7ª Reunião Extraordinária da comissão, em 26/5/2025, de que é de inteira responsabilidade contratual das empresas terceirizadas da Gerdau a prestação de serviços na planta da Gerdau em Ouro Branco e Congonhas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2025, que teve por finalidade debater acerca das reclamações apresentadas por trabalhadores, na reunião realizada em Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025, relativas a restrições impostas pela empresa Gerdau Açominas, no tocante ao acesso às suas plantas e empreiteiras.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 11.806/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que todos os diretores de unidades prisionais e comandos de operações especiais sejam orientados quanto a aplicação do Decreto nº 49.006, de 12/3/2025, que regulamenta a concessão da ajuda de custo para despesas com alimentação, em especial, no que se refere ao disposto no art. 8º, tendo em vista informações encaminhadas a esta comissão de que o valor correspondente à ajuda de custo estaria sendo descontado, de maneira irregular, da diária devida aos policiais penais do Grupo de Escolta Tático Prisional – Getap.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.807/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para que sejam resguardados, no âmbito do IP 202503090067, o devido processo legal e o direito a ampla defesa do policial penal Marcelo Ferreira Crispim, Masp. 1355860-6, lotado no Presídio de Governador Valadares.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.829/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos em Minas Gerais – PPDDH-MG – pedido de providências para procederem à análise e aos demais procedimentos pertinentes para a inclusão, no PPDDH, do Sr. Antônio Marcos Bezerra das Neves e da Sra. Maria Aparecida Lopes Moura, e do respectivo núcleo familiar, moradores de Uberaba, em face dos fatos ocorridos no município nas datas de 30/4/2025 e 17/5/2025, envolvendo, segundo relatos trazidos à comissão, intimidações, ameaças e torturas perpetradas contra eles por policiais militares; e seja enviado aos mencionados órgãos, na mesma oportunidade, o "link" para acesso ao inteiro teor da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 21/5/2025.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 21/5/2025, que teve por finalidade debater condutas que ferem direitos humanos praticadas por policiais militares contra Antônio Marcos Bezerra das Neves e Maria Aparecida Lopes Moura, moradores de Uberaba.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 11.830/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a apuração dos fatos ocorridos no Município de Uberaba, em 30/4/2025 e 17/5/2025, quando, segundo relatos trazidos a esta comissão, houve ameaças e torturas perpetradas por policiais militares contra a Sra. Maria Aparecida Lopes Moura e o Sr. Antônio Marcos Bezerra das Neves, sendo relatada ainda, em relação a este, tentativa de crime contra a vida, bem como a ocorrência de condutas violentas de policiais militares contra um adolescente com transtorno do espectro autista; e que seja enviado ao mencionado órgão o *link* para acesso ao inteiro teor da 18ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 21/5/2025.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 21/5/2025, que teve por finalidade debater condutas que ferem direitos humanos praticadas por policiais militares contra Antônio Marcos Bezerra das Neves e Maria Aparecida Lopes Moura, moradores de Uberaba.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 11.831/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para promoverem, no âmbito das suas atribuições, as ações necessárias para resguardar a integridade e a vida do Sr. Antônio Marcos Bezerra das Neves e da Sra. Maria Aparecida Lopes Moura, residentes em Uberaba, bem como de seu núcleo familiar, considerando-se os fatos ocorridos naquele município em 30/4/2025 e 17/5/2025, envolvendo, segundo relatos trazidos à comissão, ameaças e torturas perpetradas contra eles por policiais militares; e seja enviado aos mencionados órgãos o "link" para acesso ao inteiro teor da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 21/5/2025.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 21/5/2025, que teve por finalidade debater condutas que ferem direitos humanos praticadas por policiais militares contra Antônio Marcos Bezerra das Neves e Maria Aparecida Lopes Moura, moradores de Uberaba.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 11.834/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Pedra Azul pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o

quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.835/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Rio do Prado pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos;

10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.836/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Berizal pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.837/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Chapada do Norte pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.838/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Comercinho pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela

câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.839/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Indaiabira pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em

decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.840/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Itaobim pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município

realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.841/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de José Gonçalves de Minas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos

firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.842/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Medina pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.843/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ninheira pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são

os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.844/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Rubelita pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.845/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Salinas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto

Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.846/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Taiobeiras pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de

prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.847/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Virgem da Lapa pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em

consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.848/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Barroso pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o

município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.849/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Aguanil pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o

quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.850/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Campo Belo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação

inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.851/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Perdões pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.852/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santo Antônio do Amparo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.853/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Conceição do Rio Verde pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização

legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.854/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Lourenço pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.855/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Catas Altas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município

realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.856/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Congonhas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em

consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.857/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Moema pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.858/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Nova Serrana pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.859/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Piracema pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.860/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santo Antônio do Monte pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.861/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Central de Minas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.862/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Frei Inocêncio pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em

consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.863/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Itabirinha pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o

município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.864/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Mathias Lobato pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto

Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.865/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Periquito pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação

inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.866/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Rita do Itueto pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de

forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas,

informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.867/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de São José do Jacuri pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.868/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São João Nepomuceno pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização

legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.869/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Além Paraíba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.870/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Caeté pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou

reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.871/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Nova União pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em

consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.872/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Sabará pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.873/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Igarapé pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são

os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.874/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Juatuba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.875/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Joaquim de Bicas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.876/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santana do Riacho pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.877/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Vespasiano pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020;

18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.878/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Capitão Enéas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da

adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.879/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Claro dos Poções pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto

Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.880/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Grão Mogol pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação

inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.881/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São João da Ponte pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de

forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas,

informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.882/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Dionísio pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino

fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.883/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de São João do Paraíso pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela

câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.884/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Barão do Monte Alto pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.885/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Itambé do Mato Dentro pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a

educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a

Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.886/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Passabém pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em

consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.887/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Rio Piracicaba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo

com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está

cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.888/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Domingos do Prata pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.889/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo

prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.890/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Cedro do Abaeté pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.891/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Brasilândia de Minas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.892/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Carmo do Rio Claro pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em

consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.893/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Presidente Olegário pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da

adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.894/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Rio Paranaíba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto

Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.895/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Gonçalo do Abaeté pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos;

10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.896/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ibiá pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada

os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.897/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Patrocínio pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino

fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.898/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Perdizes pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara

municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao

município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.899/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Serra do Salitre pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb , salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.900/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Buritizeiro pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município

realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.901/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Jequitaí pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em

consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.902/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Cabo Verde pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.903/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Várzea da Palma pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.904/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Campestre pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.905/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Cambuí pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação– Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto

Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.906/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Jacutinga pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de

prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.907/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Monte Sião pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020;

18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.908/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Guaranésia pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o

município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.909/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Guaxupé pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o

quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.910/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Sebastião do Paraíso pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos;

10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.911/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Jequitibá pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.912/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Prudente de Morais pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.913/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santana de Pirapama pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela

câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.914/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Carlos Chagas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.915/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Frei Gaspar pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município

realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.916/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Bertópolis pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em

consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.917/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ladainha pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.918/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Machacalis pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.919/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ouro Verde de Minas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para

atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.920/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Serra dos Aimorés pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.921/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Astolfo Dutra pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.922/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ervália pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020;

18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.923/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Guidoval pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o

município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.924/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Guiricema pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o

quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.925/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Presidente Bernardes pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos;

10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.926/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Rio Pomba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.927/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Tocantins pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino

fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.928/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ubá pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal,

conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao

município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.929/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Araxá pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em

decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.930/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Frutal pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município

realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se

houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.931/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Sacramento pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos

firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.932/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Campina Verde pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo

com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está

cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.933/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Prata pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são

os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.934/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Tupaciguara pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.935/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Campos Gerais pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.936/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Campos Altos pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.937/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Coqueiral pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020;

18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.938/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal interino de Guapé pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da

adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.939/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ilicínea pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto

Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.940/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Monsenhor Paulo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos;

10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.941/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Curvelo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.942/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Lassance pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino

fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.943/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Alvorada de Minas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela

câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.944/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Angelândia pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em

decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.945/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Conceição do Mato Dentro pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a

educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a

Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.946/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Congonhas do Norte pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos

firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.947/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Itamarandiba pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou

debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está

cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.948/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Minas Novas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.949/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Bambuí pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.950/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Cláudio pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto

Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.951/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Alto Jequitibá pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.952/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Caputira pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020;

18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.953/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Brazópolis pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o

município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.954/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Maria da Fé pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o

quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.955/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Capinópolis pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação

inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.956/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Catuti pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação– Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.957/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Riacho dos Machados pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.958/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santo Antônio do Retiro pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização

legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação

ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.959/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Chapada Gaúcha pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção

ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.960/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à prefeita municipal de Matias Cardoso pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação

infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a

Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.961/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Pedras de Maria da Cruz pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos

firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.962/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Pintópolis pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da

região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.963/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Conceição de Ipanema pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.964/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Lajinha pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica,

financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.965/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Martins Soares pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.966/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Margarida pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.967/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santana do Manhuaçu pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em

consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.968/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São João do Manhuaçu pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da

adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.969/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Nepomuceno pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto

Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.970/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Paraguaçu pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação

inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.971/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Poço Fundo pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma

detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu

complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.972/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Três Corações pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número

total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.974/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o prosseguimento urgente das obras de reforma do telhado e da troca da rede elétrica da Escola Estadual Diogo de Castro, no Município de Papagaios.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: A referida unidade escolar já possui planilha de reforma aprovada, contemplando a substituição da rede elétrica e reparos no telhado, intervenções fundamentais para o pleno funcionamento da estrutura física da escola. No entanto, as obras encontram-se paralisadas, comprometendo diretamente a rotina da comunidade escolar. O problema tem se agravado diante das altas temperaturas registradas na região, uma vez que os aparelhos de ar condicionado instalados não podem ser utilizados, em razão da precariedade da rede elétrica atual, que não suporta a carga necessária. Tal situação tem gerado enorme desconforto a alunos e professores, além de representar risco à segurança. A Escola Estadual Diogo de Castro é referência educacional em Papagaios e merece toda atenção do Estado para que continue prestando um serviço de qualidade à população. Diante disso, solicitamos a imediata continuidade do processo e a retomada das obras com a máxima urgência.

REQUERIMENTO Nº 11.975/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que seja integralmente revertido o contingenciamento de gastos imposto às instituições federais de ensino superior, medida que ameaça gravemente o funcionamento dessas unidades, a permanência da comunidade acadêmica e a continuidade de inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente no que se refere ao pagamento de despesas de custeio e demais custos operacionais.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.976/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam tomadas medidas em caráter de urgência para garantir a segurança dos profissionais, da comunidade escolar e do prédio da Escola Estadual Mariana de Paiva, situada em Guidoval, que vem sofrendo sucessivos ataques de vandalismo.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.980/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Águas Vermelhas pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do

projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.981/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Itaúna pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do

cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.982/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Mateus Leme pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados

nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23)

se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.983/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Itaguara pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando

também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.984/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Betim pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não

concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas

no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.985/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Desterro de Entre Rios pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.986/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para

atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.987/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santana do Paraíso pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo

município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.988/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Dores de Guanhães pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 11.989/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 28/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São João Evangelista pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, esclarecendo de forma detalhada os questionamentos seguir: 1) qual o número do projeto de lei que autorizou o município a aderir ao projeto Mãos Dadas, a data de protocolo do referido projeto de lei, a data de sua aprovação pela câmara municipal, a data de sanção e o número da lei em vigor; 2) se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 3) se o município está cumprindo as metas do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto à educação infantil, bem como se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil; 4) se o município realizou reuniões prévias com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 5) se o município realizou alguma forma de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região e com o conselho municipal de educação para tratar do projeto Mãos Dadas, informando, em caso afirmativo, se houve ou não concordância da comunidade escolar e do conselho municipal de educação sobre a adesão ao projeto, bem como as datas das reuniões e os assuntos nelas abordados; 6) se foram realizados estudos de médio e longo prazos para atestar a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e se as eventuais despesas do município, de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, estão previstas no orçamento municipal, encaminhando, se houver, cópia dos documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 7) se foi necessária a coabitação de prédios escolares para atender as novas matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo município; 8) qual o valor anual por aluno investido pelo município na educação infantil e no ensino fundamental, antes e depois da adesão ao projeto Mãos Dadas; 9) se o município, desde a adesão ao projeto Mãos Dadas, necessitou aportar recursos próprios para atender as novas matrículas do ensino fundamental, detalhando, em caso afirmativo, os valores, a finalidade e a natureza dos recursos; 10) qual a política de educação inclusiva do município, informando se ele conta com atendimento educacional especializado e professor de apoio individualizado para alunos com deficiência e se foi realizada contratação de profissionais para atender os alunos com deficiência que estavam matriculados na rede estadual de ensino e que foram absorvidos pela rede municipal; 11) qual o número total de matrículas do ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 12) qual o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do projeto Mãos Dadas; 13) qual o número de servidores públicos efetivos da educação básica do Estado que se encontram em adjunção ou em cessão no município em decorrência do projeto Mãos Dadas, informando ainda se o município está aplicando a Lei nº 15.293, de 2004, quanto à forma do cumprimento da jornada de 1/3 extraclasse ao professor de educação básica em adjunção na rede municipal de ensino; 14) quais são os valores, de forma detalhada, do termo de adesão e dos demais convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e município em consequência do projeto Mãos Dadas; 15) qual a data de assinatura do termo de adesão entre o Estado e o município, informando também quais os instrumentos ou convênios firmados para a adesão ao projeto Mãos Dadas, indicando, de cada um, a data, o objeto, a natureza e os valores, e encaminhando cópias de todos os documentos à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 16) quais são os valores, ano a ano, dos recursos de transferências legais e constitucionais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, salário-educação (Qese), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – recebidos pelo município, desde que ocorreu a adesão ao projeto Mãos Dadas; 17) qual a destinação dos recursos públicos do Fundeb recebidos pelo município diretamente do Estado pela adesão ao projeto Mãos Dadas, esclarecendo se a aplicação dos recursos do fundo está em

consonância com a Lei Federal nº 14.113, de 2020; 18) se o município contratou novos profissionais da educação ou realizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para atender as novas matrículas do ensino fundamental após a adesão ao projeto Mãos Dadas, detalhando, em caso afirmativo, o quantitativo de profissionais necessário para suprir o quadro de pessoal na rede municipal de ensino; 19) se os valores dos recursos públicos transferidos pelo Estado ao município foram suficientes para a realização das obras, reformas e compras de equipamentos ou veículos que estavam inicialmente previstos pela adesão ao projeto Mãos Dadas, informando, em caso negativo, se ocorreu complementação de recursos pelo Estado e quais foram os valores adicionais recebidos pelo município; 20) qual foi o impacto, na oferta do transporte escolar pelo município, da absorção das novas matrículas do ensino fundamental, informando se o município está prestando regularmente o transporte escolar para todos os alunos; 21) se houve doação ou cessão de imóveis e móveis pelo Estado ao município para atender as novas matrículas do ensino fundamental em decorrência do projeto Mãos Dadas; 22) quais as jornadas semanais de trabalho, por cargo ou carreira, dos servidores municipais da educação, se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; 23) se o município possui plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; 24) se o município possui gestão democrática de ensino, informando os instrumentos adotados para o seu exercício na rede municipal de ensino; 25) se o Estado está cumprindo com as obrigações previstas no termo de adesão e nos demais instrumentos e convênios firmados com o município, informando, em caso contrário, quais obrigações estão sendo descumpridas pelo Estado.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/6/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Thayslani Silva das Graças, padrão VL-53, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

exonerando Wilson Elias Chaves, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marli Ribeiro;

nomeando Nayara da Costa Couto, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

nomeando Ruth Angelica da Silva Chaves, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marli Ribeiro.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 50/2025

Número no Siad: 9252003-1

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Transat Telecomunicações Via Satélite Ltda. Objeto do contrato: provimento de capacidade espacial em satélite geoestacionário que opere em Banda C, para viabilizar a prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, pela TV Assembleia, em municípios do Estado. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional, sem reajuste de preço. Vigência: de 1º/8/2025 a 31/1/2026, ou até o início da vigência de novo contrato de mesmo objeto, decorrente do processo de contratação em curso, se esse início ocorrer antes de 31/1/2026. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2025

Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cedente: Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra. Objeto: cessão de servidores públicos da cedente para exercício de cargo em comissão na cessionária. Vigência: 60 meses contados a partir de 20 de fevereiro de 2025.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/6/2025, na pág. 28, onde se lê:

"Vítor Fernandes de Oliveira", leia-se:

"Vítor Fernandes Oliveira".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.451/2024

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/6/2025, nas págs. 42 e 43, no título, na fundamentação e na conclusão, onde se lê:

"Projeto de Lei nº 3.451/2024", leia-se:

"Projeto de Lei nº 3.451/2025".